



EDITAL N.º 14/2024/DAOA-AM

CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira: -----

Torno público que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, se afixa, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 30 de abril de 2024, aprovada na sessão ordinária de 27 de junho de 2024. Vai o presente edital ser afixado nos serviços de Atendimento Municipal e outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 28 de junho de 2024. -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

(CRISTINA MANUELA CARDOSO TENREIRO)



Ana Cunha

ATA N.º 18 – No dia 30 de abril de 2024, reuniu, às 20 horas e 50 minutos, no Europarque, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria Feira, presidida pela Sra. Presidente da Assembleia, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, integrando ainda a Mesa a Secretária da mesma, Ana Patrícia Bastos da Cunha, com a seguinte “Ordem do Dia”:----

- 1 – Atas: -----**
 - Ata N.º 16 – Sessão Ordinária de 16 de fevereiro de 2024 -----
 - Ata N.º 17 – Sessão Extraordinária de 29 de fevereiro de 2024 -----
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município -----**
- 3 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação do ano de 2023-----**
- 4 – Relatório e Prestação de Contas do Município de 2023 -----**
- 5 – 2.ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Plano – retificação anos seguintes-----**
- 6 – Documentos de Prestação de Contas 2023 – Empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.-----**
- 7 – Documentos de Prestação de Contas 2023 – Empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A.-----**
- 8 – Regulamento Municipal de Organização, Exploração e Funcionamento do Terminal Rodoviário – Interface de transportes Lourosa/Fiães -----**
- 9 – Criação da Empresa Metropolitana de Transportes da AMP -----**
 - Aprovação da contribuição do Município -----
- 10 – Anexo II do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município e os Agrupamentos de Escolas -----**
- 11 – Início do procedimento de elaboração da Carta Municipal de Habitação (CMH) -----**



- Declaração fundamentada de carência habitacional -----

- 12 – Alteração da delimitação administrativa entre as freguesias de Nogueira da Regedoura e a União das Freguesias de Grijó e Sermonde -----**
- 13 – Desafetação do domínio público para domínio privado do Município de uma parcela de terreno sita na Rua da Barra - Nogueira da Regedoura -----**
- 14 – Atribuição de apoio à Freguesia de Sanguedo – Obras de reparação e construção de acessibilidades ao piso inferior da sede -----**
- 15 – Atribuição de apoio à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Obras de requalificação do Parque da N.ª Sr.ª da Piedade -----**
- 16 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de Milheirós de Poiares -----**
- 17 – Alteração à postura de trânsito da Rua Chão D’Além – São João de Ver -----**
- 18 – Alteração à postura de trânsito da Rua das Alminhas e Travessa de Sá – Rio Meão. -----**

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e pelos Vereadores Sónia Marisa Lopes Azevedo, Vitor Carlos Latourrette Marques, António Gil Alves Ferreira, Ana Cristina Prego Simões Ozório, Mário Jorge de Castro Reis, Ana Beatriz Soares Pereira da Silva, Márcio Santos Correia, Sérgio Manuel Murteira Cirino, Maria Manuela de Jesus Ferreira Alves e Délio Manuel Ferreira Carquejo. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes bem como quem assistia à sessão via on-



Ana Cunha

line. -----
Anunciou que a sessão se encontra a ser transmitida, em direto e remotamente, depreendendo que os eleitos prestam o seu consentimento para o efeito, informando, ainda, que iria circular uma declaração para ser subscrita pelo público presente, para, dessa forma, ser prestado o consentimento em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). -----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade do Secretário da Mesa da Assembleia, Ricardo Leite de Oliveira, estar presente nesta sessão, daí haver necessidade de completar a Mesa. -----

Convidou o grupo municipal do PS a indicar um membro para o efeito, tendo sido indicado o membro Marco Aurélio Oliveira de Jesus, o qual integrou a Mesa. -----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia informou que os membros Serafim Manuel da Rocha Guimarães (PSD), Susana Daniela Ferreira da Silva (PSD), Lia Andreia Cristóvão Ferreira (PS), Cláudio Alexandre Brandão da Costa (PS), Job Santos Silva (PS), Tiago de Oliveira Paiva (BE) e Carlos Miguel Moreira Cunha (CDU) comunicaram não poder estar presentes nesta sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir nas respetivas listas, do modo a seguir discriminado:-----

- Serafim Guimarães: substituído pela Regina Maria Gonçalves da Silva, ---
- Susana Silva: substituída pelo Jorge Paulo das Neves Pereira, -----
- Lia Ferreira: substituída pelo Lécio Jorge Pereira Dias, -----
- Cláudio Costa: substituído pela Célia Adelina Couto Soares Couto *(uma vez que o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – António dos Santos – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão)*, -----
- Job Silva: substituído pelo João Carlos Martins dos Santos Figueiredo, ---
- Tiago Paiva: substituído pelo Eduardo Gabriel Baptista Couto *(uma vez*



João Cunha

que a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – Bianca Santos de Almeida – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão), -----

• Carlos Cunha: substituído pelo Luís Nuno Oliveira Vieira (uma vez que os cidadãos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista – João Paulo Oliveira Vidal, Isabel Cristina Pereira de Sousa Gomes, Maria Miguel Sá Tavares Lopes e Bruno Miguel Ferreira Marques – fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de participarem nesta sessão).-----

Informou, ainda, da entrada na Mesa de 2 pedidos de delegação de representação para a presente sessão, formulados pelos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia: -----

• Arrifana: Ricardo Leite de Oliveira (PSD) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Filipe Cardoso Araújo; -----

• União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Alberto de Oliveira Tavares. -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 50 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----

Pelo Partido Social Democrata (PSD):-----

Cristina Manuela Cardoso Tenreiro; João Luís Almeida Cunha; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Rodolfo Antero Oliveira Castro; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Joana Patrícia Fonseca da Silva; José Moreira de Jesus Castro; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Mário Jorge Soares da Silva Brito; António Perestrelo de Lima; Regina Maria Gonçalves da Silva; Jorge Paulo das Neves Pereira; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Filipe Cardoso Araújo; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes de Pinho Ribeiro;



Ana Cunha

Fornos – César Jorge Pais Resende; Lourosa – Armando de Fontes Teixeira; Paços de Brandão – Avelino Carvalho Costa; Rio Meão – Maria da Conceição Fidalgo da Silva; Romariz – Nuno Joel Valente de Sousa Rocha; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares,-----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Susana Alexandra Lopes Correia; Domingos Manuel da Silva Florim; Marco Aurélio Oliveira de Jesus; Rosa Maria Pinto da Silva; Daniel Tavares Gomes; Virgílio da Silva Ribeiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Lécio Jorge Pereira Dias; Célia Adelina Couto Soares; João Carlos Martins dos Santos Figueiredo; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – David António Henriques das Neves; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

Pelo Bloco de Esquerda (BE): Eduardo Gabriel Baptista Couto; -----

Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos; -----

Pela Iniciativa Liberal (IL): Carlos Ferreira Martins da Silva; -----

Pelo Chega (CH): Miguel Branco Santos Alves; -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Luís Nuno Oliveira Vieira; -----

Independente (IND): Manuel António Martins de Melo – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Entraram no decorrer da sessão: Carlos Eduardo Soares de Seixas (PSD);

Marco António Gomes Gonçalves (PS); e os Presidentes das Juntas de



Freguesia de Mozelos – José Carlos Pinto da Silva (PSD) e de Santa Maria de Lamas – André Filipe Vivas Ramalho da Rocha (PSD). -----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 28 de dezembro de 2021, quanto à dispensa da leitura do documento relativo ao resumo do expediente, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do Regimento, a Sra. Presidente da Assembleia informou que esse documento, que faz a súpula da correspondência recebida e emitida pela Mesa entre a última sessão ordinária, realizada no dia 16 de fevereiro de 2024, e a presente sessão, foi distribuído, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

A **Sra. Presidente da Assembleia**, introduzindo este período, informou que, para além dos 5 documentos – 1 moção e 2 votos de saudação do BE, e 2 recomendações do CH – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão, bem como enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia, deu ainda entrada na Mesa um voto de louvor, apresentado pelo grupo municipal do PSD, que passou a ler e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Grupo Municipal do PSD, propõe um voto de louvor ao Lusitânia de Lourosa Futebol Clube pelos seus cem anos de existência, marcados por sucessos desportivos, dedicação e contribuição significativa para o desenvolvimento do desporto na freguesia de Lourosa e no concelho de Santa Maria da Feira.-----

Tendo em conta o papel fundamental desempenhado pelo Lusitânia de Lourosa na promoção do associativismo desportivo, na valorização do desporto feminino, na inclusão através do desporto adaptado e na formação de jovens atletas, promovendo valores como disciplina, trabalho em equipa e estilos de vida saudáveis.-----



Ine Cunha

Reconhecendo o esforço e dedicação das sucessivas direções, equipas técnicas, atletas, sócios, adeptos e famílias que contribuíram para o crescimento e sucesso do clube ao longo destes cem anos. -----

Propomos que a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira louve e reconheça publicamente o Lusitânia de Lourosa Futebol Clube pela sua trajetória exemplar e pelos serviços prestados à comunidade, através da atribuição de um voto de louvor. -----

Esta distinção visa enaltecer o legado de excelência do clube, destacar o seu compromisso com o desporto e a comunidade, e, celebrar o centenário do Lusitânia de Lourosa como um marco de importância histórica e cultural para o concelho de Santa Maria da Feira. -----

Pelo que se propõe que a Assembleia Municipal delibere: -----

- Aprovar o presente “Voto de Louvor”, -----
- Em caso de aprovação, seja o mesmo notificado à atual direção do “Lusitânia de Lourosa Futebol Clube”. -----

Após a leitura, todos os grupos municipais manifestaram a intenção de se associar a este voto de louvor. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia passou a palavra aos proponentes dos restantes documentos, para procederem à apresentação dos mesmos. -----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO - ATRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA -----

A Deco Proteste publicou recentemente uma análise das assimetrias nas tarifas globais associadas ao abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos registadas a junho de 2023. A peça é intitulada “Preço da água sem Lei” e nela Santa Maria da Feira aparece mencionada 3 vezes. Na primeira menção surge no top-7 dos municípios com maior aumento da fatura global registado em 2023. Na segunda, no top-3 nacional dos

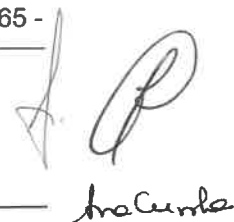


concelhos com a fatura global mais elevada para um consumo anual de 180 m³. Na terceira menção, surge como um dos municípios onde os preços elevados não estão associados aos investimentos feitos na rede de abastecimento de água e saneamento. A ERSAR, entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos, tem sido crítica do modelo de concessão praticado em vários concelhos (Santa Maria da Feira incluída) por considerar que este modelo promove injustiças e assimetrias no acesso a um bem essencial para a vida. Para 2024, o panorama em Santa Maria da Feira não melhorou, com aumentos de 4,5% no preço do abastecimento de água no 1.º escalão (até 5m³ mensais) e de 3.9% no 2.º escalão. Necessitamos que os políticos locais tenham a coragem de abrir o debate sobre a remunicipalização da água no nosso concelho e de uma vez por todas a Tarifa social automática na fatura da água. Emídio Sousa bloqueou por várias vezes esta reivindicação, de forma injustificável e inaceitável. Aos agregados com rendimentos mais frágeis, as medidas preconizadas no decreto-lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, não servem a todos por igual, e em Santa Maria da Feira, a responsabilidade é dos executivos liderados pelo PSD.-----

Os Feirenses vivem com dificuldades económicas cada vez maiores, tendo perdido uma parte substancial do rendimento, o que torna o custo de vida incomportável. Neste contexto, é importante que o papel das autarquias seja cada vez mais ativo na defesa dos seus munícipes atuando como linha da frente nas respostas sociais que são da sua competência. -----

A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas, isentando-as do pagamento de tarifas fixas e aumentando a quantidade de água definida como primeiro escalão de consumo. -----

Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja



João Cunha

manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido. -----

No entanto, está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia. -----

A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR), já em 2018, em Recomendação aos municípios, realçou a “clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição automática da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente, serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão social de invalidez, da pensão social de velhice ou pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior a 5.808 €, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10. -----

O Decreto-Lei n.º 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. -----

Para esse efeito, os municípios obtêm a informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----



No município de Santa Maria da Feira, a automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar mais de 10 mil agregados familiares, segundo dados dos atuais beneficiários da Tarifa Social da Energia no concelho, uma vez que a automatização implica que o município use os mesmos critérios de atribuição da Tarifa Social da Energia para a atribuição da Tarifa Social da Água. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 30 de abril de 2024, delibera:-----

Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda à atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.” -----


“VOTO DE SAUDAÇÃO – VIVA O 25 DE ABRIL! -----

Comemoramos os 50 anos do 25 de Abril de 1974, um dos momentos mais importantes da nossa história coletiva. O 25 de abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram iniciar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna. -----

Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito à habitação. Terminou-se com a guerra e o colonialismo português. A Constituição da República consagrou as liberdades e os direitos democráticos, sociais e laborais conquistados no processo revolucionário.-----

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o




Ana Cunha

espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.-----

A liberalização radical do mercado faz com que o custo de vida aumente todos os dias. A perda de poder de compra, o desemprego e a precariedade laboral são ataques aos direitos de quem trabalha e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. A um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o direito constitucional ao trabalho com direitos. A um salário deve corresponder uma vida digna. Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente no nosso país, privando-a de muitos dos direitos básicos que Abril nos deu.-----

As discriminações com base no género, na orientação sexual e nas características étnico-raciais perpetuam estereótipos, promovem a desigualdade e limitam o acesso a direitos. A prática destes atos é um obstáculo à democracia e à liberdade individual. O racismo e a xenofobia comprometem os direitos, reduzindo a cidadania daqueles que são percecionados como “outro”, debilitando a democracia. A diversidade étnico-racial da sociedade portuguesa deve ser acolhida e respeitada, garantindo a todos os cidadãos nascidos em território nacional a nacionalidade portuguesa.-----

As políticas de imigração criam inúmeras dificuldades aos imigrantes, que tanto contribuem para o desenvolvimento social e económico do país. Estas dificuldades são muitas vezes potenciadoras de situações de discriminação e desigualdade, colocando-os à margem do tecido social nacional e cerceando a sua participação política, ao não lhes ser permitido, na maior parte dos casos, elegerem e serem eleitos, pedra basilar da democracia representativa que Abril instaurou.-----

O projeto político iniciado no 25 de Abril de 1974, alicerçado em políticas de igualdade, liberdade e fraternidade, deve continuar a ser a matriz sobre a qual tecemos a nossa vida coletiva, orientando a implementação de



políticas públicas que garantam direitos iguais para todos, não deixando ninguém para trás.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 30 de abril de 2024 delibera:-----

1. Evidenciar o 50.º aniversário da Revolução como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação;
2. A remessa do teor integral da presente proposta aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Associação 25 de Abril e às Centrais Sindicais.”-----

“VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1.º DE MAIO-----

Há 138 anos, no dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é relembrado pelas reivindicações que ficaram a ecoar na história – “Oito horas de trabalho, oito horas de descanso, e oito horas de lazer” –, mas também pela trágica morte de vários sindicalistas, vítimas da atuação policial quando apenas exigiam direitos e dignidade. Apesar da repressão, os trabalhadores nunca deixaram de lutar, o que viria a resultar, anos mais tarde, em maiores direitos e melhores condições de vida para milhões de homens e mulheres trabalhadoras.-----

Em Portugal, o 1.º de Maio de 1974, oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do regime fascista de Salazar e Caetano, foi uma explosão de liberdade e democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o direito ao trabalho e ao salário, o direito a férias e ao subsídio de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa, a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo



Inês Cunha

nacional no valor de 3.300\$00, o direito a cuidados de saúde para todas as pessoas, o direito à educação e à segurança social Foi também após esta data que se consagraram na lei o direito à greve, à organização sindical e à contratação coletiva, bem como um nova forma de representação do trabalho nas empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT). -----
Atravessamos, hoje, uma situação em que são necessárias respostas mais robustas ao desemprego e à perda de rendimentos provocada pelo aumento da exploração capitalista e pela inflação, em particular nos preços da alimentação e da habitação. Por isso, assinalar o 1.º de Maio é também lutar pelo emprego estável e com direitos, pela melhoria das condições de trabalho, pela igualdade salarial entre homens e mulheres, pela valorização das carreiras e dos salários. E principalmente exigir um grande alargamento da contratação coletiva que, nos nossos dias, abrange poucos trabalhadores.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 30 de abril de 2024 delibera:-----

1. Expressar solidariedade a quem no dia a dia assegura a produção e distribuição dos bens essenciais, os transportes, a limpeza das ruas, os serviços públicos de saúde, educação, segurança social e todas as outras profissões que asseguram o dia a dia da população portuguesa -----
2. Saudar o 1.º de Maio e a luta de todos os homens e mulheres que exigem mais dignidade, mais democracia, mais progresso social, emprego com direitos, salários dignos.”-----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH), que apresentou e explanou os documentos que, seguidamente, se transcrevem: -----

“RECOMENDAÇÃO – URGÊNCIA NA IMPLEMENTAÇÃO DE PELO MENOS MAIS UMA EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP) -----

Excelentíssimo Sr. Presidente Dr. Amadeu Albergaria, -----

A urgência e a importância da implementação de pelo menos mais uma



Equipa de Intervenção Permanente (EIP) para cada um dos quartéis dos Bombeiros de Santa Maria da Feira, Lourosa e Arrifana é crucial, e não podem ser subestimadas. -----

É de conhecimento geral que cada equipe de EIP é composta por um mínimo de cinco elementos, cujas responsabilidades são fundamentais para a segurança e bem-estar das nossas comunidades. Essas equipas desempenham um papel crucial, garantindo em permanência: -----

- a) O combate a incêndios; -----
- b) O socorro às populações em caso de acidentes ou catástrofes; -----
- c) O socorro, em segunda intervenção, no âmbito da urgência pré-hospitalar; -----
- d) A minimização de riscos em situações de previsão ou ocorrência de acidente grave; -----
- e) A colaboração em outras atividades de proteção civil, no âmbito das funções cometidas aos corpos de bombeiros. -----

Além disso, as EIP têm a capacidade de colaborar em atividades de proteção civil no âmbito das competências municipais relacionadas com a prevenção. -----

A criação dessas equipas visa fortalecer a profissionalização dos operacionais, promovendo seu desenvolvimento gradual em colaboração com os municípios e as associações humanitárias de bombeiros. Este reforço é essencial para garantir prontidão na resposta a ocorrências que exijam intervenções de socorro às populações e defesa de seus bens. -----

É crucial destacar que a autoridade nacional está alinhada com a necessidade de criar mais equipas de EIP, porém, aguarda a aprovação do Sr. Presidente da Câmara para avançar com o processo. -----

Santa Maria da Feira está em crescimento, tanto em termos populacionais quanto industriais, e, portanto, é imperativo que tenhamos recursos adequados para lidar com possíveis desastres ou emergências. -----

Reconhecemos que as finanças municipais estão em boa saúde, e, como



Ana Cunha

tal, solicitamos ao Sr. Presidente da Câmara que priorize a segurança dos cidadãos feirenses, desde os mais jovens até os mais idosos, e nos apoie nesta causa com a devida consideração e urgência que ela merece.” -----

“RECOMENDAÇÃO – CRIAÇÃO DE UMA BASE DE DADOS DE TODAS AS PESSOAS QUE RECEBEM O RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO NO CONCELHO -----

Excelentíssimo Sr. Presidente Dr. Amadeu Albergaria, -----

Venho por meio desta apresentar uma recomendação crucial para o desenvolvimento social e comunitário do concelho de Santa Maria da Feira.

É de nosso entendimento que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira deverá estabelecer uma base de dados em colaboração com as Juntas de Freguesia e a Segurança Social, contendo informações sobre todas as pessoas que recebem o Rendimento Social de Inserção no concelho. -----

A integração das pessoas em situação de vulnerabilidade é promovida através do trabalho comunitário e voluntariado. Propomos, portanto, que os beneficiários do Rendimento Social de Inserção sejam recrutados para realizar atividades de trabalho comunitário e voluntariado. -----

Cabe ressaltar que, em caso de recusa por parte dos beneficiários em participar dessas atividades, o Rendimento Social de Inserção será suspenso temporariamente como forma de incentivo à participação ativa na comunidade.-----

Esta medida traz benefícios tanto para os beneficiários, que terão a oportunidade de contribuir para a comunidade e desenvolver habilidades sociais e profissionais, quanto para o município, que contará com uma força de trabalho comprometida em projetos comunitários e de interesse público.-----

As políticas de emprego e formação precisam de uma abordagem mais centrada em: -----

- Combate ao emprego precário, que persiste devido ao exemplo dado por organismos públicos que continuam a recorrer a prestadores de serviços. É



crucial erradicar essa prática.-----

- Reconhecer que os desempregados envolvidos em programas de emprego muitas vezes acabam por retornar à situação de desemprego. Não basta apenas reduzir as estatísticas de desemprego quando as empresas se beneficiam dos programas do IEFP sem efetivamente contratar ninguém.---

Considerando que não apenas os desempregados que recebem subsídio de desemprego ou Rendimento Social de Inserção são contabilizados, mas também aqueles sem proteção social devido a diversas circunstâncias, como graduados recentes ou demissões voluntárias. -----

Abordando de forma crítica o desemprego entre os beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), defendendo a necessidade de equipas técnicas especializadas para promover sua autonomização.-----

A colaboração entre instituições públicas e privadas, prevista no Decreto-Lei n.º 221/2012, pode ser uma via para oferecer oportunidades a essas pessoas, aproximando-as do mercado de trabalho e ajudando-as a desenvolver habilidades profissionais. -----

As implementações destas recomendações não só promovem a inclusão social e a coesão comunitária, mas também contribuem para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de todos os cidadãos de Santa Maria da Feira.”-----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu os documentos a discussão e, após feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Luís Nuno Vieira. -----

Interveio o membro **Luís Nuno Vieira** (CDU), que começou por dar nota, no respeitante à recomendação do CH sobre a questão da criação de Equipas de Intervenção Permanente, que iria votar contra pela simples razão de que esta matéria não é da competência da Câmara Municipal, mas sim do Ministério da Administração Interna. Referiu que a CDU



percebe que faz sentido reforçar estas equipas, medida a solicitar ao Governo Central, acrescentando que é muito fácil vir para esta Assembleia propor uma medida destas quando são conhecidas todas as dificuldades que os bombeiros enfrentam.-----

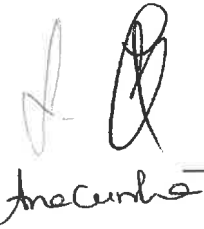
Sobre a recomendação do CH relativa ao Rendimento Social de Inserção (RSI) referiu que, no entendimento da CDU, a mesma está carregada de controvérsias e de antagonismos. Disse que a primeira parte da recomendação do CH visa atribuir aos beneficiários do RSI aquilo que, na opinião da CDU, pode corresponder a um posto de trabalho permanente, o que não faz qualquer sentido, pelo que não passa, de uma proposta populista, para alcançar uma camada da população.-----

Referiu que, a segunda parte da recomendação, alude ao que a CDU também defende, que é a criação de postos de trabalho dignos e fixos, correspondendo aos anseios das populações. -----

Concluindo, disse que a primeira parte da recomendação não joga com a segunda, considera que, em certa medida, são opostas, pelo que a CDU vota contra esta recomendação. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse não poder ficar indiferente à proposta do CH relativamente aos beneficiários do RSI, comentando que fica muito claro aquilo que separa a IL da visão ou da mundividência do CH em relação à forma como vê a sociedade e o mundo. Referiu que o CH tem esta capacidade e esta característica de olhar para problemas que as pessoas sentem, que são problemas reais, e encontrar soluções que, normalmente, são demagógicas, populistas, e, em muitos casos, perigosas, ressaltando que, no seu entender, a visão que está por trás da proposta é bastante perigosa.-----

Afirmou que, de facto, há um problema na forma como se fiscaliza, como se faz a auditoria, e até como se atribui, o RSI e outras prestações do Estado, tal como há um problema na forma como este vai criando programa atrás


Anacunha



de programa, medida atrás de medida, de forma centralista, com uma legião de pessoas cada vez mais dependentes do Estado. -----

Mencionou concordar com o diagnóstico, mas que, para a IL, a solução é o oposto do que consta na recomendação, comentando que não é perseguindo, nem listando, os excluídos em base de dados que se resolvem os problemas deles, nem é obrigá-los a trabalhar, sem lhes perguntar se têm condições para tal. Referiu que se as pessoas recebem o Rendimento Social de Inserção, é por alguma razão, acrescentando que, muitas estão completamente incapazes de contribuir para a sociedade e que, sendo certo que têm de ser integradas e incluídas, não é por trabalhos forçados ou por perseguição, que se vai resolver o assunto. -----

Realçou que é preciso trazer a sociedade civil à resolução destes problemas, para não se ficar na dependência da caridade do Estado, defendendo mais escrutínio, avaliações mais rigorosas destes processos, e reafirmando que não é perseguindo as pessoas que se resolvem os problemas. Por fim, referiu que, tendo a IL uma visão completamente oposta à forma como se deve lidar com a questão, que é uma questão real, discorda da solução recomendada pelo CH, pelo que vota contra a mesma. - Concluindo, e sobre os votos de saudação, disse concordar, genericamente, com as manifestações de valorização de datas importantes da Sociedade, nomeadamente a do 25 de Abril e a do 1.º de Maio, em particular, a do 25 de Abril pois, em 2024, celebram-se os seus 50 anos. -----

O membro **Eduardo Couto** (BE) fez a intervenção que se passa a citar: -----
“Antes de abordar os demais temas apresentados no PAOD, tenho aqui algumas questões a fazer ao senhor deputado do Chega. O Chega decide vir esta casa fazer uma tentativa de comício no Período de Intervenção do Público, e queria perguntar ao senhor deputado do Chega se acha que esta é a forma mais adequada de vincular as propostas do Chega no Município, porque, segundo o nosso regimento, o Período de Intervenção do Público



Ana Cunha

tem cerca de 30 minutos. Ora, a inscrição da concelhia, em bloco, do comício do Chega, conta com seis intervenções que, praticamente, esgotam todo esse tempo. Quer o Chega retirar espaço de intervenção aos municipais, ocupando o único espaço, nesta Assembleia, onde os municípios, de facto, se podem fazer ouvir? Mas, afinal, porque é que não é o senhor deputado a trazer estas propostas e posições da concelhia no PAOD, que é para isso que o PAOD serve? Ainda detém a confiança política do Chega? Há dois “Chegas” em Santa Maria da Feira? Isto é uma guerra de egos? Ninguém compreende.-----

O que não se compreende e que é vergonhoso é que um partido abra este precedente, com uma total falta de respeito por esta casa, pelos seus princípios, pelos seus eleitos, e que faça um gozo total aos feirenses, tentando recorrer a este púlpito para fazer um comício. É isso que o Chega tenta vir aqui fazer, um comício. É de lamentar.-----

Mas, vamos ao que interessa. Ao ler a proposta que aqui já foi mencionada do Chega, que, na prática, defende uma base de dados para perseguir pessoas por motivos políticos, à lá Gestapo, percebemos que ela é inconstitucional, uma vez que viola a Constituição, que não permite nem o recrutamento de pessoas contra a sua vontade, nem qualquer prejuízo ou benefício inerente à sua situação económica. Mas, para lá dos formalismos, colocam-se as seguintes questões perante uma proposta demagógica como esta. Por que razão aparece esta proposta? Por que razão o Chega apresenta esta proposta? É porque não se sabe, em Portugal, quem é que é beneficiário do RSI? Não. O RSI é uma prestação paga pela Segurança Social, logo a Segurança Social sabe quem é que são as pessoas que beneficiam do RSI. -----

É porque as pessoas, com RSI, não são acompanhadas nem fiscalizadas depois de receberam o RSI? Também não, porque estas pessoas são das mais vigiadas e acompanhadas do país, têm de levantar o sigilo da sua conta bancária, têm de fazer prova que estão em formação ou à procura de



Ana Cunha

emprego, sem o poder recusar, têm de ser acompanhados por técnicos, diga-se de passagem, funções muitas vezes acompanhadas e delegadas em IPSS do nosso concelho. Não confia o Chega nas IPSS do nosso concelho? Então, porquê desta proposta? É a pergunta que o Bloco de Esquerda faz. Porque o Chega tem ódio aos pobres, quer controlá-los, quer saber os seus nomes, quer saber as suas moradas. Mas, felizmente, e ainda bem que felizmente, longe vai o tempo onde a extrema-direita podia entrar pela casa das pessoas e decidir o que podem ou não fazer, e as pessoas terem de lhes dar cavaco. Um bem-haja a quem acabou com este regime, e um bem-haja a quem defende o RSI, sendo que 30% dos seus beneficiários são crianças, bastantes delas no nosso concelho, bastantes delas que passam fome e fortes necessidades e que, se não fosse o RSI, mais fome passavam, piores condições teriam. Muitas delas são vítimas de violência doméstica, tantas outras são famílias monoparentais, são centenas os casos no nosso concelho, a Câmara conhece-os, as Juntas conhecem-nos, as IPSS conhecem-nos, a sociedade conhece-os. Eles precisam de ser apoiados e não humilhados. Portanto, votaremos, obviamente, contra esta proposta.” -

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por dizer que, quanto à moção sobre a atribuição automática da tarifa social da água e quanto aos votos de saudação alusivos ao 25 de Abril e ao 1 de Maio, o grupo municipal do PS nada tem a opor.-----

Relativamente à recomendação para criação de uma base de dados de todas as pessoas que recebem o Rendimento Social de Inserção, apresentada pelo Chega, e a criar pela Câmara em colaboração com as Juntas de Freguesia e a Segurança Social, disse ser uma proposta criticável, argumentando que o modelo implementado, ao nível da política de emprego, de inserção social e de coesão, pode não ser perfeito, mas está devidamente assegurado pelas entidades que o tutelam. Referiu tratar-se de um compromisso entre o cidadão e as entidades envolvidas, pelo que



João Cunha

não tem de se estigmatizar, reforçando que as medidas sociais são um direito dos cidadãos, e não um fardo da sociedade, e a vida em comunidade dá, a todos, essa responsabilidade. -----

Relativamente às equipas de intervenção permanente disse que, na visão do grupo municipal do PS, tal como na do último Ministério da Administração Interna, são de especial importância as medidas de reforço e de resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações, à segurança das pessoas e dos bens. -----

Nessa perspetiva, questiona o Sr. Presidente da Câmara, se as solicitações feitas pelos bombeiros, de reforçar as duas equipas de cada corporação, estão devidamente fundamentadas, bem como a sua posição para o avançar da medida e, assim, aproveitar a parceria com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, em que cada uma das partes contribui com 50%. -----

Interveio o membro **João Cunha** (PSD) que, relativamente à moção do BE sobre a atribuição automática da tarifa social de água, disse remeter a posição do grupo municipal do PSD para tudo o que foi dito nas sessões anteriores a respeito do assunto, dando nota que o grupo municipal do PSD iria, novamente, votar contra esta moção. -----

Em relação aos votos de saudação ao 1 de Maio e ao 25 de Abril, referiu que o grupo municipal do PSD está em sintonia com, praticamente, tudo o que foi dito pelos membros antecedentes, frisando que são duas datas muito importantes, uma porque celebra a Liberdade e, a outra, o Dia do Trabalhador, pelo que votam favoravelmente. -----

Quanto às recomendações do Chega disse, em relação à que falta das Equipas de Intervenção Permanentes (EIP), que é caso para questionar o membro Miguel Branco por quem vem mandatado para solicitar novas EIP. Informou, assim, que existem 744 EIP a nível nacional, pelo que, havendo 308 municípios, tal perfaz uma média de 2,42 equipas, por município,



Ana Cunha

acrescentando que existem a nível nacional 3720 bombeiros, o que perfaz um rácio de 9 por município, dizendo que, se existem no Concelho 6 equipas e 30 bombeiros, está muito acima da média. -----

Referiu que o Município não descarta a importância destas equipas e vai continuar a apostar nelas, estando em tempo para o fazer até 10 de maio, se publicado o despacho, momento a partir do qual, o Município e as Associações Humanitárias detêm 30 dias para manifestar o interesse nessa matéria. Reiterou não perceber por quem vem mandatado o membro Miguel Branco, não lhe parece que seja pelos bombeiros, e assim sendo, o grupo municipal do PSD vota contra esta recomendação. -----

Em relação à recomendação sobre o Rendimento Social de Inserção disse que, do ponto de vista legal, trata-se de uma situação delicada, que é a de facultar dados sensíveis que violarão, muito provavelmente, o cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), para além de que estão em causa pessoas em situação muito débil e delicada. Salientou que, obviamente, existe uma base de dados porque o RSI não é atribuído à sorte, acrescentando que o grupo municipal do PSD concorda que se deve fiscalizar, mas que não concorda com o humilhar essas pessoas, pelo que vota contra esta recomendação. -----

Concluindo, e a respeito do voto de louvor ao Lusitânia de Lourosa Futebol Clube, apresentado pelo grupo municipal do PSD, agradeceu a todos os restantes partidos por se terem associado a este voto. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que, no seguimento da questão colocada pela deputada Susana Correia sobre a disponibilidade da Câmara em relação às Equipas de Intervenção Permanente (EIP), informou que, no Concelho, as primeiras equipas foram criadas em 2009, uma por cada corporação de bombeiros, e, depois, em 2019, foi criada a segunda equipa, perfazendo um total de 30 efetivos nas EIP. -----
Referiu que o custo destas equipas, por cada corporação, é cerca de 73 mil



João Cunha

euros, pelo que o investimento da Câmara ronda os 220 mil euros, confirmando que existe uma parceria entre as câmaras municipais e a Autoridade Nacional de Proteção Civil, na comparticipação de metade do valor.-----

Quanto aos rácios, e aludindo aos dados já transmitidos pelo membro João Cunha, declarou que os mesmos comprovam que os rácios do Município são bastante superiores aos rácios nacionais. -----

Referiu que, logo em 2019, a corporação de Lourosa propôs a criação de uma outra EIP, e, na altura, a Câmara Municipal decidiu, não a constituir porque a segunda equipa tinha acabado de ser criada. -----

Observou que é habitual, no mês de maio, ser publicado o despacho governamental pelo qual a tutela decide da necessidade de continuar a criar equipas, e a confirmar-se, a Câmara tem disponibilidade para, em conjunto com as corporações de bombeiros, analisar a situação, porque a situação financeira assim o permite.-----

Salientou que há algumas questões prévias a tratar com as próprias corporações de bombeiros, nomeadamente, o problema do preenchimento das 24 horas e o problema da base de recrutamento para estes contratos de trabalho.-----

Concluindo, reforçou que a Câmara está disponível para aumentar estas equipas, mas tem de tratar destes dois assuntos com as corporações de bombeiros do Concelho.-----

De seguida, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos em discussão, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

– *Voto de Louvor: 100.º Aniversário do Lusitânia de Lourosa Futebol Clube*, apresentado pelo PSD:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD:28, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o voto de louvor em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que



se dá aqui por transcrito. -----

- *Moção: "Atribuição automática da Tarifa Social da Água"*, apresentada pelo BE: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS:15, BE, CDU, IND), 29 votos contra (PSD:28, CH) e 2 abstenções (CDS-PP, IL), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

- *Voto de Saudação: "Viva o 25 de Abril!"*, apresentado pelo BE:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD:28, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Voto de Saudação: "Ao 1.º de Maio"*, apresentado pelo BE:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 49 votos a favor (PSD:28, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU, IND), aprovar o voto de saudação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Entrou o membro André Vivas Rocha. -----

- *Recomendação: "Urgência na implementação de pelo menos mais uma Equipa de Intervenção Permanente (EIP)"*, apresentada pelo CH: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS:15, BE, CDS-PP, CH), 30 votos contra (PSD:28, IL, CDU) e 2 abstenções (PSD:1 – Jorge Silva, IND), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----



Ana Cunha

O membro **Jorge Silva** (PSD) fez chegar à Mesa declaração de voto, por escrito, com o seguinte teor:-----

“Por razões de consciência não posso votar contra a necessidade de criações de novas EIP's, mas defendo que deve ser criada sim uma nova EIP em cada uma das corporações do Concelho, desde que as mesmas estejam disponíveis para as receber.”-----

- *Recomendação: “Criação de uma base de dados de todas as pessoas que recebem o Rendimento Social de Inserção no concelho”, apresentada pelo CH:-----*

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto a favor (CH) e 49 votos contra (PSD:29, PS:15, BE, CDS-PP, IL, CDU, IND), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

Posto isto, a **Sra. Presidente da Assembleia** possibilitou a cada grupo municipal usar da palavra para colocar questões à Câmara, se assim o entendessem, e de acordo com o tempo que restava a cada um. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Carlos Martins.-----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) para colocar algumas questões à Câmara relacionadas com uma notícia publicada no Jornal de Notícias, e republicada no site da Câmara, que diz que a autarquia estará disponível para prescindir do investimento no novo edifício dos Paços do Concelho para poder garantir o financiamento da obra do chamado túnel da Cruz. --- Neste âmbito, questionou porque é que a Câmara, se sempre foi dito que a responsabilidade do túnel da Cruz é do Governo, não consegue fazer com que o Governo cumpra as suas responsabilidades, principalmente, agora que é liderado pelo mesmo partido que lidera a Câmara e que integra pessoas do concelho. Perguntou porque é que só agora saiu esta notícia,



quando agora, aparentemente, até haveria mais condições para que a pressão sobre o Governo resultasse na execução da obra. -----

Questionou, ainda, o porquê da ligação ao tema do novo edifício dos Paços de Concelho, se ele foi apresentado, na primeira sessão do mandato desta Assembleia, como obra prioritária do mandato. Perguntou se a obra prioritária do mandato é, afinal, menos prioritária agora do que era no início, e se não há outras obras prescindíveis, para fazer aquele que foi apresentado, com pompa e circunstância, como o grande investimento a executar neste mandato. -----

Questionou, em caso de inexecução, se acham bem deitar ao lixo 880 mil euros de um concurso público, de um projeto de arquitetura, quando custa tanto aos munícipes pagar impostos e, dessa forma, contribuírem para esse investimento. -----

Referiu que, estando a IL contra a obra do novo edifício dos Paços do Concelho, gostava de saber se aquilo que vem nas notícias confere com a opinião do Executivo, ou se foi apenas uma derivação jornalística, sem nenhuma conferência com a realidade. -----

Posto isto, disse também querer relembrar a Câmara de requerimentos que a IL remeteu, em novembro de 2023, ainda não respondidos, e embora sabendo que, nesta sessão, vai ser apreciado o estatuto do direito da oposição, pretende abordar a questão neste Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Adiantou que a IL vai submeter mais 2 requerimentos, um a propósito dos investimentos realizados ao longo do mandato, pois estão a acontecer muitas empreitadas, querendo perceber se a Câmara consegue informar os investimentos, por freguesia, para se aferir da distribuição. Disse que o outro requerimento prende-se com o plano municipal de alterações climáticas, importante para os equilíbrios ambientais e para a descarbonização do concelho, para perceber em que fase está a aplicação do plano e se há algum relatório do progresso, dado que, isso não consta



Inês Cunha

do Relatório de Atividades de 2023. -----

Interveio o membro **Luís Nuno Vieira** (CDU) para colocar algumas questões ao executivo camarário, dizendo que a primeira se prende com as redes de água e de saneamento. Referiu que, no ano em que se comemoram os 50 anos do 25 de Abril, em que uma das conquistas foi o poder local democrático, poder esse que tem a obrigação de zelar pelo mínimo de condições das famílias, o serviço de água e saneamento continua a preocupar a CDU. Salientou que esta também deveria ser a preocupação máxima do executivo camarário, realçando que não vale a pena brincar com os números das estatísticas e dizer que cerca de 90% do concelho é servido pelas duas redes, pois o Sr. Presidente não deveria descansar enquanto existir uma família sem acesso às redes. Mencionou ser uma questão de equidade no tratamento dos feirenses, pois não podem coexistir feirenses de primeira e feirenses de segunda, para além da questão ambiental e de saúde pública que a todos deve preocupar. -----

Disse não ser possível que, em pleno século XXI, existam feirenses que não têm acesso ao saneamento ou à água potável, por não ser economicamente viável a instalação destas redes, fazendo notar que o Sr. Presidente tem a obrigação de assegurar que, nos próximos tempos, tal será resolvido. Referiu que, assim, lança o desafio aos presidentes das juntas de freguesia para que, nas próximas 4 semanas, entreguem ao executivo as referências das ruas das suas freguesias sem essas redes, pois são estes os problemas que os feirenses querem ver resolvidos. -----

Disse que a segunda questão, reitera uma que já foi colocada, mas não respondida, que se prende com execução da passadeira junto ao ATL conhecido como João Pé de Feijão, na Rua Nossa Senhora de Campos.-----

De seguida, questionou sobre o eventual conhecimento por parte da câmara sobre os despedimentos na fábrica de calçado Ecco, nesta cidade, dando nota que uma delegação da CDU, que contou com a presença dos



João Cunha

candidateados ao Parlamento Europeu, João Oliveira e Isabel Tavares, esteve em contacto com os trabalhadores, no momento, em que são confrontados com mais uma ameaça de despedimento coletivo. Realçou que esta multinacional, que tem lucros avultados e que tem beneficiado de fundos de apoio e benefícios fiscais ao longo dos anos, é a mesma que tem vindo a efetuar sucessivos despedimentos coletivos. Recordou que, em 2020, foram cerca de 100 trabalhadores despedidos, num universo de 1100, e em 2023, repetiu uma nova vaga de despedimentos, camuflada pelo uso do mútuo acordo. Disse que, agora, surgiu o anúncio de mais despedimentos, de cerca de 10% dos trabalhadores da fábrica. -----

Questionou, também, e atendendo a que este ano se comemoram os 50 anos do 25 de Abril, para quando a atribuição do nome Álvaro Cunhal a uma rua no concelho. -----

Para finalizar, disse querer deixar uma reflexão sobre o local onde se realizou a cerimónia do 25 de Abril, compreendendo que o Salão Nobre da Câmara, pela sua simbologia, corresponde a um espaço único no Concelho, entende que não oferece as condições adequadas ao público, que tem de estar 2 horas de pé para assistir à cerimónia. -----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que, aludindo ao despedimento na empresa Ecco e ao caos social que isso representa, questionou quais as medidas a implementar pela Câmara. -----

Referiu que, o segundo ponto que pretende abordar, diz respeito a algumas intervenções do Sr. Presidente da Câmara na comunicação social, acerca da Indaqua, questionando se há disponibilidade para, de facto, reconhecer que há necessidade de remunicipalizar o serviço de água e saneamento. ----

De seguida disse que, nas últimas eleições legislativas, houve um vandalismo generalizado a três forças políticas, mais concretamente, à CDU, ao PS e ao BE, to qual foi objeto de denúncia às autoridades. Preguntou, assim, se já chegou à Câmara algum tipo de informação sobre



Inês Cunha

o sucedido e que medidas poderá implementar no sentido de garantir que estes criminosos não repetem estes atos em propaganda política. -----
Por último, deu nota que, quando era vice-presidente do projeto Jovem Autarca, há uns mandatos, chegou a ter muitas reuniões com a então Vereadora do Pelouro da Educação e Juventude, agora Presidente da Assembleia Municipal, acerca do Skate Parque, e, entretanto, licenciou-se e está a terminar o mestrado, e o equipamento não existe. Terminou, questionando quando será executado o Skate Parque, ou o parque de desportos radicais, porque faz falta à juventude e configura o cumprimento de uma promessa feita pelo executivo.-----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que começou por dizer que, em sessões anteriores, já questionou a Câmara sobre umas derrocadas de terras que têm acontecido nas traseiras de um ATL, na Avenida Doutor Domingos Caetano de Sousa, o que reitera. -----
Referiu, de seguida, que está a ser executada uma edificação, no cruzamento entre a Rua do Calvário e a Travessa do Calvário, numa zona habitacional daí questionar se é uma indústria ou se é um armazém, quem é que aprovou o projeto e em que moldes o fez.-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse que, estando a chegar a época de verão, altura de calor e de férias, o único equipamento que o Concelho tem para as pessoas poderem usufruir de uma piscina municipal a céu aberto, é a piscina de São João de Ver, questionando se a Câmara tem como prioridade fazer com que isso seja uma realidade, com condições de segurança, para usufruto do público. -----
Referiu novamente o assunto da requalificação da Avenida do Sarrilha, questionando se há previsão para o início da obra, dessa que é uma das principais estradas de ligação, de várias freguesias do concelho, e que se encontra em pior estado.-----



De seguida, disse saber que o Município tem intenções de concretizar o centro interpretativo do Castro de Romariz, questionando se há algum desenvolvimento desse projeto. -----

Concluindo disse que, ao fim de 10 anos de desativação da antiga EB 2,3 Fernando Pessoa, no centro da cidade, o espaço continua a degradar-se diariamente, comentando que, enquanto não forem executadas as obras para ali instalar o centro escolar de Santa Maria da Feira, deve ser feita a manutenção do espaço porque o estado atual nos deixa a todos envergonhados. -----

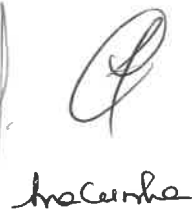
Interveio o membro **Lécio Dias** (PS) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Santa Maria da Feira é hoje, como sempre foi, terra de talento. Não se dando à mediocridade, os feirenses contentam-se apenas e só com o mais digno dos acontecimentos. Ainda que seja vantajosa a celebração de vitória inerente aos grandes feitos, o reconhecimento moroso dos que entre nós se destacam é, naturalmente, motivo de reflexão urgente. Congratular (tardiamente) o sucesso não pode ser algo próprio das nossas gentes. -----

Veja-se: é habitual encontrar o infortúnio no desperdício das capacidades dos mais jovens. Falamos de adolescentes e de crianças que, por motivos bem mais exigentes que a preguiça, embrutecem (regularmente) as suas apetências até que, por fim, se conformam com o potencial desperdiçado. --

Para esse efeito, importa esclarecer que um dos fatores mais presentes e vinculados no âmbito dessa falência é o da discriminação económica. No ano em que se celebra o quinquagésimo aniversário do 25 de abril, constata-se como verdade absoluta que a Democracia é causa de grandes feitos. Um dos mais respeitados é o acesso democrático à educação e à cultura. -----

Para cumprir o que nos compete, assegurando a correção dos que podem ficar para trás por motivos monetários, e por não ser possível ser berçário



de grandes génios, sem berços, propomos a criação de um apoio destinado a financiar a frequência dos jovens até aos 18 anos numa atividade artística à sua escolha, desde que integrada no âmbito e competência das nossas Associações e Entidades. -----

Apoio esse que deve ser concedido mediante apresentação de comprovativo de frequência e de inscrição e, claro está, tendo em conta a dimensão do agregado familiar e os seus rendimentos. O propósito é beneficiar da relação proveitosa entre o município e as associações, de modo a complementar, através do associativismo, a formação dos mais novos, sem dispêndio de valores avultados. -----

Não sendo presumível o tratamento da arte e da cultura como mera despesa, reflita-se a fim de compreender esta medida como um investimento a longo prazo, como meio de libertação dos espíritos taciturnos e apagados. Preocupa-nos a necessidade de disponibilizar financiamento para projetos que não encontram uma solução viável à sua sobrevivência, além do apoio público. Constata-se que o foco e os meios estão a ser direcionados para soluções de segundo ótimo, inviabilizando o futuro que garantirá a manutenção e desenvolvimento da cultura feirense. -

Criar mercado não passa por responder (apenas e só) às necessidades imediatas dos artistas de hoje, mas sim por aproximar a sensibilidade dos mesmos à íntegra manifestação própria da estética e identidade dos artistas feirenses de amanhã. Não se pode privar uma criança de encontrar e promover o seu talento, por só ser possível aos seus familiares assegurar as suas refeições na escola ou o material destinado à sua frequência. -----

Não é justo encolher e/ou limitar o desenvolvimento da sensibilidade artística e espírito crítico dos que pouco têm. Em igual medida, não se pode exigir dos pais e das entidades feirenses o sacrifício pleno a favor do progresso e do desenvolvimento dos seus, para que (após a afirmação futura) os mesmos sejam celebrados como nossos. -----

Como tal, onde couber fome, onde couber sede e onde couber abandono,



não caberá a Democracia, independentemente do tipo de manifestação física e/ou intelectual que apresentem.” -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos, começando por aludir ao tema da requalificação da zona da Cruz, geralmente, entendida como o Túnel da Cruz. Informou que, já com o anterior Governo, a Câmara assinou um protocolo com a empresa Infraestruturas de Portugal, S.A. comprometendo-se a fazer um estudo prévio, para que pudesse ser homologado por aquela entidade, com o compromisso de que o projeto de execução seria pago, na íntegra, pela Câmara. Salientou que, não se trata tanto de um governo ou de outro, mas sim da resolução de um problema, reforçando que a forma de pressão utilizada foi a de participar e ajudar na execução do túnel da Cruz. -----

Referiu que o estudo prévio foi homologado e prevê, grosso modo, uma redefinição da rotunda de acesso à A1, assim como a construção do túnel da Cruz, que começará, no sentido e em direção a São João da Madeira, na zona do hotel Nova Cruz e vai até à zona do Monumento aos 100 anos do Clube Desportivo Feirense. Disse que prevê, ainda, uma entrada no Hospital São Sebastião para veículos de emergência e para profissionais, e uma interseção com a futura Avenida da Europa, projetada entre a Avenida 25 de Abril e a Avenida 5 de Outubro, na zona do hipermercado E'Leclerc. Explicou o citado estudo prevê, também, na zona de Picalhos, uma rotunda de forma ovalada para permitir uma nova fluência de trânsito à circunvalação da cidade de Santa Maria da Feira. Deu nota que, por cima do túnel, está desenhada uma grande praça, com arruamentos urbanos e com uma zona arborizada, fazendo a ligação entre a cidade e a urbanização de Santo André, conhecida como urbanização dos Passionistas. -----

Informou que, neste momento, as peças procedimentais para a abertura do procedimento por concurso público encontram-se para aprovação do Conselho de Administração da referida empresa, Infraestruturas de



Ino Cunha

Portugal, para se encontrar a equipa que vai projetar toda a intervenção, acrescentando que será aberto por cerca de 600 mil euros, mais IVA.-----

Quanto à questão da notícia, disse que ela é verdadeira, que é factual, salientando que a Câmara tem contas firmes e robustas, mas que, necessariamente, tem de fazer opções. Mencionou que, sendo a construção do túnel da Cruz uma necessidade, cada vez mais premente, dado o crescimento da cidade para a zona dos Passionistas e o aumento do trânsito, o que a Câmara declara é que, se tiver de fazer um esforço financeiro, de forma a pressionar a execução, pelo Governo, desta obra, está disponível para tal. Afirmou que a obra mais pesada que a Câmara tem, do ponto de vista financeiro, é o novo edifício dos Paços do Concelho, pelo que, se tiver de optar, optará pelo túnel da Cruz, comentando que acredita que esta posição será secundada pelos restantes partidos e por grande parte da população. Em relação ao edifício dos Paços do Concelho, disse, estar atento às oportunidades ao nível do financiamento por via dos fundos comunitários, no âmbito, por exemplo, do edificado e da modernização administrativa, que não as rejeitará, até porque o projeto foi elaborado para isso.-----

Reforçou que, logo após o Governo ter tomado posse, a Câmara solicitou uma reunião ao Primeiro-Ministro, ao Ministro das Infraestruturas e ao Ministro da Coesão, para abordar o tema do Túnel da Cruz, frisando que a Câmara vai exigir que o Governo ordene a execução desta obra e a financie, envidando todos os esforços nesse sentido, mas deixando claro que esta é uma responsabilidade primordial dos governos de Portugal. -----

Disse que considera tratar-se de uma boa decisão da Câmara, no adotar esta posição perante o Governo português, reafirmando que o que se pretende é que o Governo a autorize, abra o concurso, e que a Câmara está disponível para participar no custo da mesma, para que não haja nenhuma razão que obste a que, um governo de Portugal, qualquer que ele seja, não avance. Reiterou que esta é a posição da Câmara, pelo que aquilo



que a notícia veiculada é factual. -----

Sobre a questão relativa ao plano energético de descarbonização, disse que algumas das medidas, aquelas que são mais pesadas, estão a ser cumpridas. Informou que os serviços do pelouro do Ambiente estão, junto dos diferentes pelouros, a ultimar o ponto da situação e o cumprimento deste projeto, para, depois, em conjunto com a Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, da qual o Município faz parte, fazer o relatório final para, então, ser presente à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal. -----

Sobre as questões respeitantes às redes de água e de saneamento referiu ser um facto que a taxa de cobertura do Concelho é, no saneamento, de 97%, e na água de 98%, comentando que mencionar estes dados não é brincar com as estatísticas, pois são dados reais e refletem muito trabalho, tempo e investimento. Salientou que estas taxas são muito superiores à média europeia, e muitíssimo superiores a quase todos os municípios vizinhos, realçando que não se pode, de maneira nenhuma, menosprezar as taxas de cobertura de água e saneamento do Concelho. -----

Referiu que, dito isto, o objetivo da Câmara é chegar muito próximo dos 100%, e que é por isso que a Câmara, do bolo dos fundos comunitários da Área Metropolitana do Porto, de cerca de 28 milhões, alocou, cerca de 5 milhões de euros para concluir essas redes. Clarificou que essa verba é insuficiente, mas que a autarquia está disponível, por via do orçamento municipal, para a completar, ressaltando que o que falta fazer é a parte tecnicamente mais difícil e demorada. -----

Frisou que a Câmara não precisa que as juntas de freguesia lhe indiquem, em 4 semanas, quais as ruas que precisam de ser feitas, porque esse trabalho está realizado, e também não precisa que lhe seja dito que tem de acelerar para chegar aos 99% ou 100% de taxa de cobertura, porque, neste momento, estão a ser feitas obras de extensão das redes de água e de saneamento em várias freguesias, como, por exemplo, em Pigeiros, em



maCunha

Paços de Brandão e em Mozelos, trata-se de um trabalho contínuo.-----
Realçou que, assim, apesar das taxas de cobertura que o Concelho tem
serem elevadíssimas, não deixam o Executivo ainda satisfeito, pelas razões
que o membro Luís Nuno Vieira, da CDU, enunciou.-----
Sobre a questão da passadeira junto ao ATL conhecido como “João Pé de
Feijão”, na Rua Nossa Senhora de Campos, disse já ter mandado os
serviços analisar a situação, explicando que a questão não tem a ver com a
passadeira, mas sim com a colocação de uma proteção à saída do ATL, que
é privado, igual àquelas que existem em todas as escolas públicas, mas
que essa é, uma obrigação da própria instituição privada. Disse não saber
se há algum problema com os vizinhos ou alguma questão com a largura
do passeio, mas que vai insistir para reavaliarem a situação reportada.-----
Relativamente à empresa conhecido por Ecco, disse existir essa
preocupação, neste momento, com a fileira do calçado, acrescentando que
a perceção que existe é que, apesar dos despedimentos, o tecido
empresarial do Concelho, de várias áreas, tem conseguido absorver
rapidamente os trabalhadores despedidos. Referiu que os que não foram
absorvidos, são acompanhados pelo Município, que ajuda, no imediato, a
fazer face a qualquer carência, e, depois, no colocar essas pessoas no
mercado de trabalho. Disse que a Câmara vê com preocupação os
despedimentos no setor do calçado, desta e de outras empresas, esperando
que a situação se resolva, sendo que, até ao momento, a capacidade de
empregabilidade do território tem respondido e, no restante, a Câmara
Municipal, através da Agência Local em Prol do Emprego (ALPE), dá o apoio
devido.-----
Sobre a questão da Indaqua, disse existir um contrato de concessão e que,
daqui a alguns anos, estará em discussão a sua renegociação. Referiu que
considera que os interesses dos feirenses só serão acautelados nesses
momentos, do ponto de vista dos timings legais e jurídicos, frisando que
não é este o momento, nem nesta assembleia, nem neste mandato que



caminha para o seu fim. -----

Em relação à questão do vandalismo dos cartazes nas campanhas, disse que essa não é uma responsabilidade da Câmara Municipal. Lamentou o sucedido, até porque não percebe o objetivo desse proceder, acrescentando que a Câmara pode sempre contactar e alertar a PSP, até porque se avizinha um outro período eleitoral. Disse que, neste âmbito, aproveita para dar nota que já passaram algumas semanas sobre as últimas eleições e continua a ver propaganda, alguma dela colocada em sinais de trânsito, o que não é aconselhável e deve ser corrigido.-----

Quanto ao Skate Parque, disse ter sido um dos grandes motivadores e entusiastas do projeto Jovem Autarca, informando que está a ser feita uma intervenção de requalificação na zona dos Passionistas, que passa pela consolidação da zona de passeios, por ajardinamentos e melhoramentos da sinalética vertical e horizontal. Explicou que se trata de um conjunto de terrenos com cerca 15 mil m², que estão a ser alvo de um estudo prévio para dotar a zona de um parque urbano, com um parque infantil e um skate parque. Disse que a ideia inicial era fazer algo mais pequeno, mas, entretanto, avançou-se para um parque com maior dimensão, para dar resposta à população já existente e ao potencial de crescimento da zona, ressaltando que a linha de força dos técnicos, e dos políticos, em sede do projeto de execução, foi a construção do Skate Parque, por causa desse prazo de 10 anos que, entretanto, já ocorreu.-----

Sobre a questão das derrocadas de terras na Avenida Doutor Domingos Caetano de Sousa, disse que tal não ocorre bem na Avenida, mas sim nas linhas de água que passam mais abaixo, mencionado que o assunto está identificado e que, de facto, tem alguma urgência. Acrescentou que algumas empreitadas estão preparadas para o efeito, mas que carecem de autorização da Agência Portuguesa do Ambiente, ao mesmo tempo, que está a ser elaborado o projeto de águas pluviais para aquela zona.-----

Em relação à questão do armazém localizado ao cimo da Rua do Outeiro,



Ana Cunha

no sentido de São João de Ver para o Cavaco, disse não saber qual o uso que está previsto para o mesmo, pedindo à senhora vereadora responsável por essa área para responder, por escrito. -----

Quanto à requalificação da Avenida do Sarrilha, deu nota que os 2 lotes da obra foram ganhos pelo mesmo empreiteiro, o qual está a elaborar os planos de trabalho e de segurança, para entrar em obra, o que julga acontecerá nas próximas semanas, sem prejuízo do prazo, da vontade e da gestão dos trabalhos do empreiteiro.-----

Sobre a piscina de São João de Ver, disse que irá falar com os responsáveis da empresa municipal, Feira Viva, sobre essa matéria porque não sabe se, no verão, a piscina tem condições para estar aberta. Aproveitou para anunciar que a Câmara vai intervir nas coberturas das outras três piscinas municipais.-----

Em relação ao centro interpretativo do Castro de Romariz, disse que a Direção-Geral do Património Cultural mandou fazer novas sondagens, que foram feitas, tendo sido encontrados vestígios arqueológicos, dando nota que, assim que terminadas, aquela Direção-Geral, ou autoriza a Câmara a iniciar a construção do centro interpretativo ou manda relocalizar o mesmo, estando a Câmara preparada para as duas eventualidades. -----

Sobre a questão da antiga EB 2,3 Fernando Pessoa, informou que o projeto de execução do novo centro escolar e jardim de infância da cidade de Santa Maria da Feira, que para além desta escola, prevê a requalificação integral do pavilhão ali existente, está pronto para revisão de projeto. Referiu que este centro escolar será o maior do Concelho e um dos maiores do país, o que levou a um debate grande com a Direção Regional de Educação do Norte. Salientou que, pelo valor envolvido, é um projeto que vai ser alvo de revisão e de visto do Tribunal de Contas, sem prejuízo de, e respondendo à questão concreta, se mandar fazer uma manutenção do espaço, o que recomendou ao senhor vereador responsável por essa área, presente nesta sessão.-----



Concluindo, a respeito da intervenção feita pelo membro Lécio Dias, do PS, pediu ao Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Educação, Juventude e Turismo para analisar a questão, para, depois, se poder dar uma resposta ou mesmo se concretizar aquilo que foi sugerido. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 - Atas:-----

- **Ata N.º 16 – Sessão Ordinária de 16 de fevereiro de 2024**-----

- **Ata N.º 17 – Sessão Extraordinária de 29 de fevereiro de 2024**-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu a apreciação dos senhores membros as atas em epígrafe, que lhes foram oportunamente disponibilizadas, dando nota que os membros que não estiveram presentes nas referidas sessões não participam na sua votação.-----

- *Ata N.º 16 – Sessão Ordinária de 16 de fevereiro de 2024*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 44 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe.-----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Carlos Martins, Eva Costa, Jorge Paulo Pereira, Lécio Dias, João Figueiredo, Célia Soares, Luís Nuno Vieira, Manuel Santos, Filipe Araújo e Alberto Tavares.-----

- *Ata N.º 17 – Sessão Extraordinária de 29 de fevereiro de 2024*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 30 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe.-----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Jorge Ferreira, Carlos Martins, Jorge Paulo Pereira, Regina Silva, Lécio Dias, João Figueiredo, Célia Soares, Luís Nuno Vieira, Manuel Santos, Filipe Araújo, Minervina Rocha, César Resende, Manuel Melo, José Carlos Silva, Rui Rios, Avelino Costa, Nuno Joel Rocha, Valdemar Silva, André Rocha, Nuno Albergaria, Maximino Costa, José Martins, Alberto Tavares e Francisco Andrade.-----



João Cunha

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município --

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício, registado sob o n.º 7.014, em 22/04/2024, subscrito pelo Sr. Presidente da Câmara, referente ao II Relatório de 2024, o qual sintetiza a atividade e situação financeira do Município – documento oportunamente disponibilizado aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que começou por dizer que, há umas semanas, o Governo da AD anunciou o fim da Derrama, imposto este que o BE considera justíssimo uma vez que cobra aos que mais lucram uma ínfima parte dos seus elevados lucros. Disse entender que o fim deste imposto é uma profunda injustiça e um forte ataque ao Estado Social, salientando que o BE defendeu, desde sempre, a aplicação máxima deste imposto em Santa Maria da Feira, por uma questão de justiça fiscal. Neste sentido, questionou qual a posição do Executivo, para compreender se concorda, ou não, com esta borla fiscal anunciada pelo Governo.-----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por sublinhar que, do documento, na parte da listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados, já se encontra registado o tipo de procedimento adotado, de acordo com o solicitado pelo PS, o que permite perceber se se trata de concurso público ou o de ajuste direto.-----
Em relação à listagem, e à rúbrica nela aposta com a designação “Apoio técnico especializado na área da cognição e da promoção da saúde cognitiva”, disse que gostava de perceber o que é que a mesma concretiza, em termos de medida pública. -----

Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que, em relação às palavras proferidas pelo membro Eduardo Couto, disse que o que está em questão



não é uma interpelação à Câmara, mas sim um debate político à procura de um posicionamento político da Câmara que, eventualmente, possa estar em contradição com o Governo. Disse ser prematuro falar sobre essa matéria, comentando que é preciso esperar para ver o que vai ser feito e se existem, por exemplo, medidas compensatórias, para, depois, os municípios se pronunciarem, e não a Assembleia fazer uma avaliação política de uma medida do Governo. -----

Sobre a pergunta da deputada municipal Susana Correia, disse que a rúbrica mencionada contende com o PAOITI, conjunto de medidas que estão a ser lideradas pela Câmara, suportadas em candidaturas a fundos europeus para apoiar comunidades desfavorecidas, e que envolvem os municípios que integram a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria. Acrescentou que a candidatura tem dezenas de medidas, algumas delas enumeradas na listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados, mas não acompanhando a medida questionada, pedia ao Sr. Vereador Vítor Marques, do Pelouro da Ação Social, Saúde, Proteção Civil e Bem-Estar Animal, para fazer chegar, por escrito, à deputada Susana Correia, a explicação concreta. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado a informação em referência. -----

3 – Estatuto do Direito de Oposição – Relatório de Avaliação do ano de 2023 -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício, registado sob o n.º 6.129, em 05/04/2024, subscrito pelo Sr. Presidente da Câmara, que anexa o relatório em referência, dando nota que instrui ainda o assunto a deliberação camarária de 25 de março de 2024 relativa à mesma matéria – documentos oportunamente



MaCunha

disponibilizados aos membros da Assembleia Municipal. -----

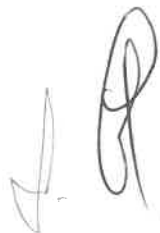
Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse querer deixar claro que, apesar do relatório estar bem redigido, há algumas questões, no que diz respeito ao Estatuto do Direito de Oposição, que precisam ser levantadas. - Referiu que a primeira é que os documentos continuam a chegar de forma mal digitalizada, com uma difícil compreensão e com uma leitura complicada. Salientou que, por vezes, quando os documentos são digitalizados, seria muito mais fácil anexar o documento em forma digital, para que se pudesse copiar e colar e, até, comparar com outros documentos que, muitas vezes, até acabam por ser os mesmos. -----

Disse que um segundo ponto é que, muitas vezes, principalmente para os partidos com menos representantes, como se sucede nesta Assembleia, torna-se complicado receber documentos com quase 300 páginas, com tão pouca antecedência em relação à sessão da Assembleia. Realçou que, desse ponto de vista, a Oposição fica coxa e torna muito complicado, aos partidos com um só representante, acompanhar as matérias, em comparação com outros partidos que têm bancadas, comentando que considera importante trazer esta ressalva ao debate. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse que, apesar de já ter mencionado, nesta sessão, o tema da resposta aos requerimentos, gostava que tal fosse exarado, em ata, neste ponto. -----

Referiu que o relatório de avaliação apresentado tem um ponto, o ponto 1, que é relativo à Assembleia Municipal, e que no ponto 1.1, sobre o direito à informação, diz expressamente, na alínea d), que o Município deve dar resposta, em tempo útil, aos pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia Municipal. -----

Disse querer reforçar que tal nem sempre acontece, e, para o cumprimento desta recomendação, era bom que os serviços municipais estivessem



atentos àquilo que diz o Estatuto, dando resposta aos requerimentos, de forma regimentalmente correta.-----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“O direito à Oposição é fundamental para garantir uma democracia saudável e eficaz. No entanto, muitas vezes esse direito é dificultado e até limitado pela maneira como os deputados representam seu papel perante a população. Na nossa Assembleia, é evidente que a maioria dos deputados não tem acesso às minutas da Câmara, o que torna difícil realizar um trabalho mais ativo e célere em benefício dos cidadãos. -----

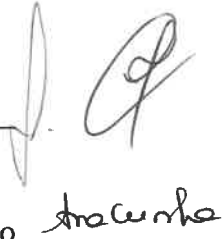
É essencial que as reuniões camarárias sejam transmitidas online, da mesma forma que as reuniões da Assembleia, para que os assuntos sejam discutidos de forma transparente e igualitária. Todos os feirenses deveriam ter acesso a essas informações, pois só assim podemos garantir uma participação democrática plena. -----

Além disso, é fundamental que os partidos com assento na Assembleia tenham espaços adequados para receber os feirenses, em vez de gabinetes ou salas arrendadas pelos próprios deputados. -----

Isso garantiria um contato mais direto e próximo entre os representantes eleitos e a população, fortalecendo a representação política e a democracia local. -----

É importante também considerar a linguagem utilizada nos relatórios. Muitas vezes, eles são redigidos de forma técnica e complexa, o que dificulta a compreensão por parte dos cidadãos comuns. Os relatórios de contas devem ser mais acessíveis, utilizando uma linguagem simples e clara, para que todos possam entender onde está sendo gasto o dinheiro público e para onde está sendo direcionado. -----

Portanto, é necessário estabelecer um estatuto que garanta o direito à



Susana Correia

Oposição de forma efetiva, promovendo a transparência, a participação cidadã e a prestação de contas, elementos essenciais para uma democracia verdadeira e representativa. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa, igualitária e democrática para todos os feirenses.”-----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que, sobre o relatório em apreço, disse entender-se por oposição, a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas do órgão executivo. -----

Referiu que o direito à informação sobre o andamento dos mais diversos assuntos de interesse público municipal, é, por exemplo, dar resposta, em tempo útil, aos pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia Municipal, bem como disponibilizar à Assembleia Municipal as atas das reuniões de Câmara após aprovação, não apenas a minuta, e, por último, distribuir os documentos necessários à tomada de decisão.-----

Em relação às atas completas das reuniões de Câmara, referiu que são uma frequente ausência, e que é exemplo disso, o ponto seguinte da Ordem do Dia que versa sobre a Prestação de Contas do Município, não se conseguindo perceber o que foi discutido, neste âmbito, na reunião da Câmara. Acrescentou que, também não se consegue perceber, que os vereadores do Partido Socialista vincaram a obra do Túnel da Cruz, como sendo uma prioridade total para o Concelho, em sede de reunião do executivo, quer porque a ata não foi disponibilizada quer porque as reuniões de Câmara não são transmitidas on-line. Continuou dizendo que o grupo municipal do PS sente que há uma clara despreocupação, por parte do Executivo, em manter esta Assembleia Municipal a par dos assuntos de interesse para o Município. -----

Recordou que desde a presença, nesta Assembleia, do Secretariado Executivo Metropolitano, nunca mais, a mesma, soube algo sobre o transporte coletivo de passageiros, comentando que tudo aquilo que pede é



Ana Lamas

que, efetivamente, se tenha em atenção, e em conta, a função deste órgão. -
Sobre o tema das respostas aos requerimentos, deu nota que o grupo municipal do PS apresentou pedidos de informação a 04/07/2023, 12/07/2023 e 12/09/2023, tendo a 14/11/2023 reiterado tais pedido. Disse que, em 12/12/2023, e em resposta a uma pergunta sobre a concessão da água e saneamento, responderam que este assunto será objeto de estudo técnico, científico e político, na altura própria.-----
Referiu que estes sinais se mantêm desfavoráveis em 2024, uma vez que foram feitos pedidos de informação em 09/01/2024, 10/01/2024 e 20/03/2024, que ainda não obtiveram resposta, pelo que, quando o Executivo refere, no relatório, que se mostra cumprido o Estatuto do Direito da Oposição, o grupo municipal do PS entende que não. -----
Salientou que, passados 50 anos do dia 25 de Abril, não basta elogiar uma das maiores conquistas de todos, a do Poder Local, pois é preciso que a todos seja dada a oportunidade de participar no desenho do Poder Local, acompanhando os novos tempos, a modernidade, ir e fazer além dos mínimos, fazer diferente, melhorar. -----
Concluindo, disse que um sinal que este Executivo podia dar, na comemoração dos 50 anos do dia 25 de Abril, era adotar a transmissão on-line das reuniões de Câmara, o que constituiria um sinal de modernidade, de desprendimento, do ousar e do ir mais além.-----

A deputada municipal **Ana Lamas** (PSD) fez a intervenção que se passa a citar: -----

“Na sequência do ponto em debate, gostaria de chamar a atenção de todos para este, que é um tema fundamental na nossa democracia, o Estatuto do Direito da Oposição. -----

Como representantes eleitos pelo povo, temos o dever de garantir que todas as vozes sejam ouvidas, respeitadas, independentemente de estarem, ou não, no poder.-----




Aro Ceirinho

O Direito da Oposição não é apenas um conceito abstrato, é algo importante da nossa democracia, que permite o escrutínio, o debate proficuo de ideias, para ultrapassarmos os desafios. Esta geração de ideias tem de ser com razoabilidade, praticabilidade, que são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer comunidade.-----

Neste sentido, gostaria de reconhecer e elogiar o atual Executivo pelo seu compromisso com o cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, num momento em que vemos tantos desafios à democracia, em tantas partes do mundo, é louvável que o nosso Executivo reconheça a importância vital da participação democrática e do pluralismo político. -----

Ao longo deste mandato, temos testemunhado o empenho incansável do Executivo em garantir que o Direito da Oposição seja respeitado, valorizado, em todas as suas formas. -----

Este compromisso não apenas fortalece a nossa democracia, mas também promove um ambiente político saudável e inclusivo para todos. -----

O Poder Local tem pautado este mandato pelo cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, reconhecendo como um princípio essencial para o funcionamento democrático do nosso concelho, e isso reflete-se não só em palavras, mas em ações concretas, como, por exemplo, o acesso à informação pública, à promoção de debates abertos, como hoje se pode constatar a disponibilidade da Câmara Municipal para estes debates e para dar resposta às solicitações. -----

Em última análise, verifica-se que o atual Executivo tem fortalecido a nossa democracia como um todo, para que tenhamos uma democracia local mais vibrante, inclusiva, e tornando o nosso concelho um excelente concelho para se viver.” -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse que o relatório em apreço é um relatório factual, que visa avaliar o grau de observância do Estatuto do Direito de Oposição, direito consubstanciado no direito à



João Cunha

informação, no direito de consulta prévia, no direito de participação, no direito de presença e participação, no direito de depor e no direito de pronúncia. Referiu, quanto ao direito de pronúncia sobre o relatório de avaliação, que o que a lei prevê é que todos os partidos titulares do Direito de Oposição se podem pronunciar sobre o mesmo, em termos orais ou por escrito, assumindo, assim, as suas diferentes posições e avaliações políticas. -----

Prosseguindo, disse ficar satisfeito por não haver nenhuma acusação à Câmara quanto a atos de ocultação, de censura, de não participação, acrescentando que nos órgãos municipais, executivo e deliberativo, existe uma enorme probidade nas perguntas colocadas, existe um amplo debate e um respeito mútuo, o que representa, em suma, uma enorme maturidade democrática. Comentou que este facto não é de somenos importância, tendo em conta o tempo em que se vive e o que se assiste noutros fóruns políticos, pelo que, se impõe sublinhar a saudável convivência democrática que existe nos órgãos municipais. -----

Quanto à questão das respostas aos requerimentos, respondeu que vai pedir aos serviços que enviem os que se encontram em falta a cada um dos senhores vereadores, para que respondam e cumpram o prazo regimental. - Neste âmbito, lembrou a deputada Susana Correia, não como desculpa, mas como algo a melhorar, que na Assembleia da República, os requerimentos não respondidos aos deputados atingem percentagens elevadíssimas, o que é transversal a todos os governos, ressaltando que essa não é uma boa prática, e que no concelho estamos muito longe do que se passa na Assembleia da República. -----

Realçou, ainda, que o Executivo tem a obrigação de responder, e a resposta é valorada, positiva ou negativamente, pelas oposições, o que é um processo natural. -----

Quanto à elaboração das atas, disse ser um grande trabalho dos serviços técnicos da Câmara, frisando que a opção tomada é a de que as atas sejam



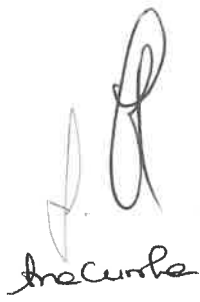
João Cunha

muito expositivas, fazendo constar quase tudo o que é debatido nas reuniões, ao contrário de outros municípios que adotaram um modelo mais simplificado. Disse que se entendeu ser o melhor formato, para a memória histórica e para o debate político, porquanto, uma ata sumária, incorporaria menos informação e traria mais problemas. Frisou que também é preciso ter em conta que existem limitações, dos próprios serviços, na execução das atas, sublinhando o esforço que fazem, para que sejam presentes e aprovadas em tempo. -----

Sobre a questão dos timings, fez sobressair que os mesmos são escrupulosamente cumpridos, de acordo com o estipulado na legislação. Referiu que se pode dizer que os timings legais deviam ser maiores, mas que, para isso, é preciso mudar a legislação, comentando que os diferentes partidos têm o poder de, junto da Assembleia da República, propor o aumento dos prazos, mas que não se pode dizer que há uma diminuição dos direitos da oposição quando os prazos consagrados na lei estão a ser cumpridos.-----

Quanto à informação dada pela Câmara, recordou que as reuniões camarárias ocorrem, quinzenalmente, constituindo o fórum político, por excelência, onde o Executivo é escrutinado na sua atuação diária, comentando que a Assembleia Municipal é um órgão diferente. Lembrou que os partidos da oposição podem fazer todo o tipo de perguntas e solicitar o agendamento de assuntos, pelo que este é um caminho que tem, obviamente, uma dupla direção.-----

Sobre a questão das transmissões on-line das reuniões de Câmara, disse poder-se fazer essa discussão, mas sublinha que transmitir não aumenta o grau de transparência da Câmara Municipal, órgão, pela qual ela já existe. Reforçou que todas as reuniões são públicas, têm a participação de diferentes partidos, têm o acompanhamento dos órgãos de comunicação social, comentando que se pode associar a não transmissão a menor informação e ao menor acompanhar dos trabalhos, mas que nunca se



poderá associar à falta de transparência. -----

Disse que, na sua opinião, a Oposição tem, como não podia deixar de ser, toda a liberdade, todas as condições e, na medida do possível, o apoio da Câmara para exercer a sua função de escrutínio. Terminou, frisando que o Executivo valoriza o papel da Oposição e, que há vários exemplos, em que se vai ao encontro das posições dos vereadores da Oposição, o que é um sinal dessa valorização. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal apreciado e tomado conhecimento do relatório em referência. -----

4 – Relatório e Prestação de Contas do Município de 2023-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Luís Nuno Vieira** (CDU) que disse que a CDU gostava de saber, por parte do Executivo, todo o valor recebido a título da transferência de competências na área da Educação, uma vez que se encontra disperso por várias rubricas no Relatório, tornando-se quase impossível esta análise. -----

No âmbito da mesma matéria, disse que a CDU volta a solicitar o relatório da comissão de acompanhamento, comentando que ter sido solicitado, pelo menos, por duas vezes, mas que ainda não o recebeu. -----

No mesmo enquadramento, perguntou se o encargo para o Município corresponde a 2 milhões de euros. -----

De seguida, e aludindo às transferências de capitais para as instituições



Incluído

sem fins lucrativos, no valor de cerca de 1 milhão e 700 mil euros, afirmou que a taxa de execução é de somente 33%, questionando a que instituições diz respeito e a que se deve tão baixa taxa de execução. -----

Concluindo referiu que, no quadro 5 do Relatório de Gestão, relativo ao orçamento do ano 2023, a CDU detetou haver um desvio das despesas correntes de 42 milhões de euros, questionando a sua razão de ser. -----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“O relatório abrange a atividade financeira até março de 2024, com dados que refletem a situação fiscal, capacidade de endividamento, prazo médio de pagamento a fornecedores e lista de obras e fornecimentos. -----

Atividade Financeira: -----

Os impostos diretos, incluindo IMI, IMT, IUC e derrama, aumentaram consistentemente ao longo dos anos até o primeiro trimestre de 2024.-----

Os Fundos Municipais (FM) e outras transferências também experimentaram um aumento, refletindo um crescimento financeiro geral do município.-----

Os investimentos e transferências/subsídios mostram uma tendência ascendente, indicando um foco contínuo em desenvolvimento e investimento. -----

Pontos Fortes:-----

Crescimento Financeiro: A receita líquida e os investimentos têm aumentado progressivamente, indicando uma saúde financeira robusta.----

Diversificação de Fontes de Financiamento: Além dos impostos diretos, o município recebe transferências do governo central/local e fundos comunitários, reduzindo a dependência de uma única fonte de financiamento. -----

Investimento em Infraestrutura e Serviços: A lista extensa de obras e



Ana Cunha

fornecimentos adjudicados demonstra um compromisso contínuo com o desenvolvimento de infraestrutura e serviços para os cidadãos. -----

Pontos Fracos: -----

Endividamento Crescente: Embora a capacidade de endividamento ainda esteja dentro dos limites legais, o crescimento da dívida do grupo municipal nos últimos anos pode ser uma preocupação se não for gerenciado adequadamente. -----

Possível Incerteza na Previsão Orçamentária: A informação relativa a 2024 é preliminar e está sujeita a correções, o que pode indicar desafios na previsão orçamentária e na gestão financeira eficaz. -----

Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores: Embora o relatório destaque um controle eficaz da dívida de curto prazo, um prazo médio de pagamento a fornecedores de 14 dias no primeiro trimestre de 2024 pode indicar possíveis desafios de liquidez ou processos de pagamento. -----

No geral, o município demonstra um crescimento financeiro saudável, mas deve monitorar de perto o endividamento e garantir uma gestão eficiente dos recursos para sustentar seu desenvolvimento a longo prazo.” -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Antes de mais, queria sublinhar uma nota que aparece no preâmbulo do Relatório, uma nota do Sr. Presidente, e queria aqui sublinhá-la e valorizá-la, que tem a ver com a menção que faz à importância do 25 de Abril na construção do Poder Local e no reforço do Poder Local em Portugal. É exatamente por isso que estamos aqui hoje, e a apresentação de um relatório de atividades e de contas e o seu escrutínio democrático por representantes do povo é exatamente a materialização daquilo que foi uma das principais conquistas do 25 de Abril, que é a importância do Poder Local. Esperemos que ela continue a ser reforçada e que o País se torne menos centralista nos próximos 50 anos, já que nestes 50, essa parte


Incluída

ainda não foi conquistada.-----

Em relação ao relatório de contas e de atividades, a palavra que mais se refere, que mais aparece no próprio relatório, é a palavra continuidade, continuidade no que está bem, mas também, na nossa opinião, continuidade naquilo que está menos bem, ou mesmo naquilo que está mal.-----

E, obviamente, e também referindo aquilo que o Sr. Presidente já aqui mencionou, não desvalorizamos em nada o esforço e o trabalho dos colaboradores, das suas chefias, dos seus técnicos, é muito notório, no longo, no extenso relatório esse trabalho, assim como o esforço dos Srs. Vereadores e do Sr. Presidente, na implementação daquele sem número de atividades, nas diferentes áreas, como foi aqui referido, e, portanto, quanto a isso, nada nos afasta, nós respeitamos esse esforço e sublinhamo-lo aqui.-----

No entanto, o que estamos aqui a fazer, como disse o Sr. Presidente há pouco, é uma avaliação política desse trabalho, e essa avaliação política tem a ver com a visão que temos para o Concelho e as prioridades políticas que se tomam face àquilo que são os recursos disponíveis. Essa é que é a função de um decisor político, e é uma função de quem se candidata a estes lugares, e nós temos opiniões diferentes sobre algumas dessas prioridades, e é aquilo que queria aqui, hoje, salientar.-----

Dissemos também já no passado, e não queria aqui falar muito sobre o assunto, que este relatório continua a ser um longo, um extenso inventário de atividades, uma análise, mas com pouca análise quantitativa, muito menos ainda qualitativa, dos resultados atingidos com essas atividades. É um relatório sobre a realização e muito pouco sobre os resultados. É isso que nós gostávamos, também, de ver reforçada ano após ano, e temos vindo aqui a salientar esta questão, e peço desculpa por me repetir, mas continuo a pensar que há muito trabalho a fazer a esse nível.-----

Não há síntese, há pouca análise de contributo de cada ação para aquilo

João Cunha



que é o cumprimento dos objetivos do Concelho, muitas listas de atividades, e, como disse, pouco análise qualitativa sobre os seus resultados, e, muitos casos, parece-nos ainda ser um pouco um copy/paste das versões anteriores.-----

E como dizia também no passado, aquilo que os feirenses querem saber não é quantas ações se fizeram, é o resultado dessas ações, o que é que a Câmara fez com os impostos dos contribuintes e se resolveu, ou não, os problemas que as pessoas sentem. E, portanto, que obras, que realizações, que resultados concretos foram atingidos e que problemas foram resolvidos? E sobre isso, não há assim tanto no relatório.-----

No entanto, quero deixar aqui algumas notas, também para não repetir muito o que disse nos outros anos.-----

Sobre a parte financeira, queria salientar a saúde financeira do Município, o Sr. Presidente já o referiu, estamos satisfeitos com essa saúde financeira, é de salientar a boa gestão pública, e, quanto a isso, nada a dizer. Mas, também, não podemos deixar de mencionar que muita dessa saúde financeira resulta de uma aplicação de receitas e impostos dos mais altas do País, só em IMI foram 17,6 milhões de euros, em IMT, 8,16 milhões de euros, em Derrama, quase 6 milhões de euros, em IUC, 4,5 milhões de euros, que saíram do bolso dos contribuintes de Santa Maria da Feira. Obviamente, estamos de acordo que haja impostos, estamos de acordo que eles sejam cobrados e que sejam bem executados, em termos de atividade pública, mas escusamos de ter os mais altos impostos quando Município está, como diz, músculo e saúde financeira.-----

E também o Sr. Presidente já o referiu, achamos que é ainda insuficiente ou insatisfatória a execução da despesa, com 60%, face àquilo que era a expectativa na inscrição orçamental.-----

Temos algumas questões sobre a parte financeira, questões de pormenor, que gostava de ver respondidas.-----

Por um lado, as receitas de capital foram de 7,4 milhões de euros, quando



Inês Curba

a dotação inicial era de 15 milhões, gostávamos de saber o que é que se passou, porque é que só metade de receita do capital é que foi executada. -- Depois, penso que há aqui umas gralhas no relatório, na página 21, fala-se que as receitas líquidas foram de 4,12 milhões de euros, quando no ano anterior eram de 141 milhões, penso que é um erro de digitação, só queria confirmar, assim como também na página 40 há um gráfico que aparece a explicar o peso relativo das despesas correntes face às de capital, eu penso que há uma inversão na legenda, penso que o gráfico também está errado, porque dá a entender que há uma redução do peso relativo das despesas correntes face ao capital, o que não é verdade, porque depois as tabelas, com números, confirmam o contrário. E isso, obviamente, é um dado também a salientar, o facto de cada vez termos mais despesas correntes face àquilo que são as despesas de capital, ou seja, mais investimento naquilo que é software e menos em infraestruturas e em obra, em despesas de capital.-----

Também queria salientar o grande crescimento das despesas com pessoal, claro que resulta, em parte, daquilo que são as transferências de competências que foram descentralizadas para os municípios, por parte do Estado Central, nomeadamente na área da Educação, mas o que é certo é que, em 2021, quando parte dessas transferências já estavam em curso, tínhamos 16 milhões e passamos para 27 milhões em 2023. Um aumento de quase 70% nas despesas com o pessoal, quando a despesa corrente apenas cresceu 25%, portanto, há aqui uma desproporção do aumento dos custos com o pessoal, o que significa que, hoje, quase 30% do investimento anual da Câmara Municipal é em pessoal, e, no passado, há não muitos anos, era menos de 20%, andou nos 15%, depois 20% em alguns anos. Claro que decorre de competências novas, também de obrigações perante a sociedade, mas não deixa de ser relevante. Estamos atentos a este dado, porque são despesas fixas que são difíceis, depois, reverter, porque as pessoas não se vão embora, e temos um envelhecimento também, muitas



vezes, da Administração Pública, e precisamos de a renovar, e temos um peso, hoje, muito grande dos custos com pessoal, naquilo que são as receitas municipais.-----

Também queria referir, já o fiz no passado, o peso residual que tem as transferências para as juntas de freguesia no orçamento da Câmara Municipal. A Câmara fica com 96% por cento das receitas e só 4% é que vão para as juntas de freguesia, isto significa que a Câmara só quer delegar nas juntas 4% daquilo que são as suas responsabilidades. Parece-nos, francamente, curto, não é assim em todos os municípios em Portugal, há municípios muito maiores que delegam muito mais nas respetivas juntas de freguesia, delegam dinheiro, delegam competências, acreditamos que, se nos queixámos da descentralização do Estado, também devemos impor uma descentralização no Concelho, para bem da democracia, como falava há pouco. -----

E acredito também que há serviços que são melhor prestados pelas juntas de freguesia do que pela Câmara, como há serviços que são melhor prestados pela Câmara Municipal do que pelo Governo. E é esse exercício, esse equilíbrio, esse compromisso que devemos manter-nos atentos, porque é muito fácil ficar com o dinheiro, é mais difícil de transferir o dinheiro e as competências para outros, porque perdemos poder, e essa perda de poder também é uma maturidade democrática que é preciso aqui trazer.-----

Queria também aqui referir a galopante subida das transferências para a Suldouro, que passou de 840 mil euros, em 2021, para 3 milhões, em 2023, e a pergunta é, até onde é que vai este crescimento? Cada vez estamos a pagar mais pelo mesmo serviço, e muito mais pelo mesmo serviço. Isto na componente financeira. -----

Na componente do Relatório de Atividades, mais uma vez, aqui é uma questão de política, é uma questão de definição de prioridades, não é uma questão técnica, não queria discutir essa componente, porque não tenho



Ino Curral

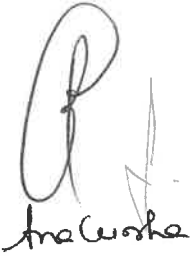
nada de relevante a apontar porque acredito que o relatório reflete exatamente, tecnicamente, aquilo que foi desenvolvido durante o ano. A pergunta é, porque é que foi isto e não outra coisa qualquer? -----

E, com todo o respeito que tenho pelo Sr. Presidente e pelos Srs. Vereadores, temos, de facto, opiniões diferentes sobre algumas destas prioridades. Com tanta saúde financeira do Município, continuamos sem resolver problemas graves no Concelho, o problema da mobilidade, o problema dos transportes, a relação com a Área Metropolitana ao nível da mobilidade, temos um dos maiores problemas, talvez o maior problema do Concelho, que é a perda demográfica. O Sr. Presidente referiu também a sua preocupação sobre este assunto e, depois deste investimento de 1,7 milhões de euros no incentivo à natalidade, a pergunta é se, estruturalmente, está a acontecer alguma coisa diferente. Falou, conjunturalmente, que sim, temos que, a médio prazo, ir avaliando esta questão, é a questão mais complexa deste Concelho, é perdermos população e envelhecermos a um ritmo muito preocupante, o que vai implicar também custos sociais muito elevados.-----

Como é que vamos atrair emprego qualificado, de facto, quando continuamos a ver muitos jovens do nosso concelho a fugir para outras regiões, para outros países? Um concelho sem talento não é um concelho com futuro. Precisamos de reter talento, atrair talento e evitar esta fuga maciça que existe, não só de Portugal para fora, como também muitos jovens do Concelho continuam a sair. -----

Como é que vamos enfrentar, de facto, os problemas da transição digital, da descarbonização, da transição energética? Sobre isso não vemos propostas estruturantes ainda, nem no Plano de Atividades, não vimos também no Relatório respostas, e há bocadinho perguntava a aplicação, por exemplo, do plano da descarbonização e da transição climática. -----

Como é que vamos garantir, de facto, uma verdadeira coesão social e territorial e, ao mesmo tempo, fazer crescer a economia, atrair



investimento, diversificar a economia? -----
Como é que vamos fazer isso sem sacrificar, com os impostos mais elevados, as famílias e as empresas?-----
Como é que vamos gerar oportunidades para todos, para que todos possam ser felizes neste Concelho, para que o valor social, de facto, funcione?-----
São estes assuntos que, em nossa opinião, devem merecer a prioridade do Executivo e, de facto, não encontramos respostas convincentes neste relatório. -----
Esperemos que o próximo relatório, o relatório sobre o ano 2024, possa dar mais respostas a questões como o túnel da EN 223, o túnel da Cruz, a modernização do acesso à autoestrada. Há bocadinho, a resposta que o Sr. Presidente deu, infelizmente, não nos convence, porque não temos ainda uma resposta efetiva, sim, compreendo as negociações, compreendemos a disponibilidade do investimento por parte do Município, mas não temos ainda uma resposta efetiva. -----
Esperamos também que o ano 2024 nos diga que estão resolvidos problemas da rede UNIR, da relação do transporte rodoviário transmunicipal/regional com a mobilidade dentro do Concelho, que haja um Centro Coordenador de Transportes na Feira no relatório, que se tenha também relatado uma relação com o Metro do Porto, que se resolva o problema do estacionamento nas imediações do Hospital, que se resolva o problema nas freguesias da mobilidade, da segurança, da iluminação dos passeios, que tenhamos, de facto, uma verdadeira modernização da Linha do Vouga e a integração com a Linha do Norte, que esteja resolvida o problema da revisão do PDM, que tenhamos modernizadas as zonas industriais, que tenhamos o novo edifício do tribunal, que tenhamos a modernização do Mercado Municipal, a intervenção na Escola Fernando Pessoa, a renovação do Parque Escolar, novos lares de idosos, acesso universal às creches, pistas de atletismo que foram prometidas, a habitação social, de facto, em curso, porque temos ainda 3 mil famílias a



Ine Cunha

residir em condições indignas, segundo o próprio relatório do Município. ---
Até lá, até vermos esse relatório de 2024 com o otimismo que temos hoje
sobre ele, não podemos aprovar o de 2023, acreditamos que é ainda
deficitário face aquilo que são estas prioridades, acreditamos que os
feirenses merecem mais, merecem melhor, e, por isso, não podemos
aprovar este Relatório de Atividades.”-----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse que a solidez
financeira que o relatório expressa é consequência de uma aposta que o
Município fez há vários anos, aposta na consolidação das contas e gestão
rigorosa dos dinheiros públicos. -----

Disse esperar que, no futuro, para além desse rigor, haja melhores apostas
políticas para resolver as carências que têm sido sinalizadas, ano após ano,
orçamento após orçamento, não vendo a concretização desses projetos no
relatório findo. -----

Referiu que, quando o Sr. Presidente aludiu à possibilidade de construção
do túnel da Cruz, que resolveria uma série de problemas com décadas, e
que incluem a zona de Picalhos, o acesso ao hospital, a envolvência com a
zona habitacional e a questão da mobilidade existente no Concelho, o que
se quer é que não se fique pelo projeto, pela mera intenção, mas que venha
a ser uma realidade. -----

Salientou que o Município deve exercer o poder que tem a nível político,
pois, sendo Santa Maria da Feira, um concelho exportador e dinâmico, que
participa no crescimento do País, tem de ter a influência e capacidade
para, perante os órgãos de decisão, que agora até integram pessoas do
Concelho, fazer aprovar tais projetos.-----

Comentou que quando apontou o exemplo da antiga EB 2,3 Fernando
Pessoa, não era para acusar, mas para identificar uma situação que
aguarda solução há 10 anos, acrescentando que, como essa, há muitas
outras, como são as questões de mobilidade entre freguesias e a questão de



Ana Paula

transporte de matérias perigosas e industriais, as quais, ano após ano, não se executam. -----

Referiu que o Município apostou fortemente, e bem, na Cultura e no Turismo, mas que, assim sendo, é preciso criar condições para que os eventos não ponham em estado de sítio as populações, comentando que, pela altura dos mesmos, os moradores quase que têm de emigrar por falta de mobilidade dentro do concelho. -----

Salientou que o Município tem de conseguir encontrar soluções, ao nível do meio ambiente e da transição energética, para oferecer qualidade de vida, acrescentando que, apesar de serem chavões, são uma exigência dos cidadãos, como pagantes de impostos, medidas cuja execução, em 2023, ficou muito aquém. -----

Disse esperar que as próximas execuções orçamentais denotem mais decisões políticas eficazes, para que não se diga, por exemplo, que para o Concelho ter uma única piscina ao ar livre, se tenha de esperar pela autorização de uma determinada entidade, frisando que é obrigação do Presidente da Câmara, e do seu Executivo, proporcionar estas condições aos munícipes e eliminar as muitas carências. -----

Concluindo, deu os parabéns pela gestão municipal, a qual, ao contrário do que acontecia noutros tempos, permite dar resposta aos fornecedores, a tempo e horas, oferecendo credibilidade e confiança, contudo, solicitam-se decisões políticas proativas, em prol da qualidade de vida dos cidadãos. ----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Vou tentar não me alongar muito, até porque a noite já vai tarde e ainda temos um comício no fim desta assembleia municipal, para as pessoas que vão fazer o comício não estarem cansadas quando forem discursar, opto por ser um pouco mais breve. -----

Este Relatório e Contas é uma feira das vaidades que todos os presidentes



Ina Curba

de Câmara e todos os presidentes de Junta apresentam, um pouco pelo país fora, valem o que valem, como qualquer feira das vaidades. E falam num concelho que o Bloco de Esquerda não reconhece, falam de um concelho que a maioria da oposição não reconhece, e, diga-se de passagem, acho que falam de um concelho que pouca gente reconhece. -----

A verdade é que continuamos a viver num concelho da Área Metropolitana do Porto com fraca acessibilidade entre a própria Área Metropolitana do Porto, com acesso fracos, com uma visão de modernidade pouco adequada àquilo que se esperava para 2024. -----

E, no meio de tantos números, saltam à vista os escassos euros investidos na habitação em Santa Maria da Feira, que, comparadas com outros municípios com uma dimensão muito semelhante ao nosso, compreendemos que, de facto, aqui o PSD não tem como prioridade política investir na habitação. São feitas promessas, promessas e promessas, com projetos de construção astronómicos, diga-se de passagem, mas a verdade é crua e dura, a Câmara não cumpre o que promete e as famílias continuam no pesadelo habitacional que todos nós conhecemos. -----

Os dados revelados acerca do primeiro semestre do presente ano são igualmente pouco animadores, revelando a ineficácia grosseira que a Câmara tem perante a construção e compra de imóveis para as famílias mais carenciadas do nosso concelho, que sofrem com a forte crise da habitação. -----

Faltam ainda, neste relatório, as antigas promessas deste executivo, o tão prometido e já mencionado Skate Parque, a Unidade de Saúde Familiar de Fiães e tantas outras, a resolução dos constrangimentos de trânsito no centro da Feira e em tantos outros locais, uma solução para a antiga Fernando Pessoa ainda não está neste relatório, tenho sérias dúvidas que estará no próximo ano, o Centro Coordenador de Transportes no centro do concelho, que tanta falta faz e que tanto nos envergonha em comparação a outros concelhos, como São João da Madeira, por exemplo, com uma



dimensão populacional e de território muito mais pequena, mas que já têm um centro de transportes no centro do seu concelho. Nós temos agora um, que serve parte do concelho, mas há toda uma cidade a berrar e a exigir por um centro coordenador de transportes, e tantas outras promessas que esta maioria absoluta não cumpre e que deixa aquém a exigência democrática da população de Santa Maria da Feira. -----

Vemos ainda um investimento estagnado num concelho que precisa de mais infraestruturas adequadas ao século em que vivemos, com falta de serviços públicos e que podia ter outros números, caso o PSD assim o entendesse, caso o PSD tivesse, diga-se de passagem, ouvido a oposição aquando do debate do último orçamento. -----

Falamos de medidas concretas e consensuais. -----

A criação de um programa de rendas a custos controlados através da reabilitação de casas devolutas e a construção de nova habitação pública, proposta do Bloco de Esquerda. -----

O aumento de 5% do orçamento municipal para ação social, tão premente na crise pela qual atravessamos e que tanta resposta conseguia dar aos nossos munícipes que passam dificuldades, quando o salário, ou quando não existe o salário, leva a que as pessoas tenham fortes dificuldades até para se poderem alimentar, em Santa Maria da Feira. -----

O programa de comparticipação de aquisição de medicamentos, num concelho com uma população tão envelhecida como a nossa, onde há tantos idosos que não conseguem sequer escolher entre conseguirem ter uma habitação digna ou conseguirem poder pagar os medicamentos que tanto precisam. Era importante que a Câmara Municipal fosse empática desse ponto de vista. -----

Da criação de equipas multidisciplinares capazes de responder às carências do Serviço Nacional de Saúde. E que carências este concelho tem, nas áreas da psicologia, de oftalmologia, da medicina dentária e tantas outras que a Câmara podia responder. -----



Inocência

Do aumento e da construção de novas creches que garantam um lugar para todos, porque de pouco adianta dar o valor que a Câmara dá por cada criança que nasce, se, depois, as pessoas com poucos rendimentos, se veem aflitas para poderem colocar as crianças nas creches. -----

Da remunicipalização do serviço de recolha de resíduos, garantindo que todo o concelho tem acesso a este serviço, a tempo e horas, de forma igual, porque continuo a achar que não é justo, que não é democrático que, em Santa Maria da Feira, haja pessoas com uma recolha de lixo de primeira e haja pessoas com uma recolha de lixo de segunda, só porque nasceram numa cidade e há outros que nasceram numa vila, partindo do princípio, também, que até em algumas vilas a densidade populacional chega a ser maior do que alguns arruamentos do centro da cidade da Feira. -----

Mais meios humanos para a proteção civil municipal, que tanto deles precisa, um regime de incentivos às cooperações de bombeiros voluntários do concelho, a reabilitação e criação de espaços culturais e o fim da visão de que a cultura, em Santa Maria da Feira, é só grandes eventos. Não é, sabemos que não é. Temos uma história enorme e temos cultura a transbordar por tudo o que é sítio, haja vontade, pela Câmara Municipal, de potenciar essa cultura. -----

A remunicipalização imediata da água, por uma questão de direito por parte de todas as pessoas que pagam uma das águas mais caras do país. -- Ora, com estas e com tantas outras propostas do Bloco de Esquerda, os números hoje votados seriam outros, certamente mais favoráveis a toda a população de Santa Maria da Feira, e, por isso, lutaremos para que todos os números mudem e que traduzam um real investimento na qualidade de vida de quem aqui vive e de quem aqui trabalha. Certamente, conseguimos ter um concelho diferente, para isso, há uma necessidade de mudar a vontade política por parte da Câmara Municipal.”-----

Interveio o membro **Daniel Gomes** (PS) que disse o que, de seguida, se



passa a citar: -----
“Comecemos pelos aspetos positivos que devem ser salientados, como sempre, por uma questão até de credibilidade, para podermos, depois, fazer as críticas necessárias. -----

Este documento, o documento relativo ao exercício de 2023, é um documento que teve, na nossa perspetiva, uma melhoria na forma de apresentação do mesmo, os grafismos foram alterados, há mais dashboards, os indicadores são apresentados de outra maneira, até permitiu desenjoar do formato habitual que existia em anos transatos, e isso parece-nos um aspeto positivo.-----

Em relação aos indicadores financeiros propriamente ditos, eles mantêm a tendência de ser bastante positivos, não só porque temos um prazo médio de pagamento que continua a ser bastante baixo, 12 dias, os resultados líquidos do exercício continuam na casa dos 13 milhões de euros, a poupança corrente, que é o cerne de tudo isto, baixou um pouco, mas são 22 milhões de euros, o que nos permite fazer investimento no território sem recorrer a dívida, no montante de 25 milhões de euros. Isto é positivo. -----

Mas atenção, Sr. Presidente, o que os vereadores do Partido Socialista dizem é uma coisa acertada, isto é um instrumento, é um ativo à disposição do Executivo para concretizar políticas no território, não é pela situação financeira ser boa que, de repente, tem de ser tudo magnífico, porque não é assim que funciona.-----

Também queremos salientar como sendo positiva a reorganização dos serviços de atendimento ao público no Arquivo Municipal, parece-nos uma forma mais inteligente de atendermos os nossos munícipes, sem deixar de salientar, contudo, que deveríamos ter já há algum tempo no nosso site, do município de Santa Maria da Feira, uma espécie de link para um portal da queixa. Os cidadãos que quiserem apresentar as suas queixas, as suas reclamações, as suas sugestões, não têm uma forma muito fácil de o fazer, e isso permitir-nos-ia, inclusivamente, depois, trazendo à Assembleia



Ana Cunha

Municipal, ter uma síntese de todas as reclamações que foram feitas durante o ano, obviamente, de forma anonimizada, de forma a que pudéssemos discutir, depois, um pouco isto.-----

No entanto, há outros aspetos, neste documento relativo ao ano de 2023, que são, para nós, alvo de crítica, e, por outro lado também, manifestam alguma preocupação. -----

Começamos até pela mensagem do Sr. Presidente, nota-se que, de facto, houve aqui uma alteração, porque o Presidente, de facto, mudou. -----

A dada altura, diz o Sr. Presidente o seguinte: a Câmara Municipal é um pilar fundamental de desenvolvimento de todo o território. -----

Bem, de facto, os municípios podem ser catalisadores de desenvolvimento, mas entre ser ou poder ser, vai uma grande diferença. Por exemplo, onde é que está o sucesso das nossas políticas em matéria de rendimentos? E em matéria ambiental? E em matéria educativa? -----

Diz a dada altura o seguinte: este documento reflete, portanto, o esforço em promover uma governação transparente, responsável, e, sobretudo, eficaz, que atenda às necessidades dos feirenses. -----

Atenda às necessidades dos feirenses, mas quais necessidades? Ter autocarro a tempo e horas? Ter habitação a preços acessíveis? Ter eixos rodoviários desanuviadores dos centros urbanos? Ter passeios para circular em segurança? De que necessidades é que estamos a falar?-----

Diz a dada altura o seguinte: economicamente fortalecemos a nossa capacidade de atrair e reter novos investimentos. -----

Aqui a coisa é um pouco mais estranha, porque, quais são os novos investimentos? Quais são? Se eles existiram e foram assim tão significativos, porque é que não foram enumerados? Portanto, isto merece-nos algumas críticas.-----

Outra, que já foi feita pelo Sr. Vereador do Partido Socialista, nós já o fizemos no ano passado e voltamos a fazer, é que, de facto, não existe qualquer tipo de avaliação de políticas públicas, apesar de, na sua



mensagem, dizer que o faz, mas não o faz. Não o faz porque não define uma política quadro, não define metas, e, portanto, não há nada para avaliar, e tínhamos algumas delas que até poderíamos ter interesse em avaliar. -----

Uma delas já falou, o subsídio de nascimento. Atingimos os nossos objetivos, ou não? Não sabemos. -----

As transferências correntes para as associações, atingiram os seus objetivos? Não sabemos. -----

Os apoios sociais para as nossas populações, atingiram os seus objetivos? Não sabemos. -----

As obras realizadas aqui e acolá, atingiram os objetivos pretendidos? Não sabemos. Nós não sabemos e creio que vocês também não sabem. -----

Outro ponto que nos parece de salientar e que merece aqui uma crítica, é a falta de apoio às instituições sociais. O Sr. Presidente acabou por referir, há pouco, que existe uma miríade de projetos em que a Câmara Municipal atua e participa com as instituições e as IPSS do nosso concelho. No entanto, numa fase em que existe uma panóplia alargadíssima de apoios a projetos comunitários, a que as nossas IPSS poderiam concorrer, nós apercebemo-nos de que o Município apoiou apenas cinco instituições. Apenas cinco instituições. Parece manifestamente pouco, numa fase em que há tantos projetos e em que poderiam ser uma oportunidade para as nossas instituições alavancarem as suas capacidades de prestar os seus serviços. E, depois, quando vemos as transferências correntes que são especialmente alocadas às IPSS, apercebemo-nos que são uma ínfima parte de tudo aquilo que é atribuído, e isso não nos parece, manifestamente, correto.-----

Depois, como motivo de preocupação, apresento aqui aquilo que são as macrotendências.-----

Nós, em Portugal, temos recentemente uma sanha contra os impostos, é a sanha contra o IMT, contra a Derrama e contra a participação no IRS. Se



maCunha

virmos aquilo que é a evolução das receitas, do ano de 2022 para 2023, já percebemos que as receitas estabilizaram, e o que nós vemos é que há muita gente a querer reduzir ou as taxas ou a abrangência da tributação, o que quer dizer que, a breve trecho, podemos ter receitas municipais não só a não subirem mais, como podem cair. Isto é uma tendência que pode ser preocupante. -----

As despesas com pessoal e na aquisição de bens e serviços têm uma tendência constante para aumentar ao longo do tempo, e essa tendência parece estar a intensificar-se. Outra tendência que me parece preocupante. E, por fim, outra tendência também que me parece preocupante é, nós vamos ter mais países a aderir à União Europeia, o que significa que Portugal poderá, possivelmente, perder a possibilidade de continuar a beneficiar de apoios a projetos comunitários. -----

O município de Santa Maria da Feira tem vindo a receber, anualmente, mais ou menos, 3 a 4 milhões de euros neste tipo de apoios, o que quer dizer que estas três macrotendências, se estiverem todas juntas, podemos vir a ter, num futuro muito próximo, um saldo corrente que, em vez de ser de 21 ou 22 milhões de euros, pode estar na casa dos 15 milhões de euros. E perguntar-me-ão, mas então isso não é suficiente?-----

Na minha perspetiva isso não é suficiente, porque é o saldo corrente com esta grandeza que temos atualmente, que nos permite fazer o investimento que temos feito até hoje. Se tivermos um saldo corrente de 15 milhões de euros, de repente, temos que fazer metade do investimento que fizemos até agora, e isso é manifestamente pouco porque temos um território com 215 quilómetros quadrados, com imensas necessidades infraestruturais por cumprir, e temos que fazer obra. -----

E, portanto, isto leva-me a dizer o quê? Que temos de ter cautela nas opções de investimento que estamos a fazer, e aqui entra um pouco aquilo que aconteceu na reunião de Câmara, porque, a dada altura, parece que aquilo que era um objetivo intransigente para ser cumprido, que era a



construção dos novos Paços do Concelho, afinal, já não são para ser feitos. E o que é estranho é o porquê de isso ter mudado de repente. Parece-me que o Sr. Presidente da Câmara acusou o toque do Vereador Sérgio Cirino, que, enfim, com bom senso, salientou aquilo que nos parece uma evidência, é que a construção do túnel é muito mais importante, porque permite desbloquear toda a zona da Cruz e até permitir a expansão da cidade para Norte, e isso é muito mais importante do que uns Paços do Concelho. Nós bem sabemos que até ficaria bem, era interessante, era bonito, mas há outras prioridades, e não se percebe porque é que, de repente, de facto, houve esta mudança. -----
Já para não falar de outros investimentos que são igualmente importantes, como, por exemplo, existir estacionamento junto ao Hospital. As pessoas que lá trabalham e os utentes que lá se deslocam, enfrentam diariamente um verdadeiro calvário, que não se vê forma de resolver. Provavelmente, era também importante termos aqui um investimento, em parceria com o Hospital e o Município, para que esse assunto fosse resolvido. -----
E, por último, o Carlos Martins já referiu, ainda há dois anos era dito aqui que o Município tinha de arrepiar caminho em termos ambientais. O Município tinha de conseguir reciclar mais, e era dito que se conseguisse reciclar mais, iria ter mais competitividade, porque ia ter menos custos com o tratamento dos lixos. -----
Aquilo que se começa a verificar agora é precisamente isso. Temos um aumento dos custos, com o acesso ao aterro da Suldouro, de mais de 2 milhões de euros, em 2 anos. E o mais grave no meio de tudo isto é que houve a decisão, da vossa parte, de assumir esse aumento dos encargos, sem ter de os passar para os consumidores através do pagamento da fatura da água, tudo bem, não se discute, mas nós devíamos ter tido uma posição sobre o assunto, e isso não foi tido nem discutido. -----
Portanto, falharam porque não adotaram as medidas necessárias para que pudessemos ter feito mais reciclagem e, agora, estivéssemos em melhores



Incluído

condições para evitar ter um acréscimo de custos tão grande como estamos a ter, como tomaram uma decisão desta grandeza de forma completamente única e arbitrária, sem discutir connosco. Eu isso não nos parece correto.”

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----

“Em primeiro lugar, gostaria de destacar alguns dos projetos já mencionados pelo Sr. Presidente, que notou-se que fez esse esforço, e bem, e o PSD também tem feito essa tentativa, de demonstrar aqui que, sendo certo que os projetos materiais são fundamentais para o desenvolvimento do Concelho, o Concelho vai muito para além disso e os projetos imateriais também têm a sua relevância significativa. -----

Gostaria de destacar quatro papéis que a Câmara teve ao longo do ano, que são fundamentais. -----

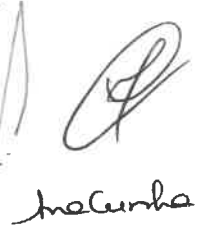
Um, que sendo certo que exigiu um grande financiamento, foi a criação do balcão de atendimento municipal, é algo que vai permitir à população um ganho imaterial muito significativo, através de ganhos de economias de escala. -----

Gostaria de destacar, que não foi aqui mencionado suficientemente, se calhar, o papel que a Câmara Municipal teve em todo o processo da UNIR. Concordamos todos que foi um processo mal conduzido, muito da responsabilidade da Área Metropolitana do Porto, mas não podemos deixar de destacar os esforços encetados pela Câmara Municipal no sentido de resolver um problema, que ainda hoje afeta, como o Presidente já mencionou, cada vez menos, esperando, todos nós, que isso transforme de forma positiva a mobilidade no município de Santa Maria da Feira. -----

Destacar, igualmente, o desenvolvimento de competências digitais e de literacia científica no pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, algo fundamental para o desenvolvimento das nossas crianças, quer em termos digitais, quer em termos científicos e de investigação no futuro. -----



E dar nota para a revisão da Estratégia Local de Habitação. -----
Sendo certo que, nas várias medidas implementadas pela Câmara Municipal, compreendo algumas das observações feitas, nomeadamente à quantificação dos resultados, há aqui duas notas que gostaria de deixar. ---
Em primeiro lugar, isto é um bocadinho uma situação circular, a Câmara pode definir um determinado objetivo que, de si, é tão baixo, que o consegue cumprir sempre. -----
Em segundo lugar, há determinadas atividades em que é quase praticamente impossível definir objetivos, e mesmo que o seja possível, a mensuração desses objetivos não é imediata, não é direta, é preciso contratar, e aqui a Câmara Municipal certamente não teria capacidade, empresas de consultoria para avaliar, sucessivamente, de que forma é que os diferentes projetos da Câmara Municipal, seja a construção de uma estrada, seja um projeto imaterial, seja o que for, tem resultado ou não. ----
E, portanto, quero que as pessoas percebam, eu compreendo a observação, mas a execução dessa ideia não é tão fácil quanto possa parecer, ou melhor, o benefício que resultaria de mensurar é muito maior do que teria o custo de mensuração desses resultados. -----
Dar aqui nota, igualmente, ao trabalho profícuo que é feito em parceria entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, e, também, nesse particular, dar os parabéns aos presidentes de Junta de Freguesia que aqui se encontram, e aos que não se encontram aqui, pelo trabalho que é realizado, em parceria com a Câmara Municipal, e que resulta em melhorias para os nossos cidadãos.-----
Do ponto de vista financeiro, eu gostaria de realçar que há um impacto financeiro muito significativo da delegação de competências, que parte estava em curso, é verdade, em 2021, mas a verdade é que o ano de 2023 é que é o ano, verdadeiramente, em que a área da Educação está sobre a alçada da Câmara Municipal, o que implica que a gestão de equipamentos e o quadro de pessoal não docente, esteve durante todo o ano nessa



alçada. Ao mesmo tempo, foi durante o ano de 2023 que a área social também passou para a alçada da Câmara Municipal, o que, efetivamente, implica um aumento dos custos e das despesas. Como aqui já mencionado, uma das grandes componentes que aumentou foi a despesa com o pessoal, que aumentou em 4,5 milhões de euros, o que é um aumento de cerca de 20% comparado com o ano anterior, o que seria expectável só com a entrada da área da Educação. -----

Mesmo com este aumento da despesa corrente, despesa do dia a dia, a verdade é que a poupança corrente durante esse ano continuou a ser positiva, o que permitiu libertar meios para investimento e para a amortização da dívida. No caso da amortização da dívida, ela foi amortizada, em relação a 2022, em cerca de 2.288.430 euros. -----

É verdade que a receita, evidentemente, contribui para esta poupança corrente, mas não é verdade que a receita seja das mais altas, em termos dos municípios do País, pelo menos, em termos percentuais, não o é, certamente. -----

Para terminar, gostaria de dizer que este documento é fundamental, é um documento fundamental para o Município prestar contas, ou seja, demonstrar a sua execução orçamental, e, portanto, não considero que se trate de uma feira de vaidades. É um documento, essencialmente, técnico, sendo certo que as opções políticas foram decididas e foram discutidas no orçamento, que este ano iremos certamente discutir, novamente, em dezembro. -----

E, portanto, se tecnicamente os partidos da oposição não apresentam nada propriamente contra, tenho alguma dificuldade em perceber a relutância em votarem a favor este documento, porque a questão da opção política é no orçamento que é discutida, e aqui estamos a falar da execução do orçamento que já foi previamente discutido.” -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar



esclarecimentos, começando por aludir às questões elencadas pelo membro Luís Nuno Vieira, da CDU. Assim, e sobre os valores recebidos no âmbito das transferências de competências na área da Educação, deu nota que essa informação consta da página 37 do Relatório, quadro 17, salientando que o montante é de 11.235.820,00 €. -----

Quanto à questão, ainda a propósito da transferência de competências na área da Educação, se se pode supor que foram cerca de 2 milhões de euros os encargos para o município, disse que a conta não é imediata, e não pode ser feita dessa forma, dado que a receita cobrada foi de 11.236.820,00 € e a despesa paga foi de 11.619.564,52 €. -----

Sobre a taxa de execução de 33%, referente às instituições sem fins lucrativos, explicou que a Câmara aprova os apoios, mas que a taxa de execução depende da capacidade que as instituições que recebem os apoios têm de executar as obras. -----

Reportando ao quadro 5, da página 20, e à questão do desvio de 42 milhões de euros nas despesas correntes, informou que isso tem a ver com a incorporação do saldo de gerência. Referiu que a incorporação foi de 42 milhões de euros nas despesas correntes e de 14 milhões de euros nas despesas de capital, o que dá uma incorporação total de 56 milhões de euros, o que quer dizer que o Município começou com um saldo inicial, previsional, para 2023, de cerca de 96 milhões de euros, e terminou com 153 milhões de euros. Explicou que a incorporação do saldo de gerência aconteceu no ano corrente, em 2024 e que o texto do quadro está correto porque o termo “desvio” é o termo técnico certo. -----

De seguida, aludindo à intervenção feita pelo membro Miguel Branco, do CH, disse querer agradecer os pontos que o mesmo enumerou como fortes. Referiu que nem a Câmara, nem o Grupo Municipal, sofrem de algum tipo de endividamento crescente, bem pelo contrário, comentando que tal ideia deverá ter surgido de uma leitura errada dos documentos e, eventualmente, da confusão com a capacidade de endividamento, que, essa



João Cunha

sim, voltou a crescer, traduzindo um aspeto positivo. -----

Sobre a questão das incertezas, concordou que existem e que pressionam os orçamentos municipais. -----

Quanto ao aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores, esclareceu que o prazo continua a ser muito baixo e que tem a ver, essencialmente, com a mudança do fornecedor de gás e eletricidade, pois, final do ano, foram devolvidas dezenas e dezenas de faturas incorretas, e a demora na resposta por parte dos operadores aumentou, automaticamente, o prazo médio de pagamento. -----

Relativamente às questões colocadas pelo membro Carlos Martins, da IL, lembrou que está em curso o 2.º ano do mandato e que, sendo um mandato de 4 anos, é natural que haja uma continuidade e que, em cada ano, se vá executando uma parte do compromisso assumido para os 4 anos. -----

Disse querer agradecer as referências feitas à saúde financeira positiva do Município e à boa gestão pública, não olvidando o esforço e valorização dos funcionários municipais, e que aceita a crítica da taxa de execução insuficiente da despesa, que o Executivo procurará atacar, explicando que está relacionada com o número de investimentos em curso. -----

Sobre a execução das receitas de capital, de 7 milhões de euros, quando o previsto ascendia a 15 milhões de euros, informou que tal se deve aos fundos comunitários esperados, mas que não aconteceram. -----

Em relação ao quadro 6, da página 21 do relatório, confirmou que existe um erro no valor das receitas liquidadas, salientando que o valor correto, referente a 2023, é de 154.742.071,02 €. Relativamente ao gráfico 10, da página 40, confirmou que os valores das colunas estão invertidos. -----

No que concerne ao crescimento da despesa com pessoal, esclareceu que se deve à transferência de recursos humanos nas áreas da Educação, da Ação Social e da Saúde, por força do processo de descentralização de competências do governo para o município, a que acresce a renovação do



quadro de pessoal da própria Câmara para fazer face às novas competências noutros domínios, explicando que quando a Câmara recebe, por exemplo, competências na área do estacionamento e trânsito nas vias municipais, tem que processar os procedimentos contraordenacionais. Informou que também foram reforçadas as equipas e brigadas do estaleiro municipal, mas que o grosso do aumento do pessoal se deve, claramente, à descentralização de competências. -----

Sobre a questão das transferências de verbas para as freguesias deu nota que o Executivo está a avaliar a possibilidade de, em 2024, as aumentar. --

No respeitante às transferências para a empresa Suldouro, disse ter memória de o anterior Presidente da Câmara, Emídio Sousa, ter referido, perante esta Assembleia, que via, com muita preocupação, o problema do custo da tarifa da recolha e tratamento dos resíduos, pois o mesmo pressionaria os orçamentos municipais. Referiu que a explicação se encontra na página 51 do relatório, onde se diz que os encargos decorrentes da utilização do aterro da Suldouro tiveram um incremento de 263% desde o ano 2021, representando um aumento no montante de 2 milhões e 220 mil euros. Salientou que no relatório se atesta que o aumento exponencial, verificado no presente exercício, advém de uma imposição por parte da ERSAR, que no âmbito das competências estabelecidas no artigo 5.5 dos estatutos, impôs, para os municípios de Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia, para o período regulatório 2022/2024, a definição dos proveitos permitidos totais e respetivas tarifas aplicadas aos consumidores, e que, comparando com o período homólogo, o aumento pautou-se em 151%. Fez notar que esta explicação consta do relatório, de forma transparente, e que é, de facto, preocupante.-----

Sobre a questão da mobilidade e da entrada em funcionamento da rede de transportes UNIR, disse esperar que venha a cumprir os objetivos para a qual foi criada. Referiu que a UNIR comprometeu a mobilidade no Concelho, registando que a Câmara teve de assumir alguns dos problemas,



Tracinho

e vai continuar a fazê-lo. -----

Em relação à questão da perda demográfica disse que, de 2021 a 2023, o número de habitantes do Concelho aumentou em mais de 2 mil, estancando a tendência para diminuição do número de habitantes. -----

Sobre as políticas de apoio à natalidade, disse ouvir tantas críticas que aquilo que questiona como é que as querem avaliar e se pretendem acabar com elas. Salientou que estas medidas de apoio à natalidade demoram uma década, pelo menos, a surtir efeitos, e que estão penderes de uma conjugação de fatores, realçando que a medida a seu ver é útil, foi adotada por vários municípios, pelas juntas de freguesia do Concelho, ainda que, de forma simbólica, acrescentando que, as pessoas recorrem ao apoio face ao quadro das dificuldades económicas e ao aumento do custo de vida. Referiu ter nota de relatos de pessoas a confirmar que esse apoio faz diferença na hora de decidir ter, ou não, um filho, ou mais um filho, pelo que a medida pode ser importante. -----

Sobre a transição energética disse não ser um chavão, e exemplo disso foi ter-se transformado toda a iluminação pública, de lâmpadas de vapor de sódio para Leds, num investimento de mais de 4 milhões, muitas com telegestão, com controlos automáticos, com fluxos regulatórios da iluminação. Referiu que tal pode não ser muito apelativo, mas permitiu uma poupança significativa do ponto de vista financeiro, tal como representou um investimento importante nesse domínio. -----

No que concerne à questão do plano de descarbonização, disse que a explicação já foi dada. -----

Afirmou que o Executivo concorda com a questão do elevador social, e trabalha para que Santa Maria da Feira seja um território onde as pessoas possam melhorar a sua condição de vida, comentando que essa visão é muito diferente da visão transmitida pelo membro do Bloco de Esquerda. --

Em relação à alegada ausência de infraestruturas, informou que o Município está a cumprir um plano enorme de investimentos em termos de



infraestruturas físicas, bem como noutras áreas, comentando que o Mercado Municipal está em fase de execução da obra. -----

De seguida, reportando-se à intervenção feita pelo membro Ângelo Santos, do CDS-PP, respondeu que ser autarca é, sem dúvida, um teste de competência e de trabalho, de persistência e de resistência, porque, às vezes, é preciso lutar meses, anos e décadas, para se resolver uma situação, o que é do conhecimento geral dos autarcas. -----

Observou que, quando muda um governo, é preciso explicar ao novo ministro o que é o túnel da Cruz, em que fase está o processo da construção do Tribunal, ou seja, é preciso trazer as pessoas para as causas do Concelho, o que requer trabalho, persistência e insistência dos autarcas. -----

Prosseguindo, e aludindo à intervenção feita pelo membro Eduardo Couto, do BE, referiu que, na mensagem que consta do Relatório, tentou que a mesma fosse tudo menos uma feira de vaidades, assumindo que nem tudo correu bem no ano de 2023, prestando o seu tributo aos funcionários municipais, elogiando o trabalho que realizam há décadas assim como o de todas as forças partidárias, pois todos contribuem para a construção do concelho. Salientou que, efetivamente, tem vaidade, não no Executivo, e muito menos nele, mas sim no Concelho e nas pessoas de Santa Maria da Feira. -----

Sobre a crítica de que o Executivo fala de um concelho que a maioria da Oposição não conhece, disse ser verdade que os partidos da Oposição não conhecem o Concelho, mas que o povo de Santa Maria da Feira o conhece, assim como as instituições e as associações concelhias, com quem a Câmara trabalha. Referiu que tal está refletido nas inúmeras parcerias existentes, algumas por proposta da Câmara, mas a esmagadora maioria por proposta das associações e das instituições, salientando que os apoios que a Câmara atribui, e a constante proximidade, são a prova do maior ato da democracia, expresso no voto popular. -----



Anelunha

Em relação à questão da habitação disse ser preciso apontar os responsáveis, realçando que, ao nível da política nacional, o Bloco de Esquerda tem severas responsabilidades, e que não tente agora imputar a resolução do problema habitacional às câmaras municipais, reforçando que o Bloco de Esquerda é responsável e não pode afirmar que nunca esteve no Governo, porque esteve.-----

Quanto à questão do Skate Parque, disse já ter esclarecido. -----

No respeitante às Unidades de saúde Familiar, aproveitou para dizer que a terminar a construção, estão as USF de São Paio de Oleiros/Nogueira da Regedoura, a de Milheirós de Poiares e a de Canedo. Disse que, a iniciar, está a USF de Romariz, em obras de requalificação a USF de Rio Meão e em fase de projeto de execução a USF de Fiães e a USF de Santa Maria da Feira. Desafiou, o membro Eduardo Couto, a procurar, entre os municípios portugueses, qual o que detém este número de obras nas USF, para além de mais 6 a requalificar, bem como a vistoriar a forma como o município recebeu estes equipamentos do Estado.-----

Em relação à questão dos constrangimentos de trânsito, reiterou as explicações dadas, reafirmando que existe uma responsabilidade do Governo PS, tendo a Câmara assumido a elaboração do projeto, no valor de cerca de 800 mil euros, isto, porque o orçamento robusto o permite. Repetiu que se aguarda o acordo da Infraestruturas de Portugal, não podendo ser a Câmara acusada de não estar a tentar resolver a situação. --

Observou que o mesmo se passa com Tribunal, que é uma função soberana do Estado, onde a câmara está a custear mais 600 mil euros, para que o Estado possa ter um Tribunal, digno desse nome, no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Sobre a antiga EB 2,3 Fernando Pessoa disse também já ter feito o ponto da situação, salientando que foi um teste de persistência e de resistência com dois governos, um do PSD e outro do PS, para conseguir a permuta de um terreno, o que implicou muito tempo e muita insistência junto do



Ana Cunha

Governo. Aludiu ao projeto, em fase final, para um grande centro escolar, com a recuperação de um pavilhão, comentando que gostava que o processo fosse mais rápido, mas que essa é, exatamente, a diferença entre quem pode perguntar, e quem, tem de fazer acontecer. -----

Sobre o facto de o membro Eduardo Couto dizer que o investimento está estagnado, questionou se essa afirmação está relacionada com o investimento que foi feito, durante os 2 anos e meio do mandato, em 25 obras na freguesia onde reside, acrescentando que situação semelhante acontece noutras freguesias. Referiu que pode ser dito que o investimento está a ser mal feito, mas que não se pode dizer que está estagnado, porque, os factos, desmentem-no. -----

Sobre o conjunto de propostas enumeradas pelo membro Eduardo Couto, disse respeitar cada uma delas, mas que discorda, fazendo notar que o Executivo foi eleito para aplicar o programa do PSD, e não o programa do BE. Salientou que o programa do PSD é um programa de forte iniciativa privada, de elevador social, pouco estatizante, enquanto o do BE versa sobre habitações a custos controlados, de receita social, de consignar, de compartilhar os medicamentos e, neste caso, aconselhou o membro Eduardo Couto a contactar as juntas de freguesia do Concelho para perceber que, a maioria delas, já comparticipa os medicamentos.-----

Sobre a criação de equipas multidisciplinares na área da Saúde, concorda que a situação é grave no País, mas comparando Santa Maria da Feira com outros concelhos, não é tão grave assim, comentando que sempre será uma a dirimir com Ministério da Saúde. -----

Quanto à remunicipalização do serviço de recolha de resíduos, disse que o Executivo discorda, nessa matéria, da posição do BE.-----

Sobre a Proteção Civil, deu nota que a Câmara tem um ótimo relacionamento institucional, formal e de trabalho com as corporações de bombeiros do Concelho, como ficou patente no início desta sessão. -----

Em relação à requalificação dos espaços culturais disse ser isso que a



Câmara tem feito, salientando que, por exemplo, alguém deixou o Europarque ir à falência, mas a Câmara renovou-o, e, agora, é um espaço que está a ser utilizado em pleno, bem como está equilibrado financeiramente.-----

Ainda no âmbito da Cultura, disse que era fácil falar nos grandes eventos, como na Viagem Medieval, no Perlim e no Imaginarius, mas que falou da rede de museus, dos dois museus do Concelho, que ultrapassaram os 100 mil visitantes, assim como aludiu àquela que considera ser a primeira política municipal na área cultural, que é a política da leitura e do livro, daí ter mencionado a Biblioteca Municipal, que é uma referência nacional. ----

Referiu que também pode elencar os inúmeros protocolos que a Câmara tem com as associações feirenses, com vista à programação de festivais e de iniciativas culturais, durante os 12 meses do ano, enumerando iniciativas como o festival de marionetas, o ciclo de órgãos de tubos, as artes em itinerância, o apoio a jovens criadores, as artes de rua. Disse que se investe em várias áreas culturais e que Santa Maria da Feira vai muito para além dos grandes eventos.-----

De seguida, aludiu à intervenção efetuada pelo membro Daniel Gomes, do PS, realçando os aspetos positivos, como a melhor forma na apresentação dos documentos, as melhorias nos indicadores apresentados, os indicadores financeiros positivos, a reorganização dos serviços no atendimento municipal, comentando que é sempre bom receber notas positivas.-----

Quanto à avaliação feita à mensagem do Presidente da Câmara, que consta do Relatório, disse ser uma avaliação política. -----

Em relação às matérias ambientais disse que se o Concelho, com taxas de cobertura de 98% na rede de água e de 97% na rede de saneamento, é criticado por ter uma política do século passado, comparem-se estas com as taxas de outros municípios, na ordem dos 40 e 60%.-----

Disse que, se não é política ambiental requalificar o rio Uíma, em mais de



16 quilómetros, envolvendo um enorme investimento, então não sabe o que é. -----

Quanto à separação do lixo disse que a Câmara está a fazer um esforço tremendo para que esse serviço chegue a todas as freguesias, mas que tal implica um teste de persistência, de resistência, de luta para conseguir atingir esse objetivo, comentando ser um desígnio do próprio Executivo. ----

Sobre a crítica de que, em matéria educativa, o Concelho tem péssimos indicadores, aludiu que a taxa de retenção e desistência, quanto ao 10.º ano de escolaridade, em Santa Maria da Feira é de 3,7%, quando na Área Metropolitana do Porto é de 9,9% e, no Continente, é de 11,5%. Em relação ao 11.º ano de escolaridade, deu nota que a taxa é, em Santa Maria da Feira, de 2,0%, na Área Metropolitana do Porto é de 3%, no Norte é de 2,5% e no Continente é de 4,1%, e, quanto ao 12.º ano, disse que em Santa Maria da Feira a taxa é de 4,4%, na Área Metropolitana do Porto é de 8,4%, no Norte é de 6,6% e no Continente é de 10,9%.-----

Realçou que o trabalho que é feito no Concelho é valioso, mas que não é da Câmara, mas sim das escolas, dos professores e dos alunos, frisando que aquilo que a Câmara tem de garantir é que eles tenham boas condições, dar-lhes os recursos necessários, mas que não se apontem péssimos indicadores na área da Educação, quando os dados oficiais que enumerou desmentem essa visão. -----

Sobre os novos investimentos que se perspetivam para Concelho, informou que há investimentos que estão a ser preparados, mas que é preciso ter alguma cautela porque os investidores, alguns deles internacionais, não querem que sejam divulgados enquanto não estiverem concluídos. Afirmou ser inquestionável a criação de um ambiente empresarial favorável à instalação de empresas no concelho, o que é comprovado pelos testemunhos dos empresários, internos e externos, pelo que, no mínimo, o deve ser reconhecido. -----

Quanto à afirmação, a desvalorizar, de que existem obras dispersas,



Tracurha

reforçou que há obras nas 31 comunidades, nas 21 freguesias, tais como as obras de requalificação das zonas centrais das freguesias de Arrifana, Nogueira da Regedoura, Milheirós de Poiares, Sanguedo, Fiães e São Paio de Oleiros, para além das USF que mencionou anteriormente, as quais espelham bem o investimento municipal. -----

No que concerne à alegada falta de apoio às instituições sociais, sugeriu ao membro Daniel Gomes que se informe bem, designadamente, junto da Cerci-Lamas e da ERPI - Estrutura Residencial para Idosos, em Lourosa. Explicou que, nos casos em que as instituições recorrem a fundos comunitários, a Câmara, se for preciso, cede o terreno, auxilia na candidatura e ajuda na parte não comparticipada, comentando que duvida que exista uma instituição a dizer o contrário. -----

Quanto à afirmação de que a Câmara apoiou somente 5 instituições, disse que são mais 5 instituições de uma rede de 56. -----

Sobre o aumento das despesas com o pessoal, reiterou que não se queria a descentralização de competências por falta do correspondente envelope financeiro, mas que aquilo que o Governo do PS fez, foi concretizá-las, por decreto, transferindo funcionários, por decreto, acrescentando que, agora, a Câmara tem de persistir, resistir e resolver a situação, é que é isso que está a fazer. -----

Quanto à questão da adesão de mais países à União Europeia e eventual perda de apoios para o país, disse entender que se deve esperar para ver como é que Portugal se vai defender no contexto europeu. -----

Sobre a questão dos novos Paços do Concelho e do túnel da Cruz, referiu que já foram feitas, nesta sessão, duas intervenções de membros do PS, a afirmar que a obra do túnel da Cruz é prioritária, o que se deve ao PS, o que não corresponde à verdade, porquanto, quem foi negociar com o Governo do PS, foi o Executivo da Câmara, do PSD. Salientou que a pressa do PS, é tentar dizer que foi a sua intervenção, em reunião do órgão executivo, que tornou a obra prioritária, quando a Câmara iniciou o estudo



prévio e o projeto há cerca de 2 anos. Referiu que, em vez de ter ouvido membros do PS a dizer que, tendo agora sido eleito o Dr. Luís Montenegro como Primeiro-Ministro, então, ele que a faça, gostava era que os Deputados do PS que estão, há anos, na Assembleia da República, tivessem há muito chegado a Santa Maria da Feira a dizer que a obra vai ser feita. Recordou que o mesmo se passou com o processo de gestão do Europarque, memórias que tem presentes. -----

Quanto às questões ambientais, incluindo a tarifa do tratamento dos lixos, disse que a explicação já foi dada. -----

Concluindo a sua intervenção, agradeceu as explicações dadas pelo membro Carlos Seixas, as quais são elucidativas para os ouvintes desta sessão, porque suportadas nos documentos em discussão. -----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que começou por solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que lhe indicasse qual ministro ou secretário de estado do BE no Governo, entre 2015 e 2019. -----

Referiu que se o Sr. Presidente se estava a referir à solução governativa naquele período e à forma como o BE condicionou, e bem, a política do País, então, poderia falar sobre isso, e que se o Sr. Presidente quisesse falar, por exemplo, do facto de, então, não ter havido uma única abertura de telejornal a noticiar o encerramento de urgências, também estaria disponível, afirmando que as mudanças ocorridas desde 2019 não tiveram influência do BE, o que é do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara. Recordou que o Sr. Presidente da Câmara foi vereador, e tem responsabilidade, e má responsabilidade, na questão da habitação, pois concordou com muitos orçamentos e nunca se insurgiu sobre a ineficácia da política habitacional no Concelho. Disse que o Sr. Presidente sabe que o Programa 1.º Direito é um caos, que acompanhou estas matérias, em mandatos anteriores, até porque ocupou o cargo de Presidente da Assembleia Municipal e presenciou como o anterior Presidente da Câmara



respondia, tão fracamente, a todos os deputados da Oposição, quando o BE trouxe dezenas de propostas sobre a habitação. -----

Frisou que aquilo que o PSD fez foi votar contra essas propostas, tanto na Assembleia da República como nesta Assembleia Municipal, e que assim continuará a votar porque defende a iniciativa privada. Observou que ainda bem que o BE e o PSD têm visões diferentes, pois é graças à liberalização do mercado, que o Sr. Presidente da Câmara tanto gosta, que a população tem tantos problemas em relação ao custo da habitação. -----

Neste âmbito, questionou quantas medidas é que o Governo da AD apresentou, até ao momento, para baixar o preço das casas, e quantas medidas é que o Sr. Presidente da Câmara tem a apresentar aos munícipes. -----

Salientou que o preço da habitação aumentou 32%, no concelho, em 3 anos, entre 2020 e 2023, e que a responsabilidade é do Executivo da Câmara, do qual o agora Presidente fez parte. -----

Concluindo, reafirmou que o BE nunca esteve no Governo, e que espera para ver qual o ministro ou secretário de estado do BE a que se refere o Sr. Presidente, em contrapartida, pode dizer que o Sr. Presidente da Câmara esteve presente nos últimos executivos camarários e tem consigo a herança política do caos da habitação que existe em Santa Maria da Feira. -----

Interveio o membro **Carlos Seixas** (PSD) que frisou que o ponto em apreço versa sobre as contas municipais e não sobre a política habitacional do concelho. -----

Feita esta nota, disse ter dificuldade em perceber a última intervenção do Eduardo Couto, sobre se o BE esteve ou não no Governo, salientando que a verdade é que a política habitacional em Portugal, nos últimos anos, foi muito influenciada pelo facto do BE ter apoiado, parlamentarmente, o primeiro governo socialista, com a reversão de algumas medidas muito importantes e que constituíam incentivos ao mercado da habitação,



nomeadamente, no aumento da oferta habitacional.-----
Afirmou que, colocar o ónus da habitação no âmbito municipal, seja deste município, seja de um município governado pelo PS, pelo BE, ou por outro partido, é ser, francamente, hipócrita porque, na realidade, é matéria de política nacional, acrescentando que este fórum não é, o sítio certo, para a discutir. Salientou que, a seu ver, a grande responsabilidade do estado a que a política habitacional chegou, é do Governo Socialista, que foi apoiado, inicialmente, pelo Bloco de Esquerda, e que limitou, em muito, a oferta e a construção de habitações no País, comentando que para chegar a esta conclusão, basta a análise dos dados estatísticos, comparando o número de fogos construídos, nas décadas de 2000 a 2010 e de 2010 a 2020. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse que não usaria da palavra caso o Sr. Presidente de Câmara, no fim da sua intervenção, não tivesse levado o debate da prestação de contas a nível nacional. -----

Referiu que está, tal como o grupo municipal do PS, muito consciente da intervenção feita pelo membro Daniel Gomes, tal como o Sr. Presidente da Câmara, comentando que, ao longo dos tempos, o PS foi-o habituando à visão que tem sobre a gestão do Concelho, pelo que não pode aceitar a forma como o Sr. Presidente a colocou, independentemente, dos governos, serem o PS, do PSD ou de que partido for, porque são parceiros. Referiu que são parceiros quando as coisas correm mal e quando correm bem, e o Sr. Presidente da Câmara consegue vangloriar-se, e o PS também, com muito orgulho nos feirenses, das USF e do estado da Saúde na região, mas não se pode menosprezar o papel da Administração Central, nesta matéria. Sobre o túnel da Cruz, referiu que a situação não vem de há 2 anos porque, se as contas não lhe falham, o PSD gere a Câmara Municipal há 48 anos. -----



Concluindo, frisou que a preocupação do grupo municipal do PS é concelhia, seja com um governo do PS, seja com um governo do PSD, e que é à Câmara Municipal que se exige a presença e a pressão, com vista à resolução do problema.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que disse que, com toda a simpatia pelo Eduardo Couto, considera ser de mediano entendimento político questionar aquilo que ele, Presidente da Câmara, quis dizer quando mencionou que o BE esteve no Governo. Referiu que era melhor que o BE tivesse tido um ministro, porque foi muito mais influenciadora a presença do BE sem ministro, análise que deixa ao citado membro.-----

Quanto à afirmação de que existe um caos na política da habitação, referiu que ela reflete o tremendismo do BE, sempre que este deixa de suportar os governos, pois, passa de estar tudo bem para estar tudo caótico.-----

Disse que como, Presidente da Câmara, tem responsabilidades, as quais não se restringem aos últimos 2 anos, muito pelo contrário, vão para além disso, registando que, o que, agora, pomposamente, se chama Programa 1.º Direito, se chamava habitação social, no Executivo que integrou e que construiu mais de 700 fogos de habitação social. Referiu que, assim, e em termos de preocupações e de políticas sociais de habitação, são poucas as lições que recebe, porque a sua memória vai muito além dos citados 2 anos, acrescentando que foram já reabilitados 9 empreendimentos de habitação social, projetando-se, durante o próximo ano, reabilitar mais 7, o que representa um enorme investimento.-----

Fez ainda notar que, neste domínio, o que a Câmara fez foi procurar terrenos municipais, elaborar estudos prévios e projetos de execução para a construção de habitação, promovida e potenciada pela autarquia, procurando investidores.-----

Referiu que, enquanto o membro Eduardo Couto vai fazendo os discursos próprios do BE, é este o trabalho que a Câmara está a fazer, retorquindo



que, se tudo é tão tremendista, porque é que Santa Maria da Feira, quando todo o País está a regredir, passou de 136.674 habitantes para 138.344 habitantes, de 2021 para 2022.-----

Relativamente às palavras proferidas pela deputada municipal Susana Correia, argumentou que, quando aludiu à comparação das Unidades de Saúde Familiar, entre o município e os municípios vizinhos, mencionou o trabalho da Câmara e do Ministério da Saúde, pelo que não pode ser acusado de se vangloriar. Disse que, contudo, achava justo que os investimentos fossem do Governo, que os projetos fossem do Governo, que os terrenos fossem do Governo e não das Juntas de Freguesia ou da Câmara Municipal, em suma, que não fosse o Município a arcar com as despesas.-----

Por fim, e quanto ao túnel da Cruz, disse que todos já perceberam o jogo político que o PS está a tentar fazer, comentando que o problema do túnel da Cruz nunca se poderia colocar há 48 anos, porque o Nó da Cruz, só surge com a Autoestrada em 1983. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (PSD:32, PS:4 – Rui Rios, Valdemar Silva, David Neves e Francisco Andrade, IND), 14 votos contra (PS:12, BE, IL) e 3 abstenções (CDS-PP, CH, CDU), aprovar os documentos relativos à prestação de contas do Município, bem como a proposta de aplicação do resultado líquido, relativos ao ano de 2023.-----

Saíram os membros Jorge Ferreira, Daniel Gomes, Lécio Dias, Carlos Seixas, Filipe Araújo e Armando Teixeira. -----

5 – 2.ª Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Plano – retificação anos seguintes -----



A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD:28, PS:4 – Rui Rios, Valdemar Silva, David Neves e Francisco Andrade, IND) e 15 abstenções (PS:10, BE, CDS-PP, IL, CH, CDU), aprovar a 2.^a alteração modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

Reentraram os membros Daniel Gomes, Lécio Dias, Carlos Seixas, Filipe Araújo e Armando Teixeira. -----

6 – Documentos de Prestação de Contas 2023 – Empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M. -----

7 – Documentos de Prestação de Contas 2023 – Empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A. -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam apreciados em conjunto. Mais informou que o Sr. Presidente da Câmara não participa na discussão e votação do ponto n.º 6, tema cometido à Sr.^a Vereadora do Pelouro da Administração, Finanças e Modernização Administrativa, Sónia Azevedo. -----

A **Sra. Vereadora Sónia Azevedo** apresentou o ponto n.º 6 – Documentos



de Prestação de Contas 2023 – Empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** apresentou o ponto n.º 7 – Documentos de Prestação de Contas 2023 – Empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A., a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro **Marco Jesus** (PS) que, a propósito dos documentos de prestação de contas de 2023 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

- “1. Uma apreciação global aos documentos relativos à prestação de contas da empresa municipal para referir que, face ao resultado líquido positivo de perto de 23 mil euros que nos documentos nos é apresentado, o ponto de vista do Partido Socialista é que a empresa atingiu, agora, uma perspetiva muito mais animadora comparativamente com a situação do ano anterior. -
2. Com vários pontos positivos no seu desempenho, por exemplo, o aumento do volume de negócios da empresa municipal, desde logo, bem como a liquidação do empréstimo contraído no contexto pandémico.-----
3. Para além da missão primeira da atividade da empresa, no âmbito cultural, turístico, desportivo e social, podemos agora somar, finalmente, ainda que a empresa municipal tenha muitos e novos desafios a ultrapassar. -----

Numa abordagem mais detalhada: -----
As receitas próprias da empresa municipal contribuíram para cobrir 74% dos seus gastos totais, pelo que os restantes 26% dos mesmos continuam



a decorrer da comparticipação direta da câmara municipal. É preciso agora garantir que se reduza em medida este considerável custo para os cofres municipais. -----

2. Para estes resultados positivos contribuíram, também, os aumentos registados na utilização dos equipamentos municipais, com especial destaque para o desempenho do Europarque, com uma subida do seu volume de negócios de 65%. Forçado à sua nacionalização e assumido pela autarquia com um enorme défice de exploração, o Europarque é só mais um exemplo que parece desmistificar a ideia de que a gestão pública é menos capaz do que a gestão privada que, no caso, deixou uns grandes calotes por pagar. -----

3. Foram 30 milhões de euros de dívidas, de um projeto que até nem começou nada mal para os patrões dos patrões com a borla de 40 hectares de terreno por parte do município e mais umas dezenas compradas ao preço da chuva. O Europarque deve ser uma aposta contínua no sentido de aumentar a sua taxa de ocupação e a sua sustentabilidade, tanto mais que o município aceitou esse enorme desafio a solo, quando poderia ter optado por uma parceria com o Estado. -----

4. As Piscinas Municipais de Lourosa e Fiães registaram uma progressão de 27%, um aumento das receitas ao qual não será indiferente a situação atual da piscina do colégio de Lamas. Sendo certo que em breve teremos mais um ativo, a piscina de Canedo, entendemos também essencial acautelar a consolidação das receitas nestas piscinas e, ao mesmo tempo, assegurar uma boa consistência desde o seu início nas receitas de Canedo.

5. Os eventos, por sua vez, assinalam um acréscimo de 8% nas suas receitas, o que nos parece traduzir um interesse persistente nos eventos por parte da população e, com isso, um aumento da sua procura. Ainda assim, a variação face a 2023 é a menos expressiva entre todas as atividades desenvolvidas pela empresa municipal. Tal poderá não ter significado algum, desde que continue nesta trajetória. Todavia, uma



leitura diferente também é legítima! Uma avaliação sobre a estratégia e relevância dos eventos deverá também ser feita, sob pena de se perder boas oportunidades e alcançar novos públicos sem essa reflexão. Até porque, entende-se que a maioria dos formatos de hoje atingiram um nível de maturidade que poderá estar perto do seu limite, no que toca a sua atratividade e resiliência nos públicos que se persegue.”-----

Interveio a deputada municipal **Maria de Fátima Oliveira** (PS) que, aludindo aos documentos de prestação de contas da Sociedade de Turismo, disse que as contas acabam por ser repetitivas, o que significa que os problemas persistem, pelo que merecem ser lembrados.-----

Referiu que há avanços positivos, nomeadamente, nos descontos aos munícipes e no programa “Termalsenior”, entre as valências que as Termas disponibilizam, mas que o grupo municipal do PS considera insuficientes. - Salientou que, em primeiro lugar, a Câmara tem o dever de exigir que as Termas criem valências que permitam a abertura permanente dos serviços e que garantam os postos de trabalho durante todo o ano, frisando que o grupo municipal do PS insistirá nesta questão até à exaustão. Realçou que, dos 40 colaboradores, apenas 6 deles detêm vínculo efetivo, precariedade que persiste há cerca de 30 anos e que tem de terminar. -----

Observou que o saldo positivo alcançado em 2023 deve-se, essencialmente, ao reforço financeiro municipal, o que significa que não são um equipamento autossustentável, o que impõe alguma reflexão dos motivos pelos quais isso acontece, por exemplo, por não se conseguir aumentar o número de termalistas, apesar da comparticipação dos tratamentos, recordando que esta sempre foi uma das justificativas para os fracos resultados. Acrescentou que as Termas continuam fechadas em si mesmas, não havendo um espaço onde o visitante possa ter contacto com a água termal, para além, da questão da envolvente. -----

Referiu que, após 2 milhões de euros de investimento, goste-se mais ou



João Cunha

menos da obra, é factual que não houve acréscimo de uma só valência que consubstancie um atrativo para turistas e termalistas. Fez notar que, na zona envolvente, o que existe para cativar os visitantes é um jardim, frontal às Termas, completamente deserto, com uma infraestruturas que, supostamente, seria um quiosque, mas foi transformado em armazém, uma ilha fechada ao público, um parque de estacionamento na parte traseira do bar denominado Zip Zip, em terra batida e sem quaisquer condições de acessibilidade, um descampado que, há tempos, tinha umas balizas, e um passadiço para o qual o parque das Termas é um ponto de passagem, quando, deveria ser um ponto de paragem.-----

Questionou qual a razão para ainda não se ter o tão aclamado hotel e alguns equipamentos, como, por exemplo, um complexo desportivo e um espaço termal onde as pessoas possam sentir a água e o odor do enxofre. -- Concluindo, reforçou que, enquanto o problema da sustentabilidade das Termas, não for visto em conjunto com a envolvente, do ponto de vista turístico, e com uma real vontade de alavancar, o problema persistirá, vai continuar a ser repetitiva.-----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“A análise dos documentos de prestação de contas da Empresa Feira Viva Cultura e Desporto revela uma avaliação complexa em relação à gestão dos equipamentos, eventos culturais e desportivos no concelho de Santa Maria da Feira.-----

Por um lado, observa-se que a empresa parece estar a cumprir com os requisitos para a gestão eficaz dos equipamentos consignados, como o Parque Ornitológico ou Zoo Lourosa, os HMC Sports - Piscinas Municipais e o Europarque.-----

Destaca-se também a organização de eventos emblemáticos como a Viagem



Medieval e o Perlím, este último apresentando inovações como o mercado de natal, circo e pista de gelo, que contribuíram para dinamizar o evento e possivelmente o comércio local.-----

A natação adaptada é mencionada como uma iniciativa que tem promovido o nome de Santa Maria da Feira para além-fronteiras, contribuindo para o orgulho local.-----

No entanto, surgem preocupações quanto à sustentabilidade financeira da empresa. -----

Apesar dos investimentos significativos em festas e romarias, como a Viagem Medieval, há uma perceção de diminuição de afluência no ano anterior, levantando dúvidas sobre a eficácia desses gastos.-----

A dependência de patrocinadores e parceiros para financiar tais eventos, como as empresas Fidelidade, Indaqua, Super Bock, Pingo Doce e Gameloft, juntamente com a falta de transparência evidenciada no relatório do auditor Dr. Ângelo Manuel Oliveira e Couto, levanta incertezas sobre a verdadeira saúde financeira da empresa. -----

Além disso, a inclusão de despesas de manutenção preventiva, corretiva e outros trabalhos nas áreas da eletricidade e pichelaria gera apreensão. -----

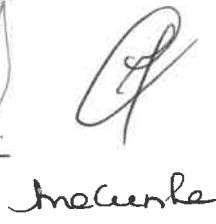
A rubrica “Dias do Burgo” mencionada no quadro das “views”, mas ausente em outros relatórios, suscita dúvidas quanto ao status deste evento.-----

O relatório do auditor, que se resume a quatro páginas e não oferece uma análise substancial, deixa lacunas significativas. -----

Falta fornecer informações sobre a saúde financeira da empresa e não apresenta opiniões ou recomendações claras.-----

Isso levanta-nos a questão fundamental: qual é o propósito deste relatório? Portanto, é essencial que haja uma avaliação mais abrangente e transparente da gestão financeira e operacional da Empresa Feira Viva Cultura e Desporto. -----

Os cidadãos merecem uma prestação de contas clara e precisa,



demonstrando o uso responsável dos recursos públicos e promovendo a confiança na gestão dos equipamentos e eventos que enriquecem a vida cultural e desportiva do concelho.-----

Ao analisar os documentos de prestação de contas da Empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, observamos uma melhoria na gestão dos equipamentos, aqui no concelho de Santa Maria da Feira. -----

A empresa parece estar em conformidade com os requisitos para gerir eficazmente o equipamento consignado, como as Termas das Caldas de São Jorge.-----

Além disso, destaca-se o envolvimento em eventos para promover e divulgar este nosso equipamento valioso. -----

No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer e muito trabalho a ser feito até alcançarmos o que chamamos de “sustentabilidade”.-----

Apesar dos investimentos realizados, o objetivo principal é alcançar a autossuficiência financeira, sem depender de apoio municipal ou privado, e garantir que as receitas cubram os custos operacionais necessários para manter e gerir o equipamento. -----

Conforme por nós sugerido anteriormente ao antigo presidente da Câmara, Dr. Emídio Sousa, é crucial investir mais em marketing. Sendo a empresa também municipal, devemos aproveitar os recursos de comunicação disponíveis na Câmara, que são robustos e eficazes, e que representam um custo praticamente nulo.”-----

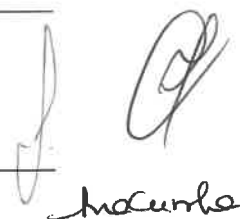
Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) que começou por dizer que teve a oportunidade de testemunhar, com agrado, o momento da criação da empresa municipal Feira Viva, há 23 anos, mais precisamente, em 2001, bem como de participar na elaboração da proposta dos estatutos aprovada pelo executivo. Disse que, assim, vê este assunto em perspetiva, já que a sua opinião é sustentada na ideia inicial e na sua concretização. -----
Salientou que a Feira Viva foi das primeiras empresas municipais do País,



criada num contexto histórico particular, relacionado com a abertura das piscinas municipais de Santa Maria da Feira e com a necessidade de ter um bom instrumento de gestão. Recordou que, inicialmente, quem se inscrevia nas piscinas tinha de se deslocar à tesouraria da Câmara para levantar o correspondente recibo, porque a Feira Viva não o podia emitir. Referiu que, como esse caso, existiam outras situações de difícil gestão, tais como a contratação de pessoal e a aquisição dos equipamentos, que impunham a criação de um instrumento de gestão mais ágil e flexível, e as empresas municipais eram esse instrumento, novo no sistema jurídico. Acrescentou que o que então fez sentido, continua a fazer sentido hoje, porque a agilidade na gestão é um bem essencial na administração pública, salientando que, neste contexto, nunca o ouvirão pôr em causa a existência de uma empresa municipal. -----

Fez notar que a empresa cresceu, profissionalizou-se, modernizou-se, e, atualmente, tem mais de 100 funcionários que custam quase 3 milhões de euros e que recebeu, em 2023, cerca de 2 milhões de euros de transferências da Câmara, para prestar um conjunto de serviços, mas que, desses, 900 mil euros, suportam custos transversais, custos relativos à estrutura da empresa. Realçou que, deste modo, a Feira Viva não pode ser analisada como uma empresa normal, na ótica do lucro ou do prejuízo, porque detém um conjunto de recursos resultantes das transferências do município, que fazem com que sobreva, apesar de alguns serviços prestados, não serem rentáveis, no mercado. -----

Referiu que a opinião que tem, e que já transmitiu nestas sessões, é que esta situação já se configura como um paradoxo, alertando que o risco destas organizações é ganharem vida própria, é crescerem e, um dia, perderem a noção da razão pela qual foram criadas e deixarem de responder ao mandato político que o município lhes atribuiu. Disse que essas empresas começam, então, a disputar recursos públicos e privados, a crescer de forma infinita, e deixa de ser perceptível onde é que começa a



Indicando

atividade comercial, e ainda monopolista, e onde termina aquilo que é o serviço público a prestar. Questionou a Câmara sobre o que pensa desta situação, ou seja, até onde deve ir o mandato à Feira Viva, perguntando se, por exemplo, a Viagem Medieval tem de crescer infinitamente até ocupar todo o território da cidade, e se o objetivo é transformar a cidade num parque temático. Salientou que a Feira Viva foi criada para defender a educação patrimonial e cultural, a identidade e a promoção do território, pelo que questiona se é para tal é preciso ter o mosteiro da Super Bock, uma zona de jogos da Gameloft, atribuir brindes da Lego no Perlim, e, por último ter a Lusíadas Saúde a fazer pistas de gelo. Insistiu, perguntando se a visão do Município é transformar os eventos em centros comerciais a céu aberto e, se a Feira Viva, em vez de servir as pessoas e de promover o acesso à educação, à cultura e ao desporto, tem agora a missão de negociar patrocínios.-----

Continuou dizendo que se tal crescimento, de escala e de estrutura, fez sentido em tempos, a pergunta que faz agora, é se faz sentido continuar assim, infinitamente, e se existem, de facto, mais pessoas a praticar desporto, a ter acesso às piscinas e aos pavilhões.-----

Sobre a gestão de equipamentos públicos, como o Europarque e outros, questionou se não fará sentido a Feira Viva fazer, também, a gestão do Cineteatro, dado ser um equipamento público com uma função cultural. ---

Recomendou que seja feita esta reflexão e que, no próximo relatório, haja uma clara separação entre o que é o serviço público que presta e os negócios de mercado que explora, comentando que o relatório de 2023, não permite perceber qual é o mandato da Feira Viva e a respetiva execução. Salientou que do mesmo não resulta informação sobre o que pretende o Município ao entregar à empresa municipal 2 milhões de euros, pois não diz quantas pessoas se quer que passem a praticar desporto ou acedam a serviços que não tinham antes, informações que se devem exigir à administração da Feira Viva, a apresentar aos órgãos municipais.-----



Ana Cunha

Interveio o membro **Rodolfo Castro** (PSD) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“É com muita satisfação que, hoje, em nome da bancada do Partido Social Democrata, venho louvar e reconhecer os sucessos alcançados pela Empresa Municipal Feira Viva em 2023 e a forma exemplar como tem ultrapassado todas as adversidades sociais e económicas que temos vivido nos últimos tempos. -----

No ano de 2023, e pela primeira vez, o volume de negócios da Empresa Municipal Feira Viva superou os 6 milhões de euros registando uma subida de 20% face a 2022 encerrando assim o exercício do ano com um resultado líquido positivo aproximadamente 23 mil euros. -----

Tal facto deve-se ao crescimento generalizado da atividade da empresa, mas fundamentalmente da contribuição do crescimento do volume de Negócio do Europarque e das Piscinas Municipais de Santa Maria da Feira, Lourosa e Fiães. -----

Falando mais detalhadamente: -----

1 – No Europarque regista-se uma subida do volume de negócios em 65% (acolheu 241 eventos – em média, foram acolhidos 16 eventos por mês, tendo a visitação do equipamento ascendido a 150.000 mil visitantes); -----

2 – No Zoo de Lourosa houve um aumento no volume de negócios de cerca de 54%. Verificou-se um crescimento das receitas próprias do Zoo tendo este sido reflexo direto quer do aumento de tarifário de entrada, quer do aumento da afluência de visitantes. Atingiu pela primeira vez uma visitação superior a 35.000 visitantes; -----

3 – Nas Piscinas Municipais, mais um registo de sucesso expresso no crescimento tanto em número de clientes como em receitas, ultrapassando as adversidades e consolidando as qualidades dos seus serviços. O número de clientes aumentou 25% na Piscina Municipal da Feira; 36% na Piscina



ma Cunha

de Lourosa e 30% na Piscina de Fiães. É importante frisar que o sucesso das receitas não são resultados de qualquer aumento de tarifários. -----
Realça-se que, em 2023, concretizaram-se ainda investimentos significativos em melhorias estruturais e de eficiência energética nestes equipamentos, destacando-se a aquisição de novas caldeiras para a Feira e Lourosa e a exploração de um novo furo para Fiães.-----
Em resumo, a gestão ambiciosa, mas ao mesmo tempo rigorosa, o compromisso e a transparência da Empresa Municipal Feira Viva dá origem a estes resultados históricos em todas as frentes, desde o desenvolvimento económico até a promoção cultural e desportiva.-----
A bancada do PSD acredita convictamente que a Feira Viva continuará a crescer e a impactar positivamente a nossa cidade, elevando a nossa cultura e o nosso desporto a novos patamares. -----
Relatório e Contas da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira: -----
É verdade que a Sociedade de Turismo não conseguiu atingir o crescimento projetado em todos os segmentos, porém, conseguiu um crescimento no volume de negócios e um resultado da atividade positivo. Apesar das dificuldades, o ano de 2023 veio a revelar-se menos negativo do que estimado na elaboração do Plano de Orçamento de 2023. -----
Destaco os indicadores superados no Relatório das Boas Práticas, dois dos quais de eficiência: -----
1.º Indicador: Potenciar a frequência termal dos residentes do concelho, pela isenção de inscrição termal e concessão de 15% desconto sobre o preço de tabela dos tratamentos: -----
Objetivo cumprido com 600 munícipes beneficiários, superado se mais de 600 munícipes beneficiarem. -----
Objetivo Superado em 2023 com 628 beneficiários;-----
2.º Indicador: Garantir o equilíbrio financeiro; -----
Objetivo cumprido se os resultados operacionais forem positivos, superado se o resultado líquido da operação for positivo. -----



Objetivo Superado em 2023: resultado líquido positivo do exercício no montante de 41.485,62 euros; -----

3.º Indicador: Garantir que as vendas e prestações de serviços cubram, no mínimo, 60% dos gastos totais da Sociedade de Turismo. -----

Objetivo cumprido entre os 60% e 65% e objetivo superado acima dos 66%.

Objetivo Superado em 2023: o total das vendas, prestações de serviços e outros rendimentos – 695.522 euros e os gastos totais 936.299 euros, o que representa uma taxa de cobertura de 74.31%.-----

Face ao exposto, acreditamos que está a ser percorrido o caminho certo para a sustentabilidade da atividade termal em Santa Maria da Feira.”-----

Interveio a **Sra. Vereadora Sónia Azevedo** para responder às questões colocadas sobre a empresa municipal Feira Viva, começando por, aludindo à intervenção feita pelo membro Marco Jesus, agradecer os aspetos positivos mencionados referentes à gestão da empresa municipal, quanto aos novos desafios, disse ser esse o objetivo. -----

Sobre as receitas próprias cobrirem cerca de 74% dos gastos, disse ser um objetivo bem conseguido, dando nota que o parâmetro rondaria os 50%.

Sobre haver uma aposta contínua no Europarque, disse concordar, salientando que o Europarque continua a ser uma bandeira e o Município tem de lutar para que continue a estar no mapa e a ser um equipamento de referência a nível regional, bem como a nível nacional. -----

Sobre a receita dos eventos não ter tido um crescimento tão expressivo como a receita dos equipamentos, referiu que o ano 2022 foi um ano pós-Covid, a edição desse ano da Viagem Medieval foi atípica, sendo 2023 o regresso à normalidade. -----

Relativamente à intervenção feita pelo membro Miguel Branco, e à afirmação de que os requisitos para a gestão eficaz estão a ser cumpridos, disse que isso é uma evidencia.-----

Quanto ao crescimento dos eventos e à alusão ao Mercado de Natal, ao



Incunha

Circo e à Pista de Gelo, e quanto à preocupação também manifestada pelo membro, Marco Jesus, quanto ao fraco crescimento do número de visitantes nos eventos realizados pela Feira Viva, reiterou a resposta, ou seja, que o ano de 2022 foi um ano atípico, foi um ano pós-Covid, com acentuado crescimento, entrando-se, agora, na normalidade. -----

Sobre o risco mencionado pelo membro Carlos Martins, ou seja, a fronteira entre o que é serviço público e a atividade comercial, bem como o crescimento em escala, disse que, no entender do Executivo, ainda há margem para crescer, para melhorar a performance, tanto ao nível dos eventos como ao nível dos equipamentos. Concluindo, disse que o Executivo está muito satisfeito com os resultados da empresa municipal Feira Viva, com o percurso feito, de forma sustentada, e com a recuperação positiva destes últimos anos, o que manifesta com satisfação.-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos em relação às questões colocadas sobre a Sociedade de Turismo. Referindo-se à intervenção feita pela deputada municipal Fátima Oliveira, disse ser verdade que existem contratos sazonais, mas que o objetivo é que as termas funcionem ao longo de todo o ano, o que permitiria acabar com os contratos sazonais. Alertou, no entanto, para o facto de os estabelecimentos termais que funcionam todo o ano praticarem contratos sazonais, frisando que não se pode exigir a diminuição do subsídio à exploração a uma entidade que presta um serviço público e, ao mesmo tempo, exigir que trabalhe mais tempo, porque, o subsídio à exploração terá de, pelo menos, numa primeira fase, aumentar. Sobre a afirmação de que as Termas estão fechadas em si mesmas, disse não ter dúvidas que a deputada municipal Fátima Oliveira, como caldense, acompanha com especial interesse o que se passa na freguesia, dando nota que, em 2023, as Termas colaboraram com o Carnaval, com os Trilhos Termais e os Trilhos Culturais, com o Caldas Sabor e Arte, assim como



com o dia de portas abertas e a prova de águas, com o único Sommelier de águas que existe no país, que é o Diretor das Termas. Informou que as Termas colaboraram ainda com o Moda Feira, estiveram presentes nas festas em honra de Santo António e de São Jorge, organizaram o Bravo Challenge e o Grande Prémio de Atletismo, e recuperaram a realização da Festa da Saúde, evento dirigido às crianças dos Jardins de Infância e do 1.º Ciclo da União de Freguesias, concluindo que, a seu ver, isto é estar plenamente envolvido na comunidade. -----

Referiu que a deputada Fátima Oliveira sabe que o parque em frente às Termas esteve vedado com muros e inacessível aos caldenses, o que já não sucede, e no que concerne à promoção pela visitação das águas, disse ser preciso avaliar o ADN de cada água, do ponto de vista termal, comentando que nem sempre se pode replicar o que se faz noutras instâncias termais.-- Salientou que, no caso das Termas de S. Jorge, a captação é feita através de furos artesianos e, ao contrário de outras termas, nomeadamente estrangeiras, em que as águas são privadas, em Portugal as águas são públicas, e, portanto, estão concessionadas, havendo uma autorização do Estado para a captação das águas. Informou que as águas que as Termas de S. Jorge captam são para tratamentos terapêuticos, acrescentando que, numa altura em que se fala de sustentabilidade, é preciso ter cuidado com a utilização da água, o tipo de água e de captação. -----

Disse que as Termas têm a 4.ª posição no volume de negócios e ocupam o 3.º lugar para fins terapêuticos, pelo que não percebe a insistência em se querer diminuir a importância e o trabalho feito pelas Termas, as quais se encontram a recuperar de 8 anos sem participação nos tratamentos termais, e que, nessa medida, está a fazer um caminho, com esforço, com bom sentido de orientação e bom sentido estratégico. -----

Informou ainda que as Termas vão sofrer, nos próximos tempos, uma requalificação no interior, feita pela Câmara, acrescentando, a respeito da afirmação de que não existe nada na envolvente das Termas, que essa



Aracinho

afirmação é contrariada pelos eventos que enumerou. -----
Explicou, quanto à retirada das balizas, que se trata de uma situação transitória porque se está a proceder ao arrelvamento do espaço.-----
Sobre o passadiço, disse tratar-se de um caso de sucesso, no qual os Caldenses têm orgulho, e até designam Caldas de São Jorge como a porta de entrada no passadiço, o qual tem atraído centenas de pessoas. -----
Reforçou que todos os eventos que acontecem na freguesia, que já enumerou, têm a ver com a dinâmica das associações locais, da Junta de Freguesia e do próprio espaço, que está renovado, e têm um envolvimento permanente das Termas. -----
Relativamente ao hotel, questionou se se quer que a Câmara procure um investidor para fazer um hotel, ou se se quer que a Câmara construa um hotel, dando nota que todos querem o hotel, mas que é preciso encontrar um investidor.-----
Disse que, quando se fala das Termas e de memórias, quer referenciar que o balneário termal data do final do século XIX, pelo que, para recuperar memórias, é preciso, antes, saber do que é que se está a falar. -----
Concluindo, referiu que o mais importante é valorizar as Termas de S. Jorge, e não dizer-se que estão isoladas, pois os factos concretos desmentem totalmente essa perceção, de quem vive nas Caldas de São Jorge, e de quem, como ele e muitos dos presentes, participam nas atividades realizadas naquela freguesia. -----

Posto isto, a **Sra. Presidente da Assembleia** deu por terminada a apreciação dos presentes pontos, tendo a Assembleia tomado conhecimento dos documentos de Prestação de Contas de 2023 da Empresa Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., assim como dos documentos de Prestação de Contas de 2023 da Empresa Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira E.M., S.A., no âmbito do exercício das suas funções de acompanhamento e controlo. -----



Inocunha

Saíram os membros Filipe Araújo, António Perestrelo de Lima e Jorge Silva. --

Prolongamento da sessão – artigo 14.º do Regimento-----

De seguida, a **Sra. Presidente da Assembleia** submeteu à consideração do plenário a questão do eventual prolongamento da sessão, para além das 4 horas, em conformidade com o disposto no artigo 14.º do Regimento. -----
Submetido o assunto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD:28, CDS-PP, IL), 19 votos contra (PS:16, BE, CH, CDU) e 1 abstenção (IND), prosseguir os trabalhos da sessão.-----

Saíram os membros Daniel Gomes, Rosa Silva, Marco Jesus, João Figueiredo, Domingos Florim e Rui Alves Rios. -----

8 - Regulamento Municipal de Organização, Exploração e Funcionamento do Terminal Rodoviário – Interface de transportes Lourosa/Fiães-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 25 de março de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que salientou que, num momento de instabilidade dentro da Área Metropolitana do Porto, que se verifica no caos que envolve a operação da UNIR, onde os transportes não chegam à população e onde o futuro é incerto, considera que concessionar a privados este serviço é, no mínimo, imprudente.-----

Disse crer que o dinheiro do erário público investido neste Interface não



deveria servir para encher os bolsos de uma empresa privada, e que acredita que a Câmara, ao permitir a exploração deste terminal, está a assumir, perante a população, que não é capaz, nem competente, para gerir um edifício com esta envergadura. -----

Referiu que, por este motivo, vota contra o regulamento. -----

Interveio o membro **Virgílio Ribeiro** (PS) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve: -----

“Exmo. Sr. Presidente, -----

Relembramos o seguinte: -----

Na reunião da Câmara Municipal de 4/12/23 o PS votou contra o modelo de Concessão de “Serviço Público Gestão e Exploração da Interface de Transporte Lourosa/Fiães”, por entender que com a concessão do centro de Transportes, se está a alienar da soberania do município, sublinhando que este deixa de ter a capacidade para adaptar e melhorar o Funcionamento do Centro Coordenador de Transportes. Quanto ao Regulamento, por exemplo, este não garante nem assegura a questão da dificuldade das pessoas com mobilidade reduzida, não prevê a colocação de publicidade, do fardamento e da identificação dos funcionários, entre outros, ou seja, a gestão privada não garante a qualidade do serviço, e feitas bem as contas ficará mais caro ao Município. -----

Também relembrar que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, disse na altura, compreender a posição dos vereadores do PS. -----

Na Assembleia Municipal de 11 e 18/12/23, o Grupo Municipal do PS sublinhou que o concessionário não vai pagar ao Município valores justos em função da utilização do equipamento. -----

Em reunião de Câmara Municipal de 25/03/24, realçamos a nossa posição quanto ao Regulamento, o facto de que este quando foi apresentado à Câmara Municipal, para discussão, ainda não havia sido concessionado o



serviço. -----

Sr. Presidente, -----

Em resumo: -----

- Somos contra a concessão do Interface de transportes, pois entendemos que a gestão municipal é que melhor acautela os interesses dos feirenses;--

- Sendo um equipamento novo no concelho, só a gestão direta pelo município permitiria a adequação do funcionamento às necessidades que fossem surgindo; -----

- Quando o Regulamento foi apresentado a decisão de efetuar uma concessão ainda não estava tomada pelo que entendemos que um Regulamento para uma concessão tem e deve ser substancialmente diferente de um regulamento para a Gestão Municipal do Interface;-----

Neste sentido a proposta do Regulamento apresentado não garante bons serviços ou interesses dos utentes.-----

- Não podemos concordar com a “Xerbus, Lda.” que é um dos operadores de transportes do concelho possa gerir o Interface pois o mais provável é que o vá gerir de acordo com os seus interesses comerciais e não de acordo com os interesses do concelho; -----

- Não estamos de acordo que o concessionário “Xerbus, Lda.” possa aplicar sanções aos outros operadores decorrentes da utilização do Interface pois neste caso poderia ter que aplicar sanções a si próprio;-----

- O acesso de outros operadores ao Interface pode ser dificultado pela concessionária pois esta é um dos operadores que utiliza o mesmo equipamento.-----

O Interface e a sua gestão tem que ter como principais objetivos assegurar o acesso não discriminatório e a igualdade de oportunidades a todos os operadores destes serviços, nomeadamente no que toca às instalações, oficinas, estacionamento, bilheteiras, sistemas de atendimento, venda e informação ao público e proporcionar um terminal funcional para as empresas que utilizem ou explorem carreiras rodoviárias e cómodo para os



passageiros, o que nos não será assegurado com a concessão e com este Regulamento.-----

Também no nosso entender a Câmara Municipal poderia adotar em primeiro lugar uma gestão direta por parte do município, e depois com ações de melhoria contínua, com resolução de problemas experimentais iniciais, quanto à gestão do equipamento, eventualmente mais tarde concessionar a uma gestão privada, seria mais eficaz a tomada de decisão.

Sr. Presidente, -----

A ser aprovado este Regulamento, tendo em conta o serviço concessionado, solicita-se que o Município tenha capacidade de influenciar e impor o cumprimento incondicional de todas as regras, estabelecer algumas obrigações, por exemplo, a publicação dos horários, os avisos de transportes suprimidos e respetivas substituições, entre outras, e condições de exploração ao concessionário. -----

Sugerimos a análise do bom exemplo do Centro Coordenador de Transportes de Braga, gerido pela Câmara Municipal de Braga com várias intervenções ao longo do tempo, visando uma melhor qualidade de serviço prestado a começar pelo sistema de gestão de chegadas e partidas, enquanto o Interface de Lourosa/Fiães nem um simples monitor ligado a um PC tem para dar informações.”-----

Interveio o membro **Luís Nuno Vieira** (CDU) que disse que, mais do que estar a discutir o modo de exploração e de funcionamento do Interface de Lourosa/Fiães, a CDU entende ser preferível questionar o Executivo, se tem a certeza de que o local escolhido para a construção deste Interface é o ideal, pois não é uma zona central do Concelho e, portanto, não vai servir, efetivamente, as populações. Comentou que também está referido no documento que o objetivo é transformar este terminal num terminal multimodal, o que não percebe, face à localização. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por esclarecer



Ino Couto

que, em discussão, não está a concessão do Interface de Lourosa/Fiães, acrescentando que, quando não se tinha o Interface, era porque não se tinha, agora que se tem, o local escolhido é o errado, o regulamento não é bom e o modelo de concessão é péssimo, comentando que nada está bem. - Referiu que o membro Virgílio Ribeiro se articulou bem com os vereadores do PS, mas também devia saber que ele, Presidente da Câmara, lhes disse que se fosse necessário corrigir o modelo da concessão, o faria.----- Sobre se a Câmara é ou não competente, em resposta ao membro Eduardo Couto, afirmou que o é, até porque, durante os últimos meses, o geriu com o trabalho exemplar dos funcionários municipais.----- Fez notar que o regulamento em apreço foi discutido, foi aprovado, esteve em discussão pública, e não foi rececionado nenhum pedido de alteração.-- Quanto à referência ao terminal de transportes de Braga, referiu que os técnicos municipais avaliaram vários modelos, mas a opção tem de ser adaptada à realidade do Concelho.----- Sobre a Xerbus, Lda., disse querer clarificar e reiterar que a concessão a esta empresa do espaço foi fruto de um procedimento, por concurso público.----- Em relação ao local escolhido, realçou que se dúvidas existissem sobre o local escolhido, é verificar o número de pessoas que para ali, diariamente, se deslocam, acrescentando que sempre foi zona, por tradição e excelência, de transportes do concelho, servindo cerca de 70 mil pessoas, e que será, obviamente, integrado com o futuro Interface de Santa Maria da Feira.----- Concluindo, sobre a questão do terminal vir a ser multimodal, explicou que características, como sejam a mobilidade elétrica e a praça de táxis, lhe conferem a categoria de multimodal.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor (PSD:28, IND), 12 votos contra (PS:10, BE, CDU) e 3 abstenções (CDS-PP,



IL, CH), aprovar o Regulamento em epígrafe, nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

Saíram os membros Armando Teixeira e António Valdemar Ribeiro.-----

Reentraram os membros António Perestrelo de Lima, Marco Jesus, Rosa Silva e Rui Alves Rios.-----

9 – Criação da Empresa Metropolitana de Transportes da AMP -----

- Aprovação da contribuição do Município-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 11 de março de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Interveio o membro **Luís Nuno Vieira** (CDU) que afirmou que o Município em nada tem beneficiado com a criação da rede UNIR, bem pelo contrário, tal rede tem causado prejuízo para os munícipes, em termos da comunicação com os utentes e nos horários disponibilizados, para além dos inerentes custos para o Município. Referiu que, curiosamente, quando a CDU questionou a Câmara sobre a falta de qualidade do serviço, a mesma respondeu que nada tinha a ver com esta questão. Disse que, assim, a CDU conclui que o Município serve para pagar, mas não para ter o poder de exigir qualidade na gestão do serviço de transportes urbanos, razão pela qual, vota contra. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que começou por dizer que a constituição desta Empresa Metropolitana de Transportes estava prevista acontecer no início de 2024, mas que o processo se vai arrastando, em prejuízo dos utentes, acrescentando que a constituição da



mesma devia ter como objetivo agilizar processos, criar valores junto dos cidadãos, assegurar o transporte a milhares de passageiros, assegurando que nenhum segmento da população fique excluído. -----

Referiu que foram dados passos, nomeadamente, o ponto em debate, mas que o sentimento que tem o grupo municipal do PS continua a ser de preocupação, de inquietude e, até, de desconfiança. Disse que, passado todo este tempo, subsistem muitas questões, entendendo que a Câmara continuará, certamente, a receber emails de preocupação dos utentes, porque a operação falha, porque as obrigações do contrato de concessão não estão a ser integralmente cumpridas. -----

Referiu que a Assembleia Municipal é chamada a deliberar sobre a contribuição do Município para a criação da Empresa Metropolitana, mas que a pergunta que faz, é se o Município está à espera da criação desta empresa para que se resolvam os problemas, ou se, durante este impasse, existem mecanismos que permitam acompanhar o trabalho da empresa operadora de transportes.-----

Salientou que ouviu falar, nesta Assembleia, do excelente papel da Câmara no acompanhamento da empresa, e que não espera outra coisa, solicitando que, efetivamente, não abdique desse papel, pois a Assembleia Municipal reúne somente 5 vezes por ano e não o consegue fazer. Referiu que, nesta sessão, será aprovada a contribuição do Município, mas que a verdade é que não sabe mais do que isso, salvo os emails que muitos utentes dirigem à Câmara, com o conhecimento do PS, reforçando que, para o grupo municipal do PS, a preocupação é crescente. -----

Interveio o membro **Carlos Martins** (IL) para questionar qual é a contrapartida, em termos de influência na gestão, que o Município tem, a partir do momento em que assume este compromisso societário. Perguntou quais são os reais poderes do Município no respeitante à influência na gestão, no poder de veto, no poder de votação, e onde é que tem assento



Incluído

dentro dos órgãos sociais da empresa. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por clarificar que em debate não está a UNIR, mas sim a criação de uma empresa metropolitana e o valor da contribuição do Município. -----

Disse ainda que o problema referido não se resume à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, pois as câmaras que integram a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria enfrentam, exatamente, os mesmos procedimentos e os mesmos problemas. -----

Fez notar que a Empresa Metropolitana de Transportes não é a empresa Xerbus, Lda., salientando que o que se pretende, com a empresa metropolitana, é que venha a gerir, de forma integrada, toda a operação da rede de transportes, frisando, para não haver confusão, que não é a empresa metropolitana que está a criar os problemas. -----

Sobre a UNIR informou que, das 96 linhas no Concelho, 90 estão estabilizadas, havendo problemas em 6 linhas, pelo que a Câmara continua a insistir na resolução e estabilização destas 6 linhas. -----

Sobre a questão colocada pelo membro Carlos Martins quanto à participação do Município nos órgãos sociais da empresa metropolitana, disse que será a Área Metropolitana do Porto a definir essa matéria. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 41 votos a favor (PSD:27, PS:13, IND), 1 voto contra (CDU) e 4 abstenções (BE, CDS-PP, IL, CH), reconhecer que a competência para proceder à constituição de empresas locais pertence aos órgãos deliberativos das entidades públicas participantes, como se estatui no n.º 1 do art.º 22.º da Lei 50/2012, sendo, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 71.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da competência do Conselho Metropolitano autorizar a área metropolitana a constituir empresas locais. -----



Ana Cunha

Deliberou ainda aprovar a contribuição do Município de Santa Maria da Feira, no montante de 164.156,48 €, correspondente a 8,208% do total do capital social da futura Empresa Metropolitana de Transportes Públicos (EMTP) da Área Metropolitana do Porto (AMP).-----

10 - Anexo II do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências celebrado entre o Município e os Agrupamentos de Escolas-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 25 de março de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor (PSD:27, PS:13, CDS-PP, IL, IND) e 3 abstenções (BE, CH, CDU), aprovar o Anexo II, com uma nova redação, o qual passará a fazer parte integrante do contrato Interadministrativo em referência, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

Saiu o membro David Neves.-----

Reentraram os membros Daniel Gomes e João Figueiredo.-----

11 - Início do procedimento de elaboração da Carta Municipal de Habitação (CMH)-----

- Declaração fundamentada de carência habitacional-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de



seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Interveio o membro **Eduardo Couto** (BE) que disse que a declaração fundamentada de carência habitacional prevista na Lei de Bases da Habitação, assenta, e cita, na incapacidade de resposta à carência de habitação existente.-----

Referiu que, assim, a grande questão que se coloca é porque é que esta declaração surge tão tarde, porque é que este Executivo demorou 3 anos a elaborar esta declaração, quando, desde 2020, todos os dados apontam para um aumento dos números de carência habitacional no Município, e sem qualquer capacidade de resposta por parte deste.-----

Concluindo, disse que esta situação lhe faz lembrar dois ditados populares que considera pertinentes, o primeiro é o que diz que “mais vale tarde do que nunca”, e o segundo é o que refere que “um relógio avariado acerta nas horas duas vezes por dia”.-----

Interveio o membro **Miguel Branco** (CH) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“Na Assembleia e Câmara Municipal, é crucial abordar as políticas de habitação com uma visão ampla e inclusiva, garantindo que todos os habitantes do concelho de Santa Maria da Feira tenham acesso a moradias dignas e adequadas às suas necessidades.-----

A habitação não deve ser apenas uma questão de fornecer um teto sobre a cabeça, mas sim de promover a igualdade, a justiça social e a coesão territorial.-----

Primeiramente, é essencial destacar a importância de um concelho



acessível, que promova a igualdade e a justiça social. -----

Todos os habitantes devem sentir-se parte integrante da comunidade, independentemente das suas condições físicas ou socioeconômicas. Portanto, é fundamental garantir habitações acessíveis e adaptadas às necessidades de pessoas com mobilidade reduzida e idosos dependentes, promovendo assim a inclusão e a qualidade de vida para todos. -----

Além disso, é crucial criar oportunidades para a juventude, oferecendo habitações a preços acessíveis tanto para arrendamento como para aquisição própria. Isso permitirá que os jovens construam as suas vidas no concelho e contribuam para a sua vitalidade e desenvolvimento. Atrair os jovens que emigraram devido ao desemprego é essencial para promover a competitividade e o dinamismo dentro do concelho. -----

Um aspeto importante a considerar é a localização das habitações sociais. - Muitas vezes, essas habitações são construídas fora dos centros urbanos, o que pode perpetuar a segregação social e a dependência de subsídios. -----

Sr. Presidente, é fundamental repensar essa abordagem e incluir famílias de baixos rendimentos em áreas urbanas, onde possam ter acesso a oportunidades de emprego, educação e serviços públicos. -----

O lógico seria, por exemplo, quando uma família se autonomiza, o casal ou adultos do agregado familiar que já integram o mercado de trabalho, com vínculos por tempo indeterminado, que usufruíram da habitação pelo período de 5 anos para se estabilizarem, devem entregar a habitação. Para que assim outros cidadãos possam ter os mesmos direitos e os mesmos acessos, sendo esta uma rampa de lançamento.-----

Além disso, a atribuição de habitações deve ser feita de forma imparcial e transparente, garantindo que as decisões sejam tomadas com base nas necessidades reais das famílias e não em critérios arbitrários. -----

Uma sugestão é transferir a gestão das habitações sociais para entidades intermunicipais ou empresas municipais, compostas por júris externos, para garantir uma maior imparcialidade e eficiência no processo de



atribuição. -----
Em relação à legislação da habitação em Portugal, é necessário implementar mudanças significativas para garantir uma abordagem mais eficaz e pragmática. -----

Isso inclui medidas para incentivar a requalificação de prédios e casas devolutas, facilitando o processo burocrático e promovendo parcerias público-privadas para acelerar o ritmo das intervenções. -----

Em resumo, as políticas de habitação devem ser orientadas para promover a igualdade, a inclusão e o desenvolvimento sustentável do concelho de Santa Maria da Feira. -----

É fundamental trabalhar em conjunto com todas as partes interessadas, incluindo o governo, o município local, organizações da sociedade civil e o setor privado, para criar soluções eficazes e duradouras para as necessidades habitacionais da comunidade.” -----

Interveio o membro **Ângelo Santos** (CDS-PP) que disse que este procedimento é fundamental porque a construção e a reabilitação de habitações, constituem um grande desafio para o território. -----

Disse querer deixar um repto ao Município, para que olhe para as freguesias que estão a ficar desertificadas e as possa potenciar nesta área habitacional, para que não percam serviços devido à desertificação, como está a acontecer em alguns territórios do Concelho. -----

Interveio a deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS) que leu o documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“Certamente, que o ponto que irei abordar nos é caro a todos e está na atualidade para se encontrarem soluções que há muito deveriam estar implementadas e a ser executadas. -----

Ainda bem que temos PRR e a Lei de Bases da Habitação de 2019,



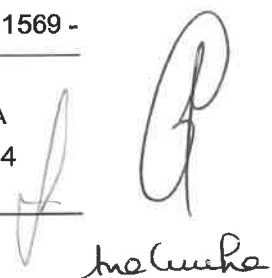
instituída por acaso, pelo Partido Socialista e que vem reforçar o 1º direito de 2018.-----

A legislação já referia a Carta Municipal de Habitação, que agora pedem para iniciar o procedimento de elaboração, referia o inventário das habitações devolutas propriedade pública, para habitação (que também já pedimos nesta Assembleia e sabemos que são cerca de 4000, mas não temos a apresentação da listagem) e também já referia a declaração fundamentada da carência habitacional, que agora pedem para ser votada nesta Assembleia, bem como indicava a apresentação de um relatório municipal de habitação a ser apreciado em Assembleia Municipal, anualmente, que não me lembro de ser analisado.-----

Contudo, passaram 5 anos, desde a aprovação das leis referidas e estes documentos simplesmente não existem, apesar de deverem estar em articulação com a Estratégia Local para a Habitação e integrados com o Plano Diretor Municipal.-----

Contudo, há uma explicação, é que o antecessor de Amadeu Albergaria considerava que estava tudo bem e que as reivindicações feitas nesta Assembleia ou em reuniões de Câmara pelo Partido Socialista, não eram corretas, que estariam a fazer todos os possíveis para melhorar o Parque de habitação municipal, mas neste documento já aparecem os 14 empreendimentos de habitação municipal considerados em mau estado de conservação.-----

Posto isto, poderemos dizer que só se assume a carência habitacional do Concelho, porque há prioridade no acesso ao financiamento e não porque exista uma política de Habitação para o mesmo. Se não vejamos, todas estas documentações já poderiam estar prontas e aprovadas, para serem usadas quando necessário, pois já há aprovações para projetos indicados nos documentos, mas estes documentos ainda estão em falta, (esperando que seja possível cumprir todos os prazos), por outro lado, a política de habitação não está a ser aplicada de forma uniforme, por todo o Concelho.-



me Cunha

A par disto, surgem questões sobre o documento, que gostava de ver esclarecidas, nomeadamente: -----

1) Quem fez este diagnóstico e se os Presidentes de Junta deram informações sobre as habitações a intervencionar, nomeadamente, na listagem de realojamento nos Núcleos precários (da página 9 e 10)?-----

2) Onde será feito o realojamento? Será permanente? -----

3) Os números apresentados são para aumentar, substancialmente, o acesso a habitação ou será mais para reabilitação? Haverá mais habitação disponível para o Concelho?-----

4) Na pág. 5, no que refere Soluções habitacionais pelo município, o incremento de 132 fogos em construção já contempla os 59 que estavam previstos para subarrendamento (referido na alínea b)? A construção vem substituir o subarrendamento ou um não elimina o outro? -----

5) O Município, com este diagnóstico, pensa ir mais além dos apoios do PRR para um efetivo Plano Estratégico de Habitação para o Concelho, ou ficará apenas pelos financiamentos possíveis, pois é muito pouco para as necessidades?-----

6) Como vai dar resposta àquilo que sabe, desde 2020, em que havia 1228 pessoas em carência habitacional, em situação de insalubridade e insegurança e, atualmente, 3048 pessoas com dificuldades no acesso à habitação?-----

São questões e reflexões que gostaria de deixar para serem esclarecidas, no entanto, acompanhámos o que é proposto, desejando que possamos aproveitar todas as oportunidades do PRR e os financiamentos, para que ajudem a definir um futuro melhor para as pessoas que procuram o nosso Concelho para habitar, viver e desenvolver as suas atividades, ficando ligadas à nossa terra pelas boas práticas.” -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por dizer que a Lei de Bases foi publicada, mas como acontece, frequentemente, remete



Ana Cereza

para portaria, as quais ainda não foram publicadas. Fez notar que, independentemente disso, uma dúzia de municípios decidiram avançar com esta declaração fundamentada e com a Carta Municipal de Habitação, entre os quais os municípios do Porto e o de Lisboa, realçando que tudo teria sido muito mais rápido se, a seguir à Lei de Bases, tivessem sido disponibilizadas as portarias de enquadramento. -----

Referiu que, assim, os municípios estão a navegar à vista, ajudando-se uns aos outros, acrescentando que, quando se quer assacar responsabilidades, é preciso que se conte a história toda. -----



Quanto aos números apresentados, referiu que dizem respeito à Estratégia Local de Habitação, que já foi apresentada e discutida, quer na Câmara Municipal quer neste Assembleia Municipal. Realçou que, agora, surgiram as candidaturas que obrigam à emissão da declaração fundamentada de carência habitacional, e os municípios estão a procurar adaptar e responder às mesmas. -----

Concluindo, fez sobressair que, em termos de política pública de habitação, é ao Governo que compete, em primeiro lugar, fazê-la. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 46 votos a favor (PSD:27, PS:14, BE, CDS-PP, IL, CH, IND) e 1 abstenção (CDU), aprovar a proposta de emissão de declaração fundamentada de carência habitacional, nos termos e para os efeitos previstos na Lei de Bases da Habitação, com base nas carências habitacionais diagnosticadas na Estratégia Local de Habitação de Santa Maria da Feira, que integrará a Carta Municipal de Habitação. -----

Saíram os membros André Vivas Rocha e Carlos Martins. -----

12 - Alteração da delimitação administrativa entre as freguesias de



Inalberto

Nogueira da Regedoura e a União das Freguesias de Grijó e Sermonde--
A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 45 votos a favor (PSD:26, PS:14, BE, CDS-PP, CH, CDU, IND), aprovar a proposta de alteração dos limites administrativos e consequente atualização da Carta Administrativa Oficial de Portugal, entre a freguesia de Nogueira da Regedoura e a União das Freguesias de Grijó e Sermonde, nos termos da deliberação camarária supraidentificada. -----

13 - Desafetação do domínio público para domínio privado do Município de uma parcela de terreno sita na Rua da Barra - Nogueira da Regedoura-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 25 de março de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 45 votos a



Ana Cunha

favor (PSD:26, PS:14, BE, CDS-PP, CH, CDU, IND), autorizar a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município, da parcela de terreno em epígrafe, com a área de 365,00 m², nos termos da deliberação camarária supraidentificada.-----

14 – Atribuição de apoio à Freguesia de Sanguedo – Obras de reparação e construção de acessibilidades ao piso inferior da sede-----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 22 de abril de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal.-----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 45 votos a favor (PSD:26, PS:14, BE, CDS-PP, CH, CDU, IND), aprovar a atribuição à Junta de Freguesia de Sanguedo de um apoio financeiro, até ao valor máximo de 26.194,42 €, nos termos e condições propostos na deliberação camarária supraidentificada.-----

15 – Atribuição de apoio à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Obras de requalificação do Parque da N.ª Sr.ª da Piedade -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 11 de março de 2024 e restante documentação que a acompanha – oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. -

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da



palavra relativamente a esta matéria, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 45 votos a favor (PSD:26, PS:14, BE, CDS-PP, CH, CDU, IND), aprovar a atribuição à União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior de um apoio financeiro, até ao valor máximo de 100.000,00 €, nos termos e condições propostos na deliberação camarária supraidentificada. -----

16 - Alteração à postura de trânsito na freguesia de Milheirós de Poiares -----

17 - Alteração à postura de trânsito da Rua Chão D'Além - São João de Ver -----

18 - Alteração à postura de trânsito da Rua das Alminhas e Travessa de Sá - Rio Meão -----

A **Sra. Presidente da Assembleia** introduziu os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado em sede de Comissão Permanente, os mesmos seriam apreciados em conjunto e submetidos, separadamente, a votação. De seguida, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara**, o qual apresentou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 11 de março de 2024 e de 26 de fevereiro de 2024, e restante documentação que as acompanham – oportunamente disponibilizadas aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio a deputada municipal **Susana Correia** (PS) que disse querer insistir no pedido feito pelo grupo municipal do PS, em anteriores sessões, relativamente às alterações das posturas de trânsito. Referiu que, tal como o Sr. Presidente da Câmara diz que um autarca é resistente e persistente, o grupo municipal do PS também o é, e assim, reitera o pedido, ou seja, que o acordo que as juntas de freguesia dão às alterações das posturas de trânsito, seja disponibilizado à Assembleia Municipal, ao que o **Sr.**



Ana Cunha

Presidente da Câmara respondeu que a Câmara fará esse esforço, sendo certo, que o modelo que tem sido usado é, ao fim de determinado prazo, a não resposta ser considerada como deferimento tácito, comentando que este modelo é eficaz e célere, e que os Srs. Presidentes de Junta têm conhecimento do mesmo. -----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

16 – Alteração à postura de trânsito na freguesia de Milheirós de Poiares -----
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 45 votos a favor (PSD:26, PS:14, BE, CDS-PP, CH, CDU, IND), aprovar a alteração à postura de trânsito da freguesia de Milheirós de Poiares, com implicações na Rua de Cimo da Vila, na Rua da Gândara e na Rua das Cavadas, nos termos da deliberação camarária de 11 de março de 2024. -----

17 – Alteração à postura de trânsito da Rua Chão D’Além – São João de Ver -----
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 45 votos a favor (PSD:26, PS:14, BE, CDS-PP, CH, CDU, IND), aprovar a alteração à postura de trânsito da freguesia de São João de Ver, com implicações na Rua Chão D’Além, nos termos da deliberação camarária de 26 de fevereiro de 2024. -----

18 – Alteração à postura de trânsito da Rua das Alminhas e Travessa de Sá – Rio Meão -----
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 45 votos a favor (PSD:26, PS:14, BE, CDS-PP, CH, CDU, IND), aprovar a alteração à postura de trânsito da freguesia de Rio Meão, com implicações na Rua das Alminhas e Travessa de Sá, nos termos da deliberação camarária de 26 de fevereiro de 2024. -----

Reentraram os membros André Vivas Rocha e Carlos Martins. -----



MaCunha

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

A **Sra. Presidente da Assembleia**, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 7 inscrições, dos munícipes António Vieira, Ana Antunes, Manuel Conceição, Rui Pinto, Fernando Oliveira, Daniel Costa e Luís André Santos, por esta ordem, para abordar os assuntos identificados na listagem oportunamente disponibilizada aos membros desta Assembleia Municipal. Informou aos munícipes inscritos que, nos termos regimentais, tinham, cada um, três minutos de intervenção, numa intervenção única. --- De seguida, verificando que o primeiro cidadão inscrito, António Vieira, não respondeu à chamada, passou a palavra à munícipe seguinte, Ana Antunes. -----

Interveio a munícipe **Ana Antunes** que começou por dizer que, como feirense, se preocupa com tudo o que diz respeito a Santa Maria da Feira, pelo que gostaria de saber o que prevê a Câmara investir na modernização das três corporações de bombeiros do Concelho. -----

Referiu que teve uma situação em que precisou dos bombeiros voluntários devido a um incêndio ocorrido no seu prédio, em que esteve mais de 2 horas, com a família, à espera de uma escada que os retirasse do último andar, comentando que vivera uma situação caótica e angustiante, e desejando que nenhum feirense a experiencie. -----

Referiu ter três questões a colocar ao Sr. Presidente da Câmara, cujas respostas são ansiadas pelas corporações de bombeiros e pelos feirenses. Assim, questionou qual o valor previsto para apoio e modernização das corporações dos bombeiros em 2024, bem como o modo como será feita essa atribuição. Perguntou, ainda, o que tem o Executivo camarário implementado como forma de apoio, de gratificação, às mulheres e aos homens que desempenham, tão valentemente, as funções de soldados da paz. -----



Interveio o munícipe **Manuel Conceição** que disse ser da freguesia de Santa Maria de Lamas, mas, acima de tudo, feirense, salientando que aquilo que o moveu a vir a esta Assembleia prende-se com um problema grave e preocupante que está a ocorrer no Concelho.-----

Disse que se deslocou à Assembleia de Freguesia de São João de Ver, e que a mesma parecia estar em modo de guerra civil, comentando que o Sr. Presidente daquela Junta de Freguesia, Nuno Albergaria, sabe do que está a falar, já que o próprio, teve dificuldade em gerir aquela assembleia. Referiu que se dirigiu a este órgão para colocar algumas questões sobre o licenciamento de uma central fotovoltaica em São João de Ver, acrescentando que, apesar de ser de Santa Maria de Lamas, esta é uma freguesia vizinha, mas as respostas que obteve foram muito incertas. -----

Disse, ter questionado o Sr. Presidente da Junta, se o povo foi consultado para o efeito da construção daquela central, o qual terá respondido que não. Perguntou ainda pelas normas que fundamentaram a criação daquela central, ao que o mesmo respondeu que existia um documento, mas não soube explicar o que dele constava, nem onde se encontrava. Referiu que, o Sr. Presidente da Junta, foi dizendo que tomou uma posição pública contra a criação daquela central, e, mais à frente, que a central não tinha licenciamento, que era ilegal.-----

De seguida, e após ter sido avisado de que o seu tempo tinha expirado, concluiu a sua intervenção, deixando à Mesa um documento escrito, contendo 5 questões dirigidas ao Sr. Presidente da Câmara, solicitando que as mesmas lhe fossem respondidas logo que possível.-----

Interveio o munícipe **Rui Pinto** que começou por dizer que, como feirense, da freguesia de Fornos, queria ser esclarecido em relação aos processos judiciais e investigações do Ministério Público à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.-----



Incunha

Questionou se está a decorrer algum processo judicial à Câmara Municipal e/ou ao Executivo Municipal, e, se sim, quais e sobre que assuntos. -----

Perguntou ainda se está a decorrer alguma investigação do Ministério Público à Câmara Municipal e/ou ao Executivo Municipal, e, se sim, quais e sobre que assuntos.-----

Interveio o munícipe **Fernando Oliveira** que começou por dar nota que, sendo feirense, tudo o que diz respeito ao Município de Santa Maria da Feira lhe diz, também, respeito.-----

Referiu que, na última semana, falou-se muito do novo edifício da sede da Câmara Municipal, e, nesse âmbito, gostava de saber qual o valor que foi pago pela Câmara em rendas, durante o ano de 2023, para os seus diversos serviços. -----

Perguntou, ainda, se foram feitos novos arrendamentos em 2024.-----

Questionou qual o valor da renda e o tempo do contrato de arrendamento do serviço que está na Avenida Doutor Belchior Cardoso da Costa, n.º 29, em Santa Maria da Feira. -----

Por último, perguntou se foi arrendado um pavilhão na Avenida do Monumento, n.º 1903, uma vez que têm sido vistos lá vários carros da Câmara, e, se sim, qual o propósito desse arrendamento e qual o seu valor. -----

Interveio o cidadão **Luis André Santos**, que fez a seguinte leitura do documento que, no final da intervenção, deixou à Mesa:-----

“Sou Feirense, residente em Travanca, como tal preocupa-me tudo o que diz respeito ao município de Santa Maria da Feira e, assim, gostaria de saber:-----

1. A Câmara Municipal e os seus executivos PSD costumam puxar de galões sobre a transparência na sua gestão, pelo que peço que façam um pequeno exercício. Entrem no site www.cm-feira.pt, seguidamente no separador “contratação pública” e seguido de “lista de adjudicações”.-----



Sr. Presidente, quando estará disponível no site institucional a listagem de todas as adjudicações da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira? -----

2. No dia 15 de abril estive na Assembleia de Freguesia da UF de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, e o Sr. Presidente da Junta, perante a Assembleia e numa sessão que foi gravada, disse que tinha conseguido que a Câmara Municipal pagasse grande parte das obras de resolução de infiltrações num pavilhão de Lobão. Disse também que a Câmara pagaria qualquer coisa menos de 10.000 € e a Junta assumiria o restante, de forma a que permitisse à Câmara Municipal fazer um ajuste direto. Em meu entender, esta é uma forma habilidosa de contornar a lei pela Câmara Municipal, pondo também em cheque o Sr. Presidente da Junta que terá de adjudicar o valor em falta sem poder pedir orçamento a terceiros. -----

2.1 - O Sr. Presidente tem conhecimento que esta é pratica comum do seu executivo e do executivo de qual era Vice-Presidente? -----

2.2 - O Sr. Presidente vai identificar quem tratou deste assunto específico de Lobão? -----

2.3 - O Sr. Presidente vai mandar analisar todas e quaisquer adjudicações que possam ter usado o mesmo esquema acima identificado? -----

2.4 - Sr. Presidente, no seu entendimento, este é uma ação de gestão legal ou ilegal de dinheiros públicos?-----

3. Existe um procedimento de concurso público a decorrer na ANOGO e que termina a 2 de maio, para a Requalificação da Rua e Travessa da Liberdade em Fornos e cujo preço base é de 300.000 €. Naturalmente esta obra foi indicada pela Junta de Freguesia, mas penso que o Sr. Presidente conhece o local. Nestas 2 ruas estão edificadas apenas 12 moradias, sendo que a maior parte destas ruas estão como lotes de construção de privados. A obra que a Câmara Municipal vai pagar, com a construção de passeios, construção de redes de águas pluviais, construção de baias de estacionamento, com a remoção do pavimento a cubo e colocação de betuminoso valorizar estes lotes de construção particulares, e que são a



Ina Cunha

maioria nestas 2 ruas.-----

O Sr. Presidente pode garantir que não existem “conflito de interesses”
entre os particulares e a Junta de Freguesia?”-----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar os devidos
esclarecimentos, começando por agradecer as intervenções e as questões
colocadas à Câmara Municipal.-----

Sobre a questão das corporações de bombeiros, disse já ter havido, nesta
sessão, uma discussão sobre esta matéria, pelo que aproveita para reforçar
que existe, de facto, uma ótima relação institucional, como não podia
deixar de ser, entre a Câmara Municipal e as 3 corporações de bombeiros
do Município. Referiu que, além dessa ótima relação institucional, existe, e
essa é mais importante, uma ótima relação de trabalho entre todos os
membros da Proteção Civil, sendo que os corpos de bombeiros são centrais
no âmbito da Proteção Civil.-----

Informou que a Câmara tem, para cada uma das corporações de bombeiros
do Concelho, um subsídio corrente ao seu funcionamento na ordem dos
42.400 euros, e tem um apoio à renovação de frota e equipamentos
permanente de cerca de 17 mil euros. Referiu ainda o apoio administrativo
de 7.200 euros a duas das corporações, Lourosa e Arrifana, sendo que, em
Santa Maria da Feira, por razões históricas, há um funcionário da Câmara
Municipal que ali presta serviços administrativos. Por último, deu nota que
a Câmara presta apoio financeiro na vigilância móvel, motorizada, de
incêndios. No que concerne aos próprios bombeiros, disse que a Câmara
tem vários incentivos ao voluntariado de bombeiros.-----

Informou que a autarquia apoia as corporações de bombeiros em tudo
aquilo que são as obras, sejam de pequena manutenção ou maior
envergadura, como as de requalificação e as de arranjos dos espaços
exteriores.-----

Referiu que as 3 corporações de bombeiros do Concelho, dito por



Ana Cunha

responsáveis da ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil, são das mais operacionais de toda a região e estão, em termos genéricos, bem equipadas, acrescentando que isto não significa que as corporações, não queiram sempre mais e melhores condições, e que a Câmara não continue a procurar mais e melhores condições para as mesmas.-----

Disse que já se falou, nesta sessão, das EIP – Equipas de Intervenção Permanente, do valor que a Câmara Municipal apoia e do número de bombeiros que tem, realçando que são 30 bombeiros, com contrato a tempo inteiro, resultando num rácio muito acima da média.-----


Salientou que, como já ficou mais ou menos consensualizado entre as diferentes forças partidárias desta Assembleia, a Câmara está disponível para, assim que seja público o despacho do membro do Governo e a comunicação da ANPC, avaliar a criação de mais EIP, frisando que esta avaliação é feita também pelas corporações de bombeiros, pois elas têm algumas obrigações e têm de reunir condições para tal. Reforçou que a Câmara tem esta disponibilidade, tendo em conta os problemas que já identificou, designadamente o problema dos horários destas equipas e da base de recrutamento.-----

Referiu que, a título excecional, foi incorporado no orçamento municipal para 2024, o valor de 600 mil euros a distribuir pelas 3 corporações, para reforço de equipamentos destinados à proteção civil.-----

Sobre a preocupação levantada, do socorro com escada, lembrou que a Câmara já apoiou, numa grande percentagem, a aquisição de uma autoescada para os Bombeiros Voluntários da Feira, a qual está disponível, em coordenação, também, para os agentes da Proteção Civil.-----

Aproveitou para endereçar os parabéns à Corporação de Bombeiros Voluntários de Santa Maria da Feira, por comemorar mais um aniversário no dia de hoje, dado já se ter entrado no dia 1 de maio.-----

Reforçou que a Câmara estará sempre presente para dar o seu contributo para que os meios de socorro sejam operacionais e, permanentemente,



João Cunha

atualizados e equipados, num trabalho e diálogo constante com as direções e comandos de cada uma das três corporações do Concelho. -----

Sobre a questão da central fotovoltaica disse que, como é bom de ver, não pode comentar assembleias de freguesia, seja a de São João de Ver, de Santa Maria de Lamas, de Fornos ou da UF de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, pois não esteve presente nas mesmas, não competindo ao Presidente de Câmara, nem a esta Assembleia Municipal, comentar o que é dito nas assembleias de freguesia. -----

Sobre a questão levantada a respeito da central fotovoltaica, disse ser do conhecimento desta Assembleia que, em 2020, existiu um pedido de informação prévia que foi objeto de deliberação da Câmara Municipal, em 23 novembro de 2020, na qual se reconheceu o relevante interesse do empreendimento, acrescentando que, entretanto, caducou o prazo de validade atribuído ao pedido de informação prévia. -----

Informou que, em 2021, foi deduzido um primeiro pedido de licenciamento, o qual foi objeto de um despacho com 6 condicionantes, acrescentando que só uma delas foi cumprida em prazo, pelo que, pela informação que lhe foi dada pelos serviços técnicos, tal pedido de licenciamento, também, terá caducou. Explicou que, entretanto, a lei mudou, em janeiro, e foi deduzida uma nova pretensão, sob o formato de comunicação prévia, com um projeto assente em pressupostos diferentes dos processos anteriores. -----

Informou que esse pedido foi rejeitou liminarmente, o que foi contestado pela empresa, como é seu direito, e a Câmara, perante isso, respondeu ou estará para responder, mas ao que sabe será de manter a decisão de indeferimento. Salientou que este é o ponto de situação do processo, o qual tem sido tramitado pelos serviços de planeamento e urbanismo. -----

Sobre a questão dos processos judiciais e investigações do Ministério Público sobre a Câmara Municipal, disse que foi aprovado, nesta sessão, o Relatório de Gestão de 2023, sujeito a publicação, onde, na página 154 do 1.º volume, consta uma listagem com todos os processos judiciais que



podem ter um impacto financeiro no orçamento, o que significa que a esmagadora maioria dos processos judiciais consta de um documento que é público, e que foi escrutinado, nesta sessão, pela Assembleia Municipal. - Em relação às potenciais investigações do Ministério Público referiu que, como se compreende, a Câmara não sabe quais são as investigações que o Ministério Público tem em curso. Esclareceu que a Câmara que colabora com as instituições do Ministério Público, que frequentemente pedem informações, comentando que umas poderão ter a ver com a Câmara, mas que outras não. Referiu que, assim, a única maneira de obter essa informação é, ao invés de perguntar à Câmara Municipal, perguntar, diretamente, ao Ministério Público. -----

Quanto à questão dos arrendamentos de imóveis pela Câmara, informou que a autarquia tem um custo mensal, com arrendamentos de imóveis, de cerca de 17 mil euros. -----

Informou que a esmagadora maioria dos arrendamentos têm a ver com serviços diretamente tutelados pela Câmara, mas que também têm a ver, por exemplo, com o espaço onde funciona a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou com o espaço arrendado para o funcionamento dos Julgados de Paz, no edifício dos Bombeiros Voluntários da Feira, os quais terão, certamente, a concordância de todos. -----

Sobre o espaço arrendado no edifício localizado na Avenida Doutor Belchior Cardoso da Costa, informou que o valor é de 1020 euros por mês, o qual foi discutido em sede de reunião de Câmara, tal como são todos os arrendamentos. -----

Sobre o arrendamento de espaço na Avenida do Monumento, junto à Fonte da Levezinha, informou que tem a ver a empresa municipal Feira Viva. Explicou que o Europarque tem 3 pavilhões, 2 deles que estavam a ser utilizados para os serviços do Europarque, e o outro estava a ser utilizado para guardar os equipamentos afetos à Viagem Medieval e ao Perlim, o que se prende com o incremento das atividades. Referiu que, posteriormente,



poderá questionar os valores envolvidos no arrendamento, sendo que há a possibilidade de se vir a comprar aquele pavilhão, ou um outro, porque a empresa municipal carece de um espaço.-----

De seguida, sobre as questões colocadas pelo munícipe Luís Santos, disse não poder comentar o que se passou na Assembleia de Freguesia da UF de Lobão, Gião, Louredo e Guisande porque não presenciou, nem ouviu, o que foi ali dito, mas que pode afiançar que a Câmara age sempre no cumprimento estrito da Lei e do Código dos Contratos Públicos. -----

Sobre o que está publicado no site da Câmara no respeitante às adjudicações, disse que basta clicar no link que remete para a plataforma AnoGov para se perceber as adjudicações feitas pelo Município, comentando que ainda nesta sessão vários deputados municipais fizeram esse exercício. -----

Salientou que, nos dias de hoje, a maior proteção dos autarcas é seguir o Código dos Contratos Públicos, acrescentando, a propósito, que a Câmara acatou o pedido feito pelo grupo municipal do PS e incluiu, na listagem das adjudicações, uma coluna a indicar o tipo de procedimento, frisando que tudo é feito dentro da maior lisura. -----

Sobre a requalificação da Rua da Liberdade informou que, no Concelho, estão a ser requalificadas dezenas de ruas, dando nota que a Câmara vai avançar com pavimentações, abrangendo dezenas de ruas, num investimento superior a 3 milhões e 500 mil euros. -----

Salientou que quando é feita uma requalificação em Arrifana, aquela zona fica beneficiada bem como as pessoas porque vêm valorizados os seus imóveis, tal como acontece em qualquer outra freguesia, ressaltando que, que o mesmo acontece quando se arranja o Largo Padre José Alves de Pinho e o Parque de Merendas, na freguesia de Fornos.-----

Referiu, a respeito da requalificação do Largo, em Arrifana, saber que o Sr. Presidente da Junta daquela freguesia mora naquele local, mas que não foi por essa razão, ou por alguém que ali reside, que a obra foi feita.-----



Sra Cunha

Disse achar que qualquer pessoa de Fornos pretende que a Rua da Liberdade seja requalificada, convidando os senhores deputados a visitarem a rua para avaliarem se a mesma deve, ou não, ser requalificada, tal como estão a ser outras ruas daquela freguesia, comentando que muito lhe espanta que haja quem não queira requalificar essa rua. -----

Quanto à questão do conflito de interesses, disse não saber se, agora, as pessoas estão proibidas de morar num determinado sítio, realçando que desconhece a existência de qualquer conflito de interesses. -----

Salientou que trabalha todos os dias, em conjunto com os Presidentes de Junta, para realizar obras, para requalificar o domínio público, fazendo notar, ainda a respeito da Rua da Liberdade, que se trata de uma rua em paralelos, que tem árvores no meio dos passeios a impedir a passagem, frisando que não está só em causa quem mora nas 12 moradias, pois trata-se de um acesso preferencial e alternativo à freguesia de Fornos. -----

Disse que, assim, não sabe mais o que possa dizer, a não ser que a Câmara procura ter toda a lisura, para que não possam ser lançadas anátemas sobre os autarcas, comentando que quem fez a questão sabe disso mesmo. -----

Concluindo, o Sr. Presidente da Câmara disse ter procurado esclarecer, ponto por ponto e de forma objetiva, cada uma das questões colocadas. ----

Posto isto, a Sra. Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Intervenção do Público.-----

Documentos presentes à sessão da Assembleia Municipal-----

Todos os documentos submetidos à presente sessão fazem parte integrante desta ata e ficam arquivados em pasta anexa ao respetivo livro de atas. ----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, a Sra. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal



Ina Cunha

deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----
Nada mais havendo a tratar, às 03 horas do dia 1 de maio de 2024, a Sra.
Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que
vai ser assinada por todos os membros da Mesa.-----

A Presidente,

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,

Ina Patrícia Cunha